



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

SARA CORRÊA DIAS

FORMAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA:
um estudo na Colônia Z-16 de Cametá, Pará

Cametá-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D541f Dias, Sara Corrêa
Formação de pescadores artesanais na Amazônia : Um estudo
na Colônia Z-16 de Cametá, Pará / Sara Corrêa Dias. — 2019.
174 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá,
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

1. Formação. 2. Qualificação profissional. 3. Trabalho. 4.
Saberes. 5. Pescador artesanal. I. Título.

CDD 370.19

SARA CORRÊA DIAS

FORMAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA:
um estudo na Colônia Z-16 de Cametá, Pará

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, vinculado a Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva.

Cametá-PA
2019

SARA CORRÊA DIAS

FORMAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA:

um estudo na Colônia Z-16 de Cametá, Pará

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na Linha de Pesquisa Educação Básica, Tecnologias, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará.

Cametá, PA, 30 de abril de 2019.

AVALIADORES

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Pará – PPGEDUC

Profa. Dra. Maria das Graças da Silva (Avaliadora Externa)
Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares (Avaliador Externo)
Universidade Federal do Pará – PPGCITI

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará – PPGEDUC

À minha família, que me acompanha transmitindo alegria e afetos, ajudando-me nesse percurso da vida acadêmica.

Aos pescadores e pescadoras do município de Cametá, que, com suas materialidades de vida e organização social, lutam cotidianamente para transformar a realidade que lhes é oferecida, objetivando, assim, reconstruí-la.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, que me permite seguir firme nessa caminhada, conduzindo meus passos no percurso de minha existência. Pela força e sabedoria que me fizeram acreditar e realizar esta pesquisa.

Esta dissertação foi feita de muitos nomes, de pessoas que se mostraram dispostas a tornar a minha estrada mais segura e tranquila. Agradeço sempre: aos meus pais Antônio Xavier Dias e Odeíze Marques Corrêa, que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, sempre me incentivaram com apoio, educação e afetos, mesmo fisicamente distantes em alguns momentos. Foi o que me fez lutar para chegar até aqui; às minhas irmãs Maria de Jesus, Maria dos Anjos, Adaíze, Odenira e ao meu irmão João Batista, pelo companheirismo, união e força nesse percurso de estudo e durante a vida. Agradeço pela cumplicidade nos momentos bons e difíceis, nos quais sempre estivemos juntos.

Grata aos membros da minha família, CORRÊA e DIAS, que sempre torceram por mim e me incentivaram a seguir esse caminho, dizendo: *“Sucesso, Sara! Estamos torcendo por você... Você é nosso orgulho, siga em frente, você consegue...”*. Um caminho por vezes difícil e cheio de percalços, mas que, mesmo assim, continuaram acreditando em mim, apoiando-me em todos os momentos.

Agradeço às minhas amigas e parceiras de profissão e lazer, “irmãs” pra vida toda, Naze, Josely, Gisele, Janilce, Lena, Madalena e Bruna, pelas orações, apoio e força que sempre me deram, acreditando e me incentivando nessa caminhada. Sou muito grata por tudo que sempre fazem por mim.

Grata ao professor Gilmar Pereira da Silva, meu orientador, que soube me conduzir pelos caminhos da pesquisa, acompanhando-me no processo de produção deste trabalho. Minha gratidão pela gentileza e humildade intelectual com que me orientou nestes dois anos. Por todos os momentos de discussão e aprendizagem, mas também pela confiança em mim depositada, tranquilizando-me em alguns momentos ao dizer: *“Não se preocupe, querida! Leia, estude, escreva seu texto com calma que vai dar tudo certo...”*. Agradeço por ter acreditado nessa pesquisa, na qual não sei se ensinava mais sobre o significado dos textos e livros ou da generosidade.

Grata aos membros da banca: Professora Dra. Maria das Graças da Silva (UEPA), Professor Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA) e Professor Dr. Francinei Bentes Tavares (UFPA), por aceitarem participar da construção desse trabalho, contribuindo de forma atenciosa com análises, críticas e sugestões para a qualificação do texto, que permitiram o avanço da pesquisa e o direcionamento de nossas discussões.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) de Cametá, pelos momentos de amplo aprendizado nos encontros, debates e estudos, nos quais pude cristalizar os caminhos da pesquisa. Grata pelo compartilhamento de conhecimentos nos eventos e rodas de conversas que me fortaleceram enquanto pesquisadora.

Grata também ao Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), especialmente aos Professores Doutores Aquiles Simões e Francinei Bentes, por terem me oportunizado, durante a graduação, as primeiras experiências na pesquisa, pois o trabalho de iniciação científica (bolsa PIBIC/UFPA) contribuiu para iniciar as inquietações que culminariam na escrita desta dissertação.

Muito grata à Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, por me acolher e dispor de materiais e dados relevantes para o andamento da pesquisa.

Grata a Maria Lúcia da Silva, professora ribeirinha, que me recebeu em sua comunidade, viabilizando minha ida e as entrevistas com os pescadores da localidade.

Agradeço às amigas que construí no mestrado, as quais quero levar pra toda a vida, “minhas irmãs”: Ellen, Joênia, Sirlane, Ilda, Antonilda, Geanice, Isabel, Dilma, Eleuza e Nancy; e aos amigos: Éder, Laércio, Dorielson, Alexandre e Dércio, pela parceria e pelos momentos prazerosos e, às vezes, de conflito, que vivenciamos durante os estudos, nos grupos de trabalhos, nos períodos das aulas, nas organizações dos eventos, nas rodas de conversas, nas trocas de materiais, nas socializações de lazer. Essas experiências de amigas construídas nesse percurso foram fundamentais para o meu amadurecimento intelectual.

Minha gratidão à turma de mestrado do PPGEDUC 2017, bem como aos docentes do Programa, pelas valorosas discussões, críticas, orientações e por todo aprendizado que construímos juntos nessa trajetória de estudos. Professores pelos quais nutro respeito e admiração e que foram decisivos na minha formação e em meu desejo de continuar nesta trilha. Minha admiração pela humildade e pelo exemplo de profissionais comprometidos com a construção, por meio da educação, de uma sociedade mais justa e humana para todos.

Grata ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento por meio da concessão da bolsa que me proporcionou a tranquilidade necessária para o prosseguimento adequado da pesquisa, bolsa sem a qual seria muito mais difícil a minha caminhada no mestrado. E ao grupo “Bolsistas Capes”, do *Facebook*, pela disponibilidade de materiais, troca de informações e experiências nas mais diferentes áreas, por compartilhar as dores e os prazeres da vida acadêmica, tornando meus dias nublados mais coloridos.

Ao Campus Universitário do Tocantins/Cametá, minha segunda casa, onde vivi o ensino, a pesquisa e a extensão, que perpassam toda minha formação acadêmica.

A todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente na construção deste trabalho e que fazem parte de minha história de vida e formação, pelo impulso a seguir esse caminho, por vezes difícil, mas prazeroso, da educação, que constitui toda a minha existência. Grata.

Este trabalho é uma construção nossa!

“A gente não pode negar a história, e a história diz que viemos construindo devagar, lentamente, e que a gente precisa dar outros passos, analisando o que nós já caminhamos e aonde chegamos, a nossa luta na história continua, porque queremos uma educação melhor, queremos viver melhor com nossas famílias, esse é nosso desejo, viver bem com nossas famílias.”

Pescador artesanal ribeirinho (entrevista concedida em 18 de abril de 2018).

“A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em confronto, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história.”

Florestan Fernandes (1977, p. 5)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva responder como o processo formativo de pescadores artesanais da Colônia Z-16 de Cametá, por meio do Projeto “Pescando Letras”, contribuiu para a qualificação profissional e os processos de organização dos trabalhadores da pesca que participaram do referido projeto? Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada no materialismo histórico-dialético. Para o levantamento dos dados, utilizou-se entrevista semiestruturada e aberta, observação *in loco* e análise documental, tratando os dados produzidos por meio da análise de conteúdo. O aporte teórico da pesquisa é consubstanciado por Marx (2004; 2008; 2013), Gramsci (1978; 1991), Grzybowski (1986; 1987), Frigotto (1999; 2010), Thompson (1987) e Kosik (1976), dentre outros. A pesquisa permitiu concluir que, no contexto histórico, a educação é um elemento inerente ao homem e com ele tem uma relação umbilical, sendo construída nas relações de produção da existência, mediada pelas relações de trabalho. Neste aspecto educacional, a formação dos pescadores artesanais ligados à Z-16 de Cametá se dá nos processos educativos que desencadeiam no percurso de vivência coletiva, nas formas de sociabilidade, nos encontros, nas reuniões, nas palestras e nos projetos educativos, que educam na medida em que fazem parte das suas experiências concretas de vida. A pesquisa revela que a formação desses trabalhadores por meio do Projeto “Pescando Letras” contribuiu para a sua qualificação profissional e para seus processos de organização, ensejando-lhes: ampliação da visão de mundo, principalmente no que tange ao trabalho e ao poder de participação individual e coletiva; potencialização e socialização de saberes, subsídios de qualificação para o trabalho; interação com a realidade, possibilitando-lhes análises e reflexões críticas; apropriação do saber tanto para atuação na Z-16 quanto para as pequenas lutas travadas em níveis locais (como a criação de Associações, por exemplo). No entanto, o “Pescando Letras” não cumpriu plenamente o seu objetivo, que era o de erradicar o analfabetismo entre os pescadores da Z-16, pois, conforme evidenciam os dados, alguns dos pescadores não obtiveram sucesso no curto período de seis meses em que o Projeto foi executado. Mas, do ponto de vista da formação, a experiência foi válida por abrir outras possibilidades aos pescadores, como no âmbito da qualificação profissional e dos processos de organização que foram por eles adquiridos e fortalecidos.

Palavras-chave: Formação. Qualificação profissional. Trabalho. Saberes. Pescador artesanal.

ABSTRACT

This research aims at answering how the formative process of artisanal fishermen from Colônia Z-16 de Cametá, through the “Pescando Letras” project, contributed to the professional qualification and the organizational processes of the fishing workers who have participated in this project? It is a qualitative research based on historical-dialectical materialism. For the data collection, we used a semi-structured and open interview, in situ observation and documentary analysis, treating the data produced through content analysis. The theoretical contribution of the research is embodied by Marx (2004, 2008, 2013), Gramsci (1978, 1991), Grzybowski (1986, 1987), Frigotto (1999, 2010), Thompson (1987) and Kosik. The research allowed to conclude that, in the historical context, education is an inherent element to man and with it has an umbilical relationship, being built in the production relations of existence, mediated by labor relations. In this educational aspect, the training of artisanal fishermen linked to the Z-16 of Cametá takes place in the educational processes that unfold in the course of collective living, in the forms of sociability, in meetings, in meetings, in lectures and in educational projects that educate in as they are part of their concrete life experiences. The research reveals that the training of these workers through the “Pescando Letras” project contributed to their professional qualification and to their organizational processes, giving them: broadening of the world view, mainly in what concerns work and the power of participation individual and collective; empowerment and socialization of knowledge, job qualification subsidies; interaction with reality, allowing them critical analyzes and reflections; knowledge for both Z-16 and small-scale struggles at local levels (such as the creation of Associations, for example). However, “Pescando Letras” did not fully comply with its objective, which was to eradicate illiteracy among Z-16 fishermen, because, as the data show, some of the fishermen were unsuccessful in the short six-month period. that the Project was executed. But from the point of view of training the experience was valid because it opened up other possibilities for fishermen, as in the context of professional qualification and the organizational processes acquired and strengthened by them.

Keywords: Training. Professional qualification. Job. Know. Artisanal fisherman.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: TANQUE DE PISCICULTURA COMO ATIVIDADE ALTERNATIVA DE SUBSISTÊNCIA E RENDA DOS PESCADORES NAS ILHAS DE CAMETÁ.....	27
FIGURA 2: RESIDÊNCIAS E VEGETAÇÃO TÍPICAS DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ.....	42
FIGURA 3: PESCADORES ARTESANAIS NA ABERTURA DA PESCA DO MAPARÁ REALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA.....	45
FIGURA 4: APETRECHOS DE PESCA NA RESIDÊNCIA DO PESCADOR ARTESANAL RIBEIRINHO.	48
FIGURA 5: MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ.	56
FIGURA 6: AULAS DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” NO BARRACÃO COMUNITÁRIO.....	121
FIGURA 7: AULAS DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” NA RESIDÊNCIA DO PESCADOR RIBEIRINHO.	122
FIGURAS 8 E 9: SALAS DE AULA IMPROVISADAS NAS RESIDÊNCIAS DOS PESCADORES RIBEIRINHOS.	123

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: ANÁLISE QUE DEMONSTRA O COMPARATIVO ENTRE AS FALAS DOS ENTREVISTADOS.	81
TABELA 1: DESCRIÇÃO DOS PESCADORES ENTREVISTADOS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ.	72
TABELA 2: ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ-PA	110
TABELA 3: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO NO “PESCANDO LETRAS” E OS SABERES DOS PESCADORES.....	143

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIEBT-Cametá	Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins
CONJUS	Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEPTE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEPA	Movimento dos Pescadores do Pará
NCADR – Belém	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PSDPA	Política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
Z-16	Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
A CONSTRUÇÃO DO OBJETO	22
ESTADO DA ARTE: UMA SÍNTESE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS FEITAS NA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ.....	29
A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	33
1. O CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL NA AMAZÔNIA E O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	36
1.1 O PESCADOR ARTESANAL E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E O TRABALHO DA PESCA.....	36
1.2 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO DA PESCA ARTESANAL	43
1.3 O LÓCUS DA PESQUISA	55
1.4 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO MÉTODO DA PESQUISA	60
1.5 FORMAÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL: UMA PESQUISA QUALITATIVA.....	65
1.6 TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE PESQUISA UTILIZADAS	68
1.7 O TRATAMENTO DOS DADOS: OS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	76
2. PROCESSOS EDUCATIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: ELEMENTOS PARA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DA PESCA	86
2.1 FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA LUTA DE INTERESSES	86
2.2 RELAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR	97
2.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ.....	105
2.4 A MATERIALIDADE DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ.....	118
3. FORMAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ A PARTIR DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES DA PESCA	129

3.1 SABERES DA PESCA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO.....	129
3.1.1 <i>Conhecimento e saber: um diálogo possível para pensar os saberes do pescador artesanal</i>	137
3.2 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE O “PESCANDO LETRAS” E OS SABERES DOS PESCADORES ARTESANAIS	142
3.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA VOZ DOS TRABALHADORES DA PESCA .	145
3.4 OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO RESULTANTES DO APRENDIZADO NO PROJETO “PESCANDO LETRAS”	154
CONCLUSÃO.....	159
REFERÊNCIAS	166
ANEXOS	174
ANEXO A – RESUMO DO RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA PARTICIPATIVA REALIZADA PELOS GRUPOS DE BASE DO MAB NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MARÇO DE 2006.....	174
ANEXO B – GLOSSÁRIO COM O SIGNIFICADO DE ALGUNS APETRECHOS DE PESCA UTILIZADOS PELOS PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS – PA.....	175

INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta os resultados de pesquisa sobre a formação de pescadores e pescadoras artesanais ligados à Colônia Z-16, do município de Cametá, estado do Pará, que participaram do Projeto “Pescando Letras”, desenvolvido na referida instituição. Para investigarmos a formação desses pescadores, tomamos como variáveis da pesquisa o saber do trabalho, a qualificação profissional e os processos de organização que foram por eles fortalecidos e adquiridos no projeto aqui citado.

Pesquisar a formação de pescadores artesanais é uma prática que nos permite entender esta formação não como um objeto imutável e inerte, mas como uma categoria analítica constituinte do processo histórico da produção da existência humana, construída pelos pescadores a partir das suas condições materiais, na produção de saberes pelo trabalho e pelas relações. Portanto, como produto de múltiplas determinações que vão transformando os sujeitos pescadores e seus contextos de vida.

Essa primeira análise nos faz entender que a prática educativa¹ da Z-16, em seu conjunto, assume um caráter de classe no processo de formação, à medida que tal processo se realiza no interior de uma sociedade dividida em classes onde se disputam interesses antagônicos. Assim, a formação do pescador, quer seja na sua produção ou na sua execução, articula-se com interesses de classes. Com base em Grzybowski (1983 *apud* FRIGOTTO, 2010, p. 44) entendemos a prática educativa “[...] como uma prática social, uma atividade humana concreta e histórica, que se determina no bojo das relações sociais entre as classes e se constitui, ela mesma, em uma das formas concretas de tais relações”. Nesse sentido, tal categoria se estabelece no interior das instituições escolares e fora delas, abrangendo os diferentes espaços que educam os sujeitos.

Nessa perspectiva, a prática educativa de uma instituição social como a Z-16 é concebida como uma prática social contraditória, que se institui nas relações de produção da existência dos sujeitos pescadores, que também está relacionada a uma determinada formação social. Por estar estabelecida entre as classes sociais, ela é alvo de interesses divergentes. Assim, “[...] sua especificidade política consiste, exatamente, na articulação do saber produzido, elaborado, sistematizado e historicamente acumulado, com os interesses de classe” (FRIGOTTO, 2010, p. 44). Portanto, a formação dos trabalhadores da pesca na Z-16 de

¹ Analisamos o conceito de prática educativa referindo-nos não apenas à que se dá no interior da Z-16 por meio de seus projetos, mas em vários momentos mostramos que ela se efetiva no conjunto das relações sociais de produção da existência, que formam os sujeitos.

Cametá está concebida dentro de uma concepção de educação que poderá ou não estar voltada para seus interesses e necessidades. Entretanto, pode-se levar em consideração que há no movimento de luta elementos educativos, nos quais os pescadores por meio de suas relações e saberes sociais se educam, se humanizam e se formam como sujeitos; formação esta que se dá no próprio movimento da luta que diretamente desencadeiam.

Grzybowski (1986, p. 50) utiliza o conceito “saber social” para expressar “[...] o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses”. Assim, o saber social possibilita aos trabalhadores da pesca a construção de sua organização e luta na busca por uma hegemonia contrária à da classe capitalista. Grzybowski (1986, p. 50) afirma que é um saber que serve para “[...] unificar uma classe social, lhe dar elementos para se inserir numa estrutura de relações sociais de produção e para avaliar a qualidade de tais relações, e, enfim, trata-se de um saber que serve de instrumento de organização e luta”. Nesse sentido, os pescadores produzem nas relações sociais de produção e nas relações sociais de trabalho um conjunto de saberes que lhes permitem a existência e a manutenção de sua relação com a natureza.

Ressaltamos que, enquanto ribeirinha, sempre tivemos contato com a materialidade de trabalho dos pescadores e suas atividades organizacionais construídas localmente, participando em alguns momentos da atividade da pesca no convívio familiar e social, quer seja na prática do manejo do pescado, quer na confecção e produção de apetrechos utilizados na pescaria. Práticas estas que são históricas e repassadas de geração em geração nas comunidades, nas quais o ribeirinho produz e reproduz seus saberes sociais, que são frutos da luta de classes e da materialidade histórica. Tais saberes constituem a luta pela melhoria de suas condições materiais de existência e são fundamentais para o processo organizacional, levando em consideração que:

[...] os pescadores, ao realizarem sua práxis produtiva, também produzem uma práxis formativa que os identifica como sujeitos de saberes ligados à pesca, dominando conhecimentos relativos a marés e a instrumentos de pesca, mas que também os liga afetiva e politicamente, favorecendo, pois, para eles o seu processo de organização. (RODRIGUES, 2012, p. 171).

Destaca-se, nesta pesquisa, além dos saberes do trabalho dos pescadores, o processo de busca de formação, por meio do “Pescando Letras”, um projeto de alfabetização executado em 2006 com o objetivo de elevar a qualificação profissional dos pescadores e pescadoras

filiados à Z-16², uma vez que, de acordo com Barra (2013, p. 15), “[...] os trabalhadores da área da pesca tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de completar seus estudos na escola, espaço privilegiado para o desenvolvimento do saber sistematizado”, como afirma Saviani (2011, p. 14): “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”.

Arroyo (1989, p. 77), nessa perspectiva, defende o direito do trabalhador à educação, enfatizando que esse direito não se esgota na escola; entretanto, historicamente podemos observar que “[...] a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação dos instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas da negação do direito das classes trabalhadoras à educação e à formação da cultura e da identidade enquanto classe”.

Contudo, esse fator não impediu que os pescadores construíssem saberes na relação com o trabalho e com a dinâmica social em que estão inseridos, por mais que esse saber também seja obstaculizado e negado pelo capital³, porque afirmar que os trabalhadores têm saberes que são produzidos pelo seu próprio trabalho e pelas relações que constroem é legitimá-los enquanto produtores deste saber, o que lhes permite a tomada de consciência de que o que é produzido pela classe trabalhadora é produto dela, logo, a ela pertencente (RODRIGUES, 2016). Portanto, há nesse processo uma dupla forma de “expropriação” – material e intelectual, como analisa Frigotto (1989, p. 20):

O capital sempre tem lutado, tanto no sentido de obstaculizar quanto no de negar o conhecimento, o saber das classes subalternas. Igualmente, busca apropriar-se privadamente do conhecimento adquirido coletivamente no próprio processo de trabalho, devolvendo-o como conhecimento incorporado à máquina, contra o próprio trabalhador. Os modernos círculos de controle de qualidade sinalizam um dos mecanismos mais sutis de expropriação de saber e do conhecimento operário. Há, sobretudo, um processo de esterilização da capacidade humana de criar, produzir, etc.

A luta pela apropriação deste saber pela classe trabalhadora para articulá-la aos interesses de classe envolve um processo contraditório, que precisa ser feito por movimentos concretos de luta dos trabalhadores. Isso nos permite perceber que a Z-16, ao oportunizar uma prática educativa por meio de projetos como o “Pescando Letras”, é capaz de, a partir das situações educacionais dos pescadores, possibilitar a eles algumas experiências com o processo de formação, sobretudo no contexto da qualificação profissional, seja no âmbito

² Conforme será analisado no Capítulo III.

³ Arroyo (1989, p. 78) afirma que “[...] o direito à educação, os avanços das classes trabalhadoras na formação do saber, da cultura e da identidade de classe continuam sendo sistematicamente negados, reprimidos e, enquanto possível, desestruturados, por serem radicalmente antagônicos ao movimento do capital”.

formal, não formal ou informal⁴, nos quais se inserem os saberes sociais, incluídos nestes outros saberes, como os “tácitos” (RODRIGUES, 2012), que constituem elementos que corroboram com a qualificação dos pescadores, à medida que lhes possibilitam condições de existência na articulação com outras atividades produtivas, para além do trabalho da pesca, imprimindo assim, formas de resistências ao capital e às situações de opressão da sociedade, refletidas em diferentes espaços.

Esse processo é fundamental para compreendermos o significado que tem, para a classe trabalhadora, o acesso ao saber elaborado e historicamente acumulado, mas, ao mesmo tempo, “[...] sem tomar este saber como uma entidade absoluta, como um dado” (FRIGOTTO, 1989, p. 18). Nesse aspecto, Frigotto (1989, p. 18) afirma que é fundamental o entendimento de que “[...] este saber se produz dentro de relações determinadas e, portanto, assume a marca dos interesses dominantes; ou seja, não se trata de um saber neutro”. Aqui, se efetiva um processo em que se torna difícil pensar um trabalho educativo voltado aos interesses dos trabalhadores, sem ter “[...] como ponto de partida e de chegada o conhecimento, a consciência gestada no mundo do trabalho, da cultura, das múltiplas formas como estes trabalhadores produzem sua existência” (Ibidem, p. 20).

Concordamos com Arroyo (1989, p. 80) quando ele afirma que “[...] o campo do educativo é uma construção histórica”, logo, é preciso pensar a educação também como uma construção histórica para além da escola, compreendendo o saber, o lócus e o espaço onde se produz e reproduz, e, principalmente, quem sejam seus legítimos produtores. Trata-se aqui de uma abrangência histórica e social ligada à produção/formação humana dos sujeitos na história (ARROYO, 1989).

Assim, o Projeto “Pescando Letras” se torna, nesta pesquisa, um fenômeno de análise de significativa relevância no âmbito educativo dos trabalhadores da pesca, pela dinâmica do espaço em que produziram e adquiriram o conhecimento, sendo realizado em diferentes comunidades ribeirinhas do município de Cametá. Além de ter sido desenvolvido como uma proposta de formação para além da leitura e escrita, podendo compreender os saberes e os modos de vida dos trabalhadores nas suas localidades, abrangendo, de acordo com dados de pesquisa, um total de 610 (seiscentos e dez) pescadores e pescadoras alfabetizados.

⁴ Fartes (2001 apud RODRIGUES, 2012, p. 42) postula três fontes de aquisição de qualificação profissional: “a) formais – representadas pelas escolas do tipo propedêutico e/ou profissional, pertencentes à rede de ensino regular; b) não formais – representadas pelos cursos e treinamentos organizados e estruturados, porém fora do sistema regular de ensino; c) informais – representadas pela cultura e nos meios societários, em geral e pela aprendizagem no exercício do trabalho, que hoje se entende como ‘qualificações tácitas’”.

É nessa perspectiva de entendimento que construímos o problema de pesquisa do presente trabalho, propondo-nos a responder o seguinte questionamento: como o processo formativo de pescadores artesanais da Z-16 por meio do Projeto “Pescando Letras”, contribuiu para a qualificação profissional e os processos de organização dos trabalhadores da pesca que participaram do referido projeto?

Para a abordagem desse problema, fazemos uma análise do processo histórico-educativo da Z-16, enfatizando o contexto de formação do trabalhador, analisado em sua fração de classe pelo pescador artesanal. Consideramos o aspecto histórico-social por compreender, com base em Marx e Engels (2002), que o homem se educa e se faz homem na produção e nas relações de produção, por meio de um processo contraditório que perpassa por momentos de qualificação e desqualificação e, portanto, de humanização e desumanização.

Partimos também do pressuposto de que a Colônia Z-16 de Cametá tem se caracterizado historicamente como um espaço de formação do trabalhador da pesca, por meio de projetos educativos, a exemplo do “Pescando Letras”, uma prática que pode estar contribuindo com o desenvolvimento desses trabalhadores nos diversos segmentos sociais e pode estar voltada para elementos de transformação social⁵, de sujeitos que buscam atuar para a melhoria de suas realidades.

A categoria **formação** é um elemento privilegiado nesta pesquisa, uma vez que ela, sendo ontologicamente parte da essência humana, permite que o homem crie seu modo de vida e sua identidade de classe, a partir da materialidade a qual vive as suas relações sociais, sem as quais não se torna homem e não se constitui como tal na sociedade. Nessa categoria está inserido o processo de **qualificação** dos trabalhadores da pesca, analisado no âmbito do Projeto “Pescando Letras”, que se colocou como uma proposta formativa para o pescador artesanal ao ligar-se à sua atividade sociopolítica no contexto da Z-16, possibilitando, desse modo, a construção social do conhecimento que lhe permite viver humanamente possível em uma sociedade por vezes tão excludente.

O **trabalho da pesca** apresenta-se como uma categoria fundamental e indispensável nesse processo, pois não há como falarmos de formação do trabalhador sem levarmos em

⁵ No sentido atribuído por Rodrigues (2012, p. 41 grifos do autor) para o qual “A expressão ‘transformação social’ implica, em termos bastante amplos, um processo revolucionário que se pretende contribuir para com a queda do modo de produção capitalista, não significando com isso que essa transformação ocorra de forma imediata, mas *in processu*, paulatinamente, fruto de microações e de conquistas dos trabalhadores. Nesse sentido, acreditamos que as transformações operadas pelos trabalhadores em seus *locus* de trabalho, no seu cotidiano, fortalecendo-se como movimentos sociais, contribuem para se estruturarem enquanto sociedade civil, em moldes gramscianos, a fim de irem implementando *pequenos movimentos* em seus processos de luta, contribuindo para que esse ato revolucionário amplo venha a ocorrer”.

consideração as suas aprendizagens construídas no cotidiano do trabalho, das suas relações estabelecidas, de sua práxis produtiva, que é a sua própria construção humana e do mundo que o cerca, como afirma Braverman (1981, p. 53): “[...] o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”. Aqui o trabalho é tomado, historicamente, como a categoria básica, em seu aspecto ontológico, a relação social fundamental na qual se estrutura o modo de existência humana, onde se gesta o processo de conhecimento e se produz uma determinada consciência da realidade. Nesse sentido, essa relação social que compreende a existência humana constitui princípio educativo, fundamentado no pensamento de Gramsci (1991).

Como questões norteadoras desta pesquisa, indagamo-nos: como a Colônia Z-16 de Cameté educa o pescador artesanal por meio de seus projetos? Que lutas de interesses podem estar materializadas no processo formativo do pescador artesanal? Como o projeto “Pescando letras” corroborou com a qualificação profissional e os processos de organização dos pescadores artesanais?

A partir dessas questões, o trabalho apresenta como objetivo geral analisar como o Projeto “Pescando Letras”, da Colônia Z-16 de Cameté, juntamente com os saberes do trabalho da pesca, corroborou com a qualificação profissional e os processos de organização de pescadores artesanais que têm relação com o mundo do trabalho.

Em termos específicos, a pesquisa objetiva: i) analisar como o Projeto “Pescando Letras” se materializou na formação do pescador artesanal, no sentido de provocar mudanças no seu contexto de vida; ii) identificar a concepção de educação da Colônia Z-16 de Cameté, subjacente à formação do trabalhador da pesca por meio do Projeto “Pescando Letras”; e iii) analisar em que medida o Projeto “Pescando Letras” contribuiu para a qualificação profissional e os processos de organização dos trabalhadores da pesca no sentido de superar a lógica dominante, dando-lhes subsídios de apropriação do saber, tanto no espaço institucional, quanto no cotidiano de trabalho.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

A partir dessa contextualização, enfatizamos que a nossa trajetória de vivência e de formação junto aos ribeirinhos possibilitou-nos acreditar e afirmar que o processo de construção do objeto de pesquisa parte de uma inquietação, desejo e interesse do pesquisador.

É um percurso de orientação que exige compromisso político e responsabilidade perante a realidade, pois o caminho escolhido não se constitui como elemento neutro, mas carregado de intencionalidade. A pesquisa, nestes aspectos, apresenta inúmeros desafios que instigam o pesquisador na dinâmica de (des)construção do conhecimento, exigindo aprofundamento teórico-metodológico, reflexão constante, atenção ao fenômeno estudado, indagação, análise dos dados coletados, descobertas e aprendizagens.

É nessa perspectiva que propomos apresentar o caminho percorrido na construção dessa investigação, tendo em vista que, ao iniciar a pesquisa, o pesquisador, por vezes, carrega consigo determinadas verdades, subjetividades e apreensões da realidade (principalmente quando o mesmo está inserido em tal processo) que podem interferir positiva ou negativamente nas suas análises. Partindo desse entendimento, a pesquisa exige certo afastamento do pesquisador para que se possa melhor compreender a essência do fenômeno pesquisado, abrindo possibilidade de se desmistificar certas verdades, conforme vai aprofundando o diálogo com os diversos saberes.

Silva (2005, p. 32) chama a atenção para essa questão ao destacar, no campo metodológico, a perspectiva do pesquisador-militante, que, de acordo com o autor, é “[...] aquela pessoa que, ao mesmo tempo, é sujeito do processo e se envolve na convivência, na experiência cotidiana, no tempo e no espaço, onde teoria e prática permitem a sistematização de uma nova síntese”. Essa dinâmica pode apresentar uma restrição ou novos subsídios nos resultados da pesquisa, dependendo do engajamento do pesquisador.

Dessa forma, enfatizamos que esta pesquisa foi desafiadora, pelo fato de ser militante e ter vivenciado essas experiências com os pescadores. O maior desafio foi fazer esse processo de afastamento do objeto para poder compreender a realidade tal qual se apresentava, sem inferir pré-conceitos do que achava que era. Isso dificultou em alguns momentos o andamento do trabalho, sobretudo, na escrita do texto, porém, foi um processo exercitado durante a pesquisa, e que permitiu um amplo aprendizado, principalmente na análise crítica do objeto proposto.

Por outro lado, o envolvimento com a pesquisa facilitou alguns aspectos, como, por exemplo, na relação com os sujeitos, como já os conhecia e vice-versa, havia confiança por parte deles no que estava sendo produzido no trabalho. E essa confiança permitiu com que se pudesse fazer as observações em várias situações organizadas pelos pescadores da Z-16 (reuniões, rotinas, encontros, formações). Ressaltamos também que conhecer e fazer parte da realidade desses trabalhadores oportunizou uma escrita particularmente nova, com a qual

esperamos poder contribuir para a amplificação das discussões sobre a formação do pescador artesanal na região.

A partir dessas questões, podemos afirmar que a escolha e o interesse em pesquisar esse objeto estão primeiramente relacionados com a trajetória de vida da pesquisadora, enquanto filha de agricultores de uma comunidade ribeirinha do município de Cametá, que teve uma educação familiar ligada desde cedo às lutas pelos direitos das populações do campo, na busca de melhorias para nossa realidade de vida. Seu pai presidiu por oito anos (entre 1988 e 1996) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, foi conselheiro titular do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região à Jusante da UHE (CONJUS), no biênio 2006 e 2007, e coordenou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Cametá, entre 2004 e 2011, onde também a pesquisadora atuou como militante e secretária desse movimento, participando ativamente da mobilização em torno dos direitos das populações ribeirinhas, que foram (e são) historicamente prejudicadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE)⁶, considerada o maior impacto socioambiental causado pela ação humana na região (BRASIL, MMA, 2006), principalmente aos que vivem à jusante da barragem.

Ressaltamos que muitos impactos que foram sentidos (durante esse percurso histórico de funcionamento da UHE) pelas populações à jusante no âmbito territorial do baixo Tocantins foram tardiamente reconhecidos pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), que não considerava as populações à jusante atingidas pela construção da barragem. E, até os dias atuais, pouco se fez para minimizar os resultados contraproducentes causados a essas populações ribeirinhas⁷ que têm o rio, a pesca e o agroextrativismo como meio principal de vida. Silva (2003, p. 3) analisa que, após a construção da barragem, “[...] reconheciam-se assim que a convivência com este ‘novo’ ambiente tinha gerado insegurança junto aos moradores locais, que não mais conseguiam reconhecê-lo com os saberes tradicionais que possuíam”. No dizer do pescador:

⁶ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) foi planejada para implantação em duas etapas: a primeira etapa da construção foi finalizada em 1984 e a segunda etapa em 2006, pela ELETRONORTE, com potência instalada de 8.370MW.

⁷ “Vinte anos depois da inauguração da UHT, agora a ELETRONORTE, depois de fortes pressões através de muitas e árduas lutas dos trabalhadores da região, vem dando atenção à problemática que causou à jusante da barragem, mas está longe de indenizar os municípios atingidos, se comprometendo apenas com o financiamento de 5% do montante de R\$1,661 bilhão em implementação e ampliação da infraestrutura econômica, social e investimentos ambientais através do PDJUS/2020, que a empresa diz ter interesse em desenvolver na região nas próximas duas décadas. A outra parte dos recursos, segundo a ELETRONORTE, deverá vir da atração de investimentos em “parceria público privado” (PPP) entre os governos municipais da região, os movimentos sociais, as ONG e os empresários” (COSTA, 2006, p. 249-250).

Nós já estamos prejudicados pela construção da barragem, né, numa certa forma ela prejudicou enormemente hoje o *habitat* natural dos pescadores, porque se você for verificar, ele sabe que o desenvolvimento, a energia, esse negócio é extremamente importante, só que infelizmente esses grandes projetos são construídos e não são assumidos os prejuízos que foram causados pra nossa vida, por exemplo, aqui na à jusante nós não temos os *royalties*, na montante nós temos entendeu, o que a gente percebe hoje na realidade é que muitos pescadores têm dificuldade de viver com os problemas que temos (PESCADOR 2).

O resumo do relatório parcial de uma pesquisa participativa realizada pelos Grupos de Base do MAB no município de Cametá, no período de fevereiro a março de 2006⁸ (conforme consta no Anexo A), registrou que 70% dos entrevistados confirmam a escassez do pescado⁹ no rio Tocantins e seus afluentes, além do desaparecimento de algumas espécies de valor comercial (como a chula, poraqé, ituis e tuvira, aruanã, bicuda ou uéua, aracu-pinima, piranha, pacu, curupeté, pirapitinga, dourado, acará-açaí, acará-pitanga, pirabanha, tucunaré-pinima, tamoatá, acari, entre outras). Cerca de 65% dos entrevistados declararam a poluição da água e, para 30% dos ribeirinhos, o rio secou. O relatório finaliza afirmando que “precisamos ampliar a análise dos dados e intensificar a agregação de profissionais de outras áreas como: biologia, saúde para termos argumentos científicos para enfrentar a empresa que ganha dinheiro com água de nosso Rio Tocantins” (RELATÓRIO MAB, 2006).

Além disso, trabalhos científicos de pesquisadores da região, como Rodrigues (2012), Silva (2003) e Pompeu (2017), apontam algumas problemáticas causadas pela UHE de Tucuruí no contexto de vida das populações da região à jusante. Alguns dos fatores ligados a essas problemáticas são os inúmeros “[...] impactos ambientais que advieram sobre os ribeirinhos, dentre os quais a escassez de pescado, prejudicando-lhes os modos tradicionais de existência, como a identidade de pescadores-extrativistas” (RODRIGUES, 2012, p. 211), como afirma o pescador:

A escassez do pescado aqui no baixo Tocantins, primeiro, é por conta da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que ela mudou a rotina do rio, né, hoje têm muitos lagos que já não existem mais onde existia reprodução, assoreou o rio, hoje muitos poços que eram de reprodução secou, então esse é o principal fator. O segundo fator é a pesca predatória que ainda existe muito, né, ainda existe muito a pesca predatória, precisa mais conscientização, precisa na verdade um programa de conscientização dos pescadores pra que as colônias não só de Cametá, mas de todo o baixo Tocantins possam gerenciar isso, pra levar educação ambiental para as pessoas. E terceiro, é o grande aumento da

⁸ Pesquisa da qual a pesquisadora participou na aplicação dos questionários.

⁹ Silva (2003, p. 6) analisa que, com o barramento do rio, os peixes ficaram impedidos de se reproduzir, pois “[...] com a construção da barragem os peixes ficaram impedidos de subir para fazer a desova (processo através do qual o peixe subia até a cabeceira do rio para lá reproduzir), daí o seu desaparecimento imediato após o barramento do rio”.

população e a poluição através dos resíduos né, que são jogados no rio, isso também, na minha opinião, isso contribui muito para a diminuição do pescador (PESCADOR 1).

A pesca é a atividade fundamental no cotidiano de trabalho do pescador, como afirma o entrevistado: “[...] ela é a sobrevivência do ribeirinho, todas as pessoas que moram na beira do rio, ele depende do rio, ele depende da pesca, você pode chegar em qualquer casa na beira do rio e veja se ele não tem um matapi, a malhadeira, o casco, o paneiro, os apetrechos dele lá” (PESCADOR 1). E quando há a escassez desse recurso, há uma interferência na dinâmica de trabalho, fazendo com que os pescadores busquem alternativas outras (como a piscicultura), com o objetivo de suprir essa escassez e fortalecer a sociabilidade econômica, como relata o pescador: “[...] a gente constrói o tanque, porque é uma forma da gente ter peixe pra comer e pra vender também, do rio a gente não tem quase peixe, estão acabando, hoje muitas casas aqui já têm tanque construído” (PESCADOR 3).

Os tanques escavados nas comunidades ribeirinhas do município de Cameté (Figura 1) são um exemplo concreto dessa agressão causada pela hidrelétrica ao ambiente pesqueiro, que, por mais que o pescador disponha de todo um rio, com toda uma tradição de pesca na região, não há recurso suficiente para a sua sobrevivência, o que acaba afetando também as formas tradicionais de uso e sua relação com a natureza. Silva (2003, p. 10) corrobora com essa afirmação quando analisa que:

As formas tradicionais de uso, compreensão, controle e convivência com a natureza, ainda que consideradas as limitações, foram alteradas de forma muito significativa, a organização cultural sofreu inversões pela tecnologia, a população passou a enfrentar dificuldades em manter sua identidade sociocultural diante da nova realidade manifesta. A observância dos ritmos e a compreensão dos fenômenos que passaram a ser orientados por novos padrões técnicos, como o controle da vazão dos vertedouros, estavam fora do seu domínio, pois aos meios materiais da organização cultural tradicional se superpuseram os interesses práticos da operação da hidrelétrica.

Figura 1: Tanque de piscicultura como atividade alternativa de subsistência e renda dos pescadores nas ilhas de Cametá.



Fonte: Sara Dias. Pesquisa de campo (abril de 2018).

Por outro lado, embora ressentidos por essas repercussões negativas no seu *modus operandi*, os pescadores não ficam inertes e acomodados, aceitando essa realidade passivamente, a luta de classe está presente no desenrolar da história (DIAS *et al.*, 2016). Por meio de suas atividades e organização social, buscam construir a contra-hegemonia, visando fazer valer seus interesses, despertando-se também para a conscientização coletiva de seus direitos.

Essa perspectiva de ação perpassa pelo contexto mais amplo de vivência nos movimentos sociais e por níveis locais, pois os ribeirinhos também produzem seus saberes sociais, organizando-se por meio de associações, que amparam a defesa dos recursos existentes nas comunidades. No dizer de Rodrigues (2012, p. 218):

Enquanto o capital pregava o desenvolvimento regional com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, com mudança na qualidade de vida, os pescadores, diante do exame da realidade propugnada por aquele e o cotidiano por eles vivido, construíam formas opostas de entender a realidade e de nela intervir. Os saberes sociais desenvolvidos pelos pescadores nasciam, então, como respostas às negativas de vida ribeirinha oriundas dos efeitos de devastação para com seus modos de vida, numa relação dialética de acomodação e ressignificação, como o foram os relacionados aos Acordos de Pesca.

Entendemos que, no movimento contraditório do capital, nas suas crises inerentes (as quais não podem ser entendidas somente por suas ações negativas), os trabalhadores da pesca

buscaram e buscam novas formas de se organizar, na luta por melhores condições de vida e trabalho e na defesa de seus interesses, que são contrários aos do capital. E isso se concretiza como reprodução material de suas existências, no sentido de manterem vivos sua cultura, seus saberes de pescadores, suas formas de uso e instrumentos de pescaria, apesar das metamorfoses sofridas ao longo da história.

Isso nos permite afirmar que, por mais que o capitalismo se utilize dos trabalhadores para fazer valer seus interesses de classe, os trabalhadores também se utilizam do capital para inserirem sua luta mais ampla em seu próprio benefício. Há nesse processo uma relação dialética e contraditória: dialética no sentido de que a realidade está em contínua transformação e relações recíprocas no espaço e no tempo a uma só vez; contraditória, porque a realidade é uma unidade de contrários, que há interesses de classe, em que se subjeta a ação intencional. Assim, podemos dizer que há uma relação de interdependência entre os sujeitos, em que vão buscando caminhos possíveis para afirmar seus interesses.

Tendo em vista essa discussão, destacamos que a experiência de vida da pesquisadora lhe permite afirmar que esta pesquisa inicia-se antes mesmo de ela adentrar a Universidade Federal do Pará, em 2011, no curso de Licenciatura em Pedagogia, pois já tinha relação com o “objeto”, a partir de sua vivência pessoal, conforme descrito no início deste texto, mas foi na graduação que o trabalho se firmou quando ingressou no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF)¹⁰, no qual iniciou suas primeiras pesquisas¹¹ sobre os pescadores artesanais e os acordos de pesca no baixo Tocantins, escrevendo e publicando trabalhos¹² importantes para sua participação na amplificação dessa discussão na região.

A atividade no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) durante o mestrado instigou ainda mais suas inquietações sobre a temática. As discussões

¹⁰ No âmbito do projeto de pesquisa intitulado: “Relação sociedade-natureza, agrobiodiversidade, manejo e gestão dos recursos naturais na região do baixo Tocantins”, executado por docentes-pesquisadores do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR – Belém) e do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, ligados ao GEDAF.

¹¹ Enquanto bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA) no período de 2011 a 2013.

¹² Dessas pesquisas, resultaram como publicações os artigos intitulados: “Gestão dos Recursos naturais na região do Baixo Tocantins através de acordos de pesca”, publicado na *Revista Antropologia Amazônica (Online)*, v. 6, n° 1, de março de 2014, em coautoria com Aquiles Simões, Oriana Almeida e Sérgio Rivero; “Conflitos em torno da emergência de inovações sócio-organizacionais: o caso do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Pacuí de Baixo (Cametá-PA)”, publicado na *Revista Agricultura Familiar*, Belém, n° 10, de dezembro de 2014, em coautoria com Francinei Bentes Tavares; “A construção social da ação pública: o acordo de pesca de Jaracuera Grande, Cametá (PA)” na *Revista Terceira Margem Amazônica*, v. 1, n. 3-4, em coautoria com Aquiles Simões; “Os acordos de pesca na perspectiva da Educação Ambiental Transformadora: um estudo de caso da comunidade de Pacuí de baixo (Cametá-PA)”, na *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (jul./sept. 2016), em coautoria com Francinei Bentes Tavares, Yvens Ely Martins Cordeiro e Adriana Leite de Melo Cordeiro.

vivenciadas no grupo fortaleceram-na a seguir essa pesquisa tão oportuna para o debate atual acerca do cenário educativo dos movimentos sociais.

Na medida em que a pesquisa se ampliava nas atividades da bolsa PIBIC, aumentavam os questionamentos sobre os aspectos relacionados à formação dos pescadores, tendo em vista os vínculos que estes estabelecem enquanto filiados na Colônia Z-16 de Cametá. Durante os trabalhos que a pesquisadora realizou¹³, foi possível identificar que a prática educativa da Z-16 reflete tanto no âmbito do trabalho da pesca (com formações feitas pela instituição abrangendo diferentes temáticas educativas sobre práticas de manejo, educação ambiental, acordos de pesca, técnicas de piscicultura, de aquicultura, entre outras), quanto no contexto organizacional dos pescadores (por exemplo, com a criação de associações locais). São elementos importantes que possibilitam uma maior participação coletiva dos sujeitos nos espaços da Z-16, podendo resultar em melhorias para suas realidades de vida.

Não obstante, o limite de alcance dessa pesquisa na ocasião não permitiu um estudo sobre como são trabalhadas essas práticas educativas a partir dos projetos implementados e qual a concepção de educação adotada pela Z-16 para atuação junto aos trabalhadores. Consideramos que são iniciativas plausíveis no campo educacional, portanto, à luz do marxismo realizamos, neste trabalho, uma análise sobre o Projeto “Pescando Letras”, uma prática voltada para a formação do pescador artesanal filiado na Z-16. Com esse projeto buscamos identificar, por meio do contexto material, de que forma ele contribuiu para a qualificação profissional dos pescadores e seus processos de organização, levando em consideração os saberes do trabalho por eles produzidos.

ESTADO DA ARTE: UMA SÍNTESE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS FEITAS NA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ

O interesse em pesquisar e buscar entender como a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá articula historicamente seus processos de luta e conquistas sociais, frente a um sistema hegemônico capitalista na região tocantina (sobretudo com a implantação de grandes projetos como a UHE de Tucuruí), tem conduzido, nos últimos anos, vários pesquisadores de diferentes âmbitos epistemológicos, sobretudo das ciências humanas e sociais a voltarem suas

¹³ Nesse período, minha pesquisa voltava-se para a análise dos acordos de pesca como forma de gestão dos recursos naturais pesqueiros na região amazônica, especificamente no baixo Tocantins. Essa iniciativa possibilitava aos pescadores maior dinamismo na gestão dos recursos, gerando um processo coletivo e socio-organizacional de aprendizagem, produção de saberes e formação constante tanto no espaço da Z-16, quanto nas suas próprias comunidades as quais vivenciavam tais experiências.

pesquisas e atenção para a instituição e suas formas de organização junto aos sujeitos pescadores que a constituem. Ao fazermos um levantamento em sites como no Google, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e bibliotecas de pesquisa (principalmente na UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, e no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes), constatamos que existem vários trabalhos, incluindo teses, dissertações e publicações¹⁴ sobre a Z-16 de Cametá.

De forma geral, esses trabalhos buscam compreender diferentes aspectos ligados ao funcionamento da instituição, abrangendo seu contexto histórico-social, educativo, político, econômico, ambiental e cultural. As mais variadas temáticas de pesquisas estão voltadas para discussões importantes, entre as quais podemos citar: formação de identidade de pescadores, incluindo de jovens e mulheres; formação e atuação política; educação e movimento social; saberes sociais; trabalho e educação; identidade e trabalho da pesca; acordos de pesca, entre outras. Essa multiplicidade de trabalhos produzidos constitui uma rica bibliografia sobre a Z-16, entretanto, optamos por destacar aqui as pesquisas que mais se aproximam de nossa temática de estudo, no sentido de trazer elementos que nos ajudem a compreender o nosso objeto, cristalizando nossas pretensões nas discussões deste trabalho.

Entre esses trabalhos, destacamos a dissertação de mestrado, publicada em 2011, de autoria de Martins, intitulada “*Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA*”. Nesse trabalho, Martins (2011) toma como objeto de estudo os saberes dos trabalhadores da Colônia Z-16 construídos no trabalho, além de analisar o saber produzido pelo trabalho dos pescadores e a participação política desses sujeitos no contexto social de seus movimentos. O autor destaca ao concluir sua pesquisa que as discussões que apresentou relacionadas aos saberes do trabalho da pesca e o processo de atuação política dos pescadores “[...] são questões que ainda precisam de outras análises, de que outros estudos podem partir para

¹⁴ Das publicações referentes à Z-16 de Cametá, destacam-se: “A práxis política como atividade formativa dos trabalhadores da pesca da Colônia Z-16 de Cametá-PA” (MARTINS; SILVA, 2018); “A lógica do sistema capitalista e a práxis dos pescadores artesanais da Colônia Z-16 de Cametá-PA” (CORRÊA; ALFAIA, 2017); “Trabalho, Educação e Movimento social: análise sobre o saber e a atuação política dos pescadores afiliados à Colônia de pescadores artesanais Z-16 de Cametá/PA” (MARTINS; RODRIGUES; RODRIGUES, 2017); “Os saberes dos pescadores da Colônia de pescadores artesanais Z-16 de Cametá-Pa construídos a partir das relações do trabalho da pesca” (RODRIGUES; MARTINS, 2015); “Trabalho, educação e saberes dos trabalhadores da Colônia Z-16 de Cametá-PA” (MARTINS; RODRIGUES; RODRIGUES, 2014); “Saberes do trabalho da pesca de jovens ribeirinhos no município de Cametá-Pará-Brasil: questões de identidade e formação do trabalhador” (RODRIGUES; SILVA, 2014); “Trabalho, saberes sociais e identidade: a experiência de pescadores artesanais no Estado do Pará” (RODRIGUES; ARAÚJO, 2013); “Pra onde sopram os ventos? Práticas educativas dos pescadores de Cametá” (BARRA, 2015); “Revista Ver-o-Pará” (2005); “Revista Caamutá” (2001); “Pescadores artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos” (FURTADO; BARRA, 2004).

fortalecer a reflexão em torno da temática apresentada” (MARTINS, 2011, p. 108), carecendo, portanto, serem mais aprofundadas.

A tese de doutorado de Rodrigues (2012), intitulada: “*Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará*”, tem também a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá como locus de pesquisa. Na tese o autor aborda a relação entre saberes sociais e luta de classes, “[...] analisando-se a atuação daqueles como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si” (RODRIGUES, 2012, p. 9). A partir das categorias saberes sociais e luta de classe, Rodrigues propõe um viés de estudo que pode contribuir com o fortalecimento da fração de classe dos pescadores, principalmente, por apresentar uma discussão pautada na realidade sociopolítica desses sujeitos. Isso é afirmado quando o autor destaca que, “[...] os saberes sociais produzidos pelos pescadores configuram-se como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, ao lhes possibilitarem a organização política, como os saberes do trabalho relacionados à contestação da realidade e à atuação política” (RODRIGUES, 2012, p. 9).

Outro autor que teve a Colônia Z-16 de Cametá como objeto de estudo foi Rodrigues, com sua dissertação publicada em 2016, com o título “*Juventude, trabalho e educação: a formação da identidade pescadora dos jovens da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá-PA*”. Nessa pesquisa Rodrigues tem como objeto de investigação a formação da identidade pescadora de jovens filiados na Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá que concluíram o Curso Técnico de Aquicultura, ofertado pelo Centro Integrado de Educação do baixo Tocantins (CIEBT-Cametá). Para tal investigação, o autor elege como variáveis da pesquisa o saber social do trabalho da pesca e os conhecimentos técnico-científicos que foram adquiridos pelos jovens pescadores no curso técnico citado.

Destacamos também a dissertação de Pompeu, publicada em 2017, intitulado “*Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-Pará*”. Nessa pesquisa, o autor investiga processos de formação de identidade em interlocução com a produção de saberes do trabalho da pesca, “[...] o objeto de investigação foi a formação da identidade dos pescadores artesanais da ilha de Tentém, município de Cametá-PA, a partir das condições materiais de produção de saberes do trabalho da pesca, após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE)” (POMPEU, 2017, p. 14).

A dissertação de Corrêa, publicada em 2018, intitulada “*A práxis produtiva e processos de constituição de identidade de pescadores artesanais da Amazônia paraense: o*

contexto da Colônia Z-16 de Cametá” também apresenta uma discussão relevante ao se propor a responder como ocorre a relação entre práxis produtiva e processos de constituição de identidade entre os pescadores artesanais filiados à Colônia Z-16 de Cametá. Para tanto, com base em Frigotto (2009), o autor resgata o princípio educativo do trabalho, partindo do “[...] pressuposto ontológico, isto é, do reconhecimento da centralidade do trabalho no processo de constituição do homem e da sociedade e, com efeito, da identidade” (CORRÊA, 2018, p. 14).

Com esta breve síntese, podemos observar que se tem um amplo arcabouço bibliográfico de pesquisas sobre a Z-16 de Cametá, principalmente com objetos de estudo voltados para a categoria identidade, as quais apresentam dados relevantes e respostas aos problemas sociais, políticos, ambientais e econômicos que permeiam o contexto de produção da existência dos pescadores artesanais, tanto no espaço organizativo quanto no cotidiano de trabalho, sendo analisados em diferentes períodos e contextos históricos. Todavia, precisamos considerar que a Z-16 é um espaço de atuação concreta de sujeitos ativos, portanto, não inerte, mas um organismo vivo em constante movimento e transformação na história, assim como estão os pescadores que a compõem, o que nos permite afirmar que o conhecimento produzido sobre a Z-16 não se esgota em si mesmo, pois faz parte desse constante processo de transformação.

Por esse viés, realizar o Estado da Arte pressupõe pôr em evidência o que já foi escrito sobre determinado objeto. Além disso, é preciso destacar que as produções científicas estão também sendo constantemente renovadas, e o levantamento ora apresentado não pode ser considerado como definitivo, mas sim como um dado histórico de um determinado período. No dizer de Nosella (2007, p. 138), “[...] a história dos homens está sempre aberta a vários desdobramentos, dependendo dos reveses econômicos, das lutas e das vontades humanas [...]”. Nesse sentido, se consideramos que a Z-16 e os pescadores a esta filiados estão em constante movimento com a história, há de se analisar que as contradições vão se evidenciando e possibilitando a revelação de outros problemas que as novas pesquisas podem se propor a analisar e responder.

Ressaltamos que, apesar das discussões sobre a temática em estudo apresentarem pontos convergentes com a produção de outros autores, principalmente sobre a categoria saberes do trabalho, esta pesquisa se diferencia pela proposta de analisar o processo formativo de pescadores artesanais da Z-16 por meio de um projeto educativo, o “Pescando Letras”,

através do qual buscamos investigar a qualificação profissional e os processos de organização resultantes da participação desses trabalhadores no referido projeto.

Compreendemos que essa análise é fundamental e oportuna para a identificação de fatores que estão inseridos na dinâmica de atuação educativa dos movimentos sociais, podendo trazer contribuições significativas para a amplificação da discussão e a instigação de novas pesquisas na área.

A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Tendo em vista esses elementos, a dissertação estrutura-se em três capítulos. O primeiro com o título *O contexto da pesca artesanal na Amazônia e o aporte teórico-metodológico da pesquisa* faz uma discussão inicial sobre o pescador artesanal e sua relação com a natureza e os processos de trabalho. Tomamos o pescador enquanto fração de classe e ribeirinho que constrói sua existência por meio das diversas atividades produtivas que desenvolve, dentre elas a pesca artesanal. Assim, compreendemos esse pescador como sujeito ativo, concreto, real, que transforma a natureza ao mesmo tempo em que é transformado por ela, sendo parte fundamental do meio onde vive. Ampliamos esta discussão analisando o contexto de vivência dos pescadores, destacando as metamorfoses sofridas no seu mundo de trabalho, e como estes vêm resistindo a esses fatores para a manutenção de seus saberes sobre o trabalho. Constata-se que essas mudanças decorrentes das necessidades do capital fazem surgir interesses tanto deste quanto dos trabalhadores, não conseguindo aquele dominar todos os processos de trabalho, muito porque os pescadores têm resistido à sua lógica de dominação, mantendo seus saberes do trabalho na base da produção de valores de uso.

No âmbito do lócus da pesquisa, contextualizamos a Colônia Z-16 de Cametá como espaço de luta e organização social dos pescadores que tem contribuído para o processo de formação da categoria.

Neste capítulo também tratamos do aporte teórico-metodológico, destacando as bases metodológicas que orientaram a articulação entre o âmbito teórico e a empiria, partindo do princípio de que a análise da realidade pesquisada em termos históricos e sociais pressupõe uma metodologia que busque articular o local ao universal, sem, contudo, perder de vista as contradições inseridas em uma sociedade de classes.

Nesse sentido, analisamos os dados das entrevistas, articulando-os aos elementos metodológicos que subsidiaram a pesquisa, expondo ainda que as análises sobre a qualificação profissional e os processos de organização dos pescadores da Z-16, por meio do

“Pescando Letras”, configuraram-se no eixo central de uma pesquisa qualitativa, pressupondo observação *in loco*, entrevista semiestruturada e aberta, análise documental (Estatuto da Colônia Z-16, Revista MMA e informações publicadas pela instituição), destacando ainda que, para análise dos dados, pautamo-nos na técnica de análise de conteúdo.

O capítulo II, intitulado *Processos educativos e movimentos sociais: elementos para análise sobre a formação do trabalhador da pesca*, subdivide-se em quatro seções principais, nas quais analisamos o processo de formação do pescador artesanal dentro e fora do espaço da Z-16. A primeira seção trata da luta de interesses que se travam para com a formação do trabalhador, subsidiamo-nos para essa discussão em vários autores, principalmente nos trabalhos de Frigotto (1999) e Gramsci (1978; 1991), que, por diferentes visões, apontam que a formação do trabalhador deve embasar-se em uma concepção de educação que busque o desenvolvimento integral de suas potencialidades, estando articulada as suas reais necessidades, no sentido de poderem atuar na melhoria de suas realidades.

Avançamos nas próximas seções destacando a relação movimentos sociais e educação, apontando seu caráter educativo e as contribuições para a formação do trabalhador. Embasando-nos em Sztompka (1998), afirmamos os Movimentos como potencializadores de mudanças sociais. Visando concretizar essa discussão, fazemos uma análise sobre a concepção de educação e os processos de formação da Colônia Z-16 de Cameté, demarcada historicamente como cenário de luta, produção do conhecimento e formação sociopolítica dos pescadores artesanais a ela filiados. Nesse aspecto, discorreremos sobre a materialidade do Projeto “Pescando Letras”, desenvolvido na referida instituição.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, debate a formação dos pescadores artesanais da Z-16, a partir da experiência do Projeto “Pescando Letras”, análise central da pesquisa, na qual encontra-se o vértice do conjunto da problemática aqui discutida. Como ponto inicial, enfatizamos os saberes da pesca e a formação do trabalhador como uma construção social por meio do trabalho, sendo os saberes dos pescadores a base fundamental de sua formação e humanização. Assim, defendemos *conhecimento* e *saber* como expressões correlatas, pois dialeticamente fazem parte da realização concreta da base de produção existencial dos pescadores, estando relacionados ao contexto histórico de vida desses sujeitos, portanto, à sua formação humana. Nessa discussão, apresentamos as inter-relações entre o Projeto “Pescando Letras” e os saberes dos pescadores, uma articulação que foi fundamental para a construção do conhecimento pelos trabalhadores, pois a prática educativa com base na

sua realidade de vida facilitou o processo de aprendizagem, permitindo a relação possível com outros saberes, para além dos que já possuíam sobre o trabalho da pesca.

Nesse viés da formação, analisamos, a partir do “Pescando Letras”, a qualificação profissional na voz dos trabalhadores da pesca. Os dados apontam elementos importantes que evidenciam contribuições significativas no campo profissional e organizacional dos pescadores, que foram possíveis por meio da participação no Projeto. Do ponto de vista da qualificação, o Projeto “Pescando Letras” ensejou-lhes melhorias no aspecto educacional quando os entrevistados afirmam terem aprendido assinar o próprio nome, além da aquisição de outros conhecimentos que somaram as suas experiências de vida. Vale notar que esse processo não aconteceu com todos os pescadores, haja vista relatos que apontam indícios de que alguns participantes não obtiveram o mesmo resultado.

No que tange aos processos de organização, constata-se que os pescadores de forma individual e coletiva utilizaram-se do Projeto para ampliar suas participações nos espaços de discussão da Colônia Z-16, conscientizando-se para a luta de seus direitos dentro da instituição. Somado a isso, o diálogo entre os pescadores, possibilitado pela dinâmica do Projeto, permitiu um amadurecimento das ações organizacionais nas comunidades, uma vez que os sujeitos passaram a se organizar na busca de melhorias para as suas condições concretas de existência. Um ponto importante nesse aspecto organizacional foi que o projeto também contribuiu na formação política dos pescadores, uma vez que passaram a direcionar suas ações na tomada de decisões.

Contudo, embora a experiência no “Pescando Letras” tenha sido válida, como indicam os dados da pesquisa, a Z-16 não avançou nesse processo de formação dos pescadores, constatando-se a descontinuidade do projeto nas comunidades (que teve duração de apenas seis meses). Isso implicou em frustração por parte de alguns pescadores que avaliam como um ponto negativo, o que, segundo eles, poderia ter sido ampliado na constituição de novas oportunidades aos filiados. Foi possível constatar também que há atualmente um enfraquecimento nas formas de luta dos trabalhadores da Entidade, sobretudo no que tange aos processos de organização, o que tem refletido consideravelmente nas associações locais dos pescadores, resumindo-se as relações principalmente via do *Seguro-Defeso*¹⁵. Por fim, apresentamos alguns direcionamentos e as conclusões da pesquisa.

¹⁵ O *Seguro-Defeso* é um recurso governamental destinado aos pescadores artesanais durante o período conhecido como *piracema* (época de reprodução dos peixes), quando esses sujeitos ficam proibidos de realizar a pesca para fins de comercialização. Em termos práticos, esse *seguro* prevê a garantia financeira aos pescadores para um período apenas de 4 meses (de novembro a fevereiro), oportunizando tão somente custear as condições

1. O CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL NA AMAZÔNIA E O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Iniciamos este capítulo contextualizando a pesca artesanal. Para tanto, fazemos uma análise sobre o pescador e sua relação com a natureza e o trabalho da pesca, identificando-o enquanto sujeito ativo, produtor de saberes pelo trabalho e pelas relações que constrói na dinâmica social do meio em que vive, sendo parte da natureza. Ligado a isso fazemos uma discussão sobre as metamorfoses no mundo do trabalho da pesca artesanal, buscando evidenciar de que forma essas mudanças têm repercutido no contexto de vida dos trabalhadores e seus processos de trabalho, e como estes vêm resistindo a esses fatores.

Com este capítulo abordamos também o percurso teórico-metodológico, apresentando os elementos que nortearam a pesquisa, no sentido de alcançar a problemática proposta. Assumimos o método pautado no materialismo histórico-dialético, enquanto concepção e base científica da pesquisa, que ampara e amplifica as análises do objeto pesquisado. Por esse viés marxista, embasamo-nos na abordagem qualitativa que melhor compreende e atende os objetivos do trabalho, utilizamos a entrevista semiestruturada, análise documental e a observação, como técnicas de coleta de dados, além da análise de conteúdo como ferramenta para a sua interpretação.

1.1 O PESCADOR ARTESANAL E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA E O TRABALHO DA PESCA

A Amazônia é caracterizada por sua diversidade tanto ambiental quanto social, esta associa-se aos diferentes modos de vida, saberes, culturas, e também a uma variedade de sujeitos camponeses, entre os quais destacam-se: os pescadores, os indígenas, os quilombolas, os assentados, os atingidos por barragens, entre outros. Esses sujeitos apresentam modos de vida diferenciados, com culturas e identidades próprias em interação com a natureza e seus ecossistemas (DIEGUES, 1995). Essas formas de interação delineiam as suas organizações sociais em um conjunto de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos das florestas, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado (MENDONÇA *et al.* 2007).

É no processo de construção das condições materiais de existência, que os homens estabelecem relações entre si e com a natureza, ocasionando as transformações tanto do meio,

mínimas para a garantia alimentar, não se constituindo, portanto, em uma renda que pudesse lhes garantir outras condições objetivas, como as relacionadas à educação e saúde, além de outras necessidades humanas, como a sociabilidade por meio da cultura, do lazer, do esporte, do entretenimento, etc. (RODRIGUES, 2012).

quanto de si mesmos, tendo a natureza¹⁶ como ponto de partida. De acordo com Marx (2004, p. 81, grifos do autor), “[...] o trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (sinnlich)*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz”. Portanto, para Marx, a natureza é uma realidade independente do homem, mas, ao mesmo tempo, mediada pela sua práxis. Na concepção do autor, a natureza é uma totalidade de tudo que existe, entretanto, ela só ganha sentido pela ação transformadora do homem pelo trabalho, não podendo ser tomada abstratamente e separada do homem.

Assim, Marx concebe a natureza como o substrato da atividade transformadora do homem, que fazendo parte do mundo material, existe mesmo sem a sua intervenção. Entendemos que, na medida em que o homem se dar conta desta compreensão de Natureza, ele se compreende a si mesmo como natureza, sendo parte fundamental deste processo. Nesse ponto, Vázquez (1968, p. 144) afirma que:

O homem só existe na relação prática com a natureza. Na medida em que está – e não pode deixar de estar – nessa relação ativa, produtiva, com ela, a natureza se lhe oferece como objeto ou matéria de sua atividade, ou como resultado desta, isto é, como natureza humanizada.

Vázquez (1968) analisa que o desenvolvimento dialético das relações sociais e das forças produtivas é contraído pelos homens na produção, sendo que esta se correlaciona, em primeira instância, com a necessidade¹⁷. O autor destaca o homem como um ser de necessidades, e, por isso, produz para satisfazê-las, mas vai além disso, o homem é “[...] o ser que inventa ou cria suas próprias necessidades”¹⁸ e na medida em que realiza esse processo, “se cria ou se produz a si mesmo”¹⁹, diferentemente do animal que, por mais que tenha necessidades, e, de certo modo, também produza, essa produção se dá de forma direta, imediata e unilateral, sendo que o animal só produz sob a égide da necessidade física imediata. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx (2004, p. 85) afirma que:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga, etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto

¹⁶ Kosik (1976, p. 203) afirma que “[...] em sua relação com o homem, a natureza se manifesta sob um duplo aspecto: por um aspecto se apresenta como potência e objetividade que tem de se respeitada, cujas leis o homem precisa conhecer a fim de que possa delas se servir em benefício próprio; por um outro aspecto, se rebaixa a mero material no qual se realizam os fins humanos”.

¹⁷ Frigotto (1999, p. 124) destaca que “[...] as necessidades humanas são históricas e não finitas. O trabalho, enquanto processo de criação do homem e de satisfação de suas necessidades, não pode ser considerado finito. Não há, pois, um limite teórico nem das necessidades, nem das atividades humanas”.

¹⁸ Vázquez (1968, p. 142).

¹⁹ *Ibidem* (p. 144).

o homem produz universal[mente], o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto [...].

Assim, por meio de sua atividade produtiva, o pescador artesanal cria seus meios de vida a partir de suas necessidades, reproduzindo a natureza numa relação dialética, objetivando-se²⁰, assim, como ser social, sendo que essa objetivação se dá na relação e atuação conjunta dos pescadores na dinâmica de trabalho, da atividade material que desenvolvem. Nesse sentido, a objetivação material, isto é, a produção, é essencial para o pescador.

Por outro lado, Marx salienta que as relações entre homem e natureza²¹ são complexas, pois, de um lado, o ser humano é visto como parte da natureza, em constante interação com o meio ambiente físico, e, de outro, ele é visto como ser social, isto é, como um conjunto de relações capaz de criar uma organização social. Neste segundo aspecto, é fundamental a compreensão de que, “[...] pelo simples fato de existir, o homem é um ser social, que não só é sempre fisgado nas malhas das relações sociais, mas sempre *age, pensa, sente* como um *sujeito* social; e isto antes ainda de tomar consciência de tal realidade ou até mesmo para dela se dar conta” (KOSIK, 1976, p. 85, grifos do autor). Mais que isso, “[...] o homem é sujeito de conhecimento, é sujeito de vida e de ação” (Ibidem, p. 247).

Nesse contexto, o pescador artesanal, ao realizar o seu trabalho, visto como atividade ontológica vital, realiza a sua própria humanização, enquanto ser social que interage e está em constante relação com a natureza. No dizer de Rodrigues (2012, p. 145):

[...] o *ser social pescador* é a unidade resultante do intercâmbio com a natureza e com outros homens, pois, ao interagir com a natureza, modifica-a em decorrência de suas necessidades, e, ao interagir com outros homens, mesmo em oposição, vai-se determinando como pescador. Desta forma, em suas relações, estabelecem outras formas de intercâmbio com a natureza e com os outros homens e, por conseguinte, configuram-se delineamentos diferenciados do ser social.

Nessa dimensão social, o pescador artesanal vai se constituindo enquanto tal por meio de suas relações, na interação com o outro pelo trabalho. Aqui, enfatizamos que a

²⁰ De acordo com Vázquez (1968, p. 139), “[...] o homem só se manifesta como ser humano na medida em que objetiva suas forças essenciais, genéricas, mas essa objetivação – práxis material, trabalho humano – só é possível entrando o homem em relação com os demais – ‘mediante a atuação conjunta dos homens’”.

²¹ Nas suas obras, Marx utilizou vários termos para designar natureza: condições naturais do trabalho, momentos objetivos da existência do trabalho, entre outros.

Colônia Z-16 de Cametá aloca-se como uma das organizações fundamentais da sociedade, defendendo o direito ao trabalho, se tornando um espaço de grande importância por abranger essa formação social do pescador. O trabalho é uma categoria vital, não apenas porque é o elemento marcante da sociedade, ocupando maior parte de seu tempo e espaço, mas porque é a forma substancial de contato e transformação da natureza, através do qual o homem obtém a sua sobrevivência material. Na concepção de Marx (1985b), mesmo a produção do objeto de trabalho que o homem extrai da natureza implica a incorporação do trabalho humano, sendo que o trabalho é o único criador de riquezas. O autor destaca que, mesmo quando os objetos:

[...] devem ser apenas *encontrados* e *descobertos*, o esforço, o trabalho – como a caça ou a pesca, o pastoreio; – e a produção (i. é, o desenvolvimento) de certas capacidades pelos sujeitos logo se fazem necessários. Ainda mais, condições em que o homem precisa, apenas, apanhar o que está pronto, sem qualquer instrumento (isto é, sem produtos do trabalho já destinados à produção), etc., são muito transitórias e não podem, jamais, ser encaradas como normais; nem mesmo no estágio mais primitivo (MARX, 1985b, p. 86, grifos do autor).

No caso da atividade pesqueira artesanal, ela se associa aos processos naturais, e nos rios, furos igarapés²² estão as condições naturais imediatas de produção juntamente com os recursos potenciais neles existentes. Podemos dizer que, “[...] através do trabalho, o pescado é capturado, ele se transforma em objeto de trabalho ou meio de subsistência (objeto separado de suas condições naturais de existência)” (DIEGUES, 1983, p. 91), sendo que, ao ser processado, o peixe transforma-se em matéria-prima.

É importante destacar aqui a diferença entre objeto de trabalho e meio de trabalho (matéria-prima). Para Marx objeto de trabalho é aquele objeto natural retirado da natureza pelo trabalho e transformado em valor de uso, em subsistência²³. Quando o objeto tem o trabalho incorporado, o autor o considera como meio de trabalho ou matéria-prima (DIEGUES, 1983). Marx vai além ao destacar uma dupla centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso, sendo criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, a partir desse aspecto, como princípio educativo. Assim, o autor afirma que o processo de trabalho:

[...] é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e,

²² Ambientes de pesca que permitem a atividade produtiva do homem ribeirinho. Alguns destes locais não trafegáveis com embarcações de grandes portes, como no caso dos furos e igarapés.

²³ “A produção do pescado enquanto meio de subsistência indica um estágio da produção em que o homem e seu trabalho se confundem com as condições naturais da produção. A própria tecnologia, no caso limite, se confunde com a extensão do próprio corpo humano. O homem tira proveito do que Marx chama de tecnologia natural, ou dos processos próprios da natureza para a produção da vida” (DIEGUES, 1983, p. 92).

por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 335).

Essas considerações iniciais trazem contribuições para analisarmos a histórica relação do pescador com o trabalho e sua produção, o que nos permite uma análise sobre o conceito de pescador artesanal²⁴, atentando-nos para o uso do termo, que pode apresentar vários significados, dependendo da forma como é utilizado. O Decreto-Lei 221/1967 define-o, em seu artigo 26, como: “[...] aquele que matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida” (BRASIL, 1967).

Assim também define o Estatuto da Colônia Z-16 quando afirma ser o pescador quem “[...] faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida” (Estatuto da Z-16, Art. 1º, 2014). Um dos entrevistados acrescenta dizendo que “[...] o pescador artesanal é quem trabalha em regime de economia familiar” (PESCADOR 01). Desse modo, o pescador artesanal não será aquele que vive exclusivamente da pesca, mas aquele que faz dela seu *meio principal de vida*. Barra (2013, p. 39) destaca o pescador artesanal ligado a diversas atividades produtivas quando afirma que:

Os pescadores artesanais podem ser caracterizados, então, pela prática de várias atividades ligadas à sua sobrevivência econômica e cultural. Praticam, além da pesca, a mariscagem, a agricultura (na qual se insere também a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos) e o extrativismo, especialmente do açai. Essa característica pluriativa pode ser percebida tanto na observação direta de sua rotina quanto no conteúdo dos diálogos estabelecidos entre as comunidades.

Para além desses conceitos, compreendemo-los não apenas como pescadores de *per si*, que têm na atividade da pesca um meio de vida, mas como homens e mulheres históricos e ativos que, por meio de sua práxis produtiva, constroem saberes e identidades, tendo poder participativo de transformação, de modo que as suas vidas materiais são produzidas no próprio fazer-se do trabalho, dentro do contexto histórico-social em que estão inseridos. No dizer de Hobsbawm (2000, p. 30):

[...] corremos o perigo de esquecer que o sujeito e o objeto de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr este risco, pois são pessoas – não o “trabalho”, mas homens e mulheres trabalhadores reais, mesmo que

²⁴ Os pescadores foram reconhecidos no art. 195, parágrafo 8º da Constituição Federal de 1988, que lhes garantiu o direito na seguridade social. Em 1991, foi promulgada a Lei n. 8.287, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro desemprego a pescadores artesanais durante o período do defeso, revogada em 2003 quando se universaliza a Política de Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA), Lei n. 10.779, popularmente conhecida como *Seguro-Defeso*.

frequentemente ignorantes, míopes e preconceituosos – o que nosso estudo focaliza.

Nesse sentido, consideramos os trabalhadores ligados à pesca artesanal²⁵ sob duas perspectivas: primeiro, enquanto fração de classe, uma vez que são representados pelos pescadores, produzindo relações de trabalho e possibilidades de transformações sociais na unidade de interesses; e enquanto ribeirinhos que vivem às margens dos rios e constroem e reconstróem suas vidas no interior das comunidades tradicionais, produzindo experiências culturais, “[...] encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10), que permitem um maior entendimento sobre o aspecto formativo do trabalho humano que mantêm nas suas bases de produção existencial. Portanto, são homens e mulheres que, ao realizarem seu trabalho nas atividades da pesca, da agricultura, do extrativismo, produzem, ao mesmo tempo, transformações e criam uma relação de mediação com a natureza.

Mendonça *et al.* (2007, p. 94) destacam que [...] “o termo ‘ribeirinho’ refere-se àquele que anda pelos rios. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, a fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo às terras mais férteis de suas margens”. Os ribeirinhos residem em comunidades que, geralmente, são compostas por unidades familiares com relação de parentesco, “[...] as comunidades apresentam uma organização básica de liderança política, religiosa e esportiva, e na maioria das vezes possuem alguma infraestrutura como escola, meios de transporte etc.” (BRASIL, MMA, 2006, p. 30).

Entendemos que as comunidades ribeirinhas são espaços reais que corporificam a cultura amazônica (Figura 2), não são apenas locais de existência, mas exprimem essencialmente os modos de vida das populações que ali residem, as suas diferentes formas de produção construídas no trabalho, nas relações, na troca de saberes, na dinâmica interativa que apresentam, na participação nos espaços de sociabilidade e na organização política, econômica e cultural. Ao construírem suas vidas nessas comunidades, os pescadores constroem concomitantemente seus processos de formação humana, através das especificidades de suas experiências, organização e construção identitária, envolvendo um conjunto de elementos educativos que os permitem o conhecimento necessário para a sobrevivência na dinâmica cultural exterior.

²⁵ “Artesanal é o nome dado ao pescador por produzir seus próprios apetrechos de pesca e por fazer desta atividade apenas sua subsistência” (FURTADO; BARRA, 2004, p. 34).

Figura 2: Residências e vegetação típicas das comunidades ribeirinhas do município de Cametá.



Fonte: Sara Dias. Pesquisa de campo (maio de 2018).

Nesse contexto, o trabalho da pesca caracteriza-se como a produção de sua vida social, visto que o objetivo essencial do trabalho é, pois, a reprodução ampliada da vida (GRAMSCI, 1991). Entretanto, para além da atividade da pesca, esses pescadores ribeirinhos exprimem formas cotidianas de resistências que possibilitam a concreticidade e a vivência possível de suas realidades, tendo uma história marcada pela negação de seus direitos e a não atenção às suas condições básicas de vida.

Por outro lado, evidencia-se em um movimento dialético (no sentido de interpenetração dos contrários), que o modo tradicional de vida ribeirinho, ao mesmo tempo em que vem sendo alvo da expansão das sociedades modernas e do processo de mercantilização, vem resistindo e tentando se contrapor a esse modelo de desenvolvimento. Ainda se constata nas comunidades as antigas tradições das populações ribeirinhas como o extrativismo e a pesca artesanal. As nomeações para os recipientes de medidas de volume e massa (frasco, rasa, cambada, feixe, alqueire), assim como manifestações religiosas e folclóricas (novena, ladainha, carimbó, siriá, samba-de-cacete, festas de padroeiro, etc.), demarcando sua identidade cultural (COSTA, 2006), o que é de grande relevância para o seu contexto histórico-social, como afirmam Furtado e Barra (2004, p. 41).

Rios, lagos, igarapés, furos, corporificam o espaço do homem do baixo Tocantins, mais precisamente do homem ribeirinho, executado de forma

tradicional na maioria das vezes (considerando o avanço tecnológico na atual realidade), que vem permitindo tanto a obtenção de sua subsistência como a venda do excedente, bem como, a reprodução de sua cultura, de sua prática a outras gerações, mantendo viva a importância do pescador artesanal na sociedade.

Por meio de suas formas tradicionais de uso, relação com a natureza e produção artesanal, os pescadores ribeirinhos constroem sua dinâmica de trabalho, possibilitando cotidianamente a reprodução de sua cultura com o meio no qual se estabelecem enquanto sujeitos. Nesse aspecto, o pescador artesanal é, em sua essência, um sujeito ativo, vivo, efetivo, objetivo, sensível, criador de valores, saberes, cristalizados pela história que produz no seu tempo e espaço social. A sua atuação permite-nos identificar a veracidade e o grau com que contribuíram e contribuem para a construção do conhecimento na sociedade atual, o que demonstra seu engajamento e compromisso com um projeto humanitário e transformador, apesar das metamorfoses sentidas no seu mundo de trabalho, conforme será tratado a seguir.

1.2 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO DA PESCA ARTESANAL

Conforme afirmado neste trabalho, a pesca é condição *sine qua non* para o processo de apropriação como atividade material pelo pescador artesanal, portanto, ela tem uma relação intrínseca com sua trajetória de vida e trabalho, embora não seja a única atividade praticada pelos pescadores nas comunidades ribeirinhas. Enquanto atividade humana, a pesca artesanal representa uma modalidade de uso do espaço via apropriação da natureza para o sustento familiar dos sujeitos pescadores. Conceitualmente, o Art. 4º da Lei nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, define a atividade pesqueira artesanal como:

Art. 4º – A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

É nos moldes da pequena produção mercantil, realizada no interior da atividade pesqueira, que se encontra a pesca artesanal, a qual se caracteriza pela produção e reprodução de técnicas e instrumentos de pescaria, construídos no fazer de sua atividade e repassados pelas gerações por meio da memória oral entre os pescadores. Como afirma Thompson (1998, p. 18), “[...] as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera

lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral [...]”.

Freitas e Rivas ([s. d.]) destacam que um dos fatores que demarcam a complexidade da pesca na região amazônica são os diferentes tipos de usuários dos recursos, com diferentes estratégias de pesca. Os autores analisam que coexistem seis modalidades de pesca na bacia amazônica, a saber: 1) a pesca de subsistência; 2) a pesca comercial multiespecífica; 3) a pesca comercial monoespecífica; 4) a pesca de reservatórios; 5) a pesca esportiva e, 6) a pesca de espécies ornamentais.

No caso em estudo, destaca-se a pesca de subsistência realizada pelos pescadores artesanais da região, a produção pesqueira denota a chamada pesca de várzea ou pesca extrativa, reforçando a sua condição de predominantemente artesanal. Isso se dá em virtude das características geográficas e da própria dinâmica que o espaço apresenta, sendo que essa atividade assume um papel crucial no processo construtivo da dinâmica local, pois é a partir dela que advém grande parte da alimentação e renda familiar, como afirmam Furtado e Barra (2004, p. 80):

O pescado é a principal fonte proteica da população. A pesca não representa somente o principal provedor de proteína para a população, mas também cumpre um papel social importante ao absorver parte da mão de obra ativa do município, auxiliando na redução da taxa de desemprego desta região.

Nessa forma de organização da produção da pesca artesanal, Diegues (1983, p. 152) destaca que a apropriação do produto é regida pelo sistema de partilha ou quinhão, “[...] o princípio que organiza essa forma de produção é o da mercadoria. [...] a atividade pesqueira se inscreve dentro de atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores”. No caso em estudo, destacam-se além da pesca outras formas alternativas de subsistência e geração complementar de renda dos pescadores, como a coleta de frutos – como o açai²⁶ e o palmito –, a criação de “xerimbabos”, pequenos animais como porco, pato, galinha, peru, a atividade de apicultura e a piscicultura.

Há entre os pescadores um sistema de relações sociais que regula e garante o processo produtivo, através do “princípio de residência comum” (DIEGUES, 1983, p. 152). Não obstante, no baixo Tocantins vivencia-se também o processo de ampliação da capacidade

²⁶ Ao se referir as espécies nativas de valor econômico do contexto ribeirinho, Sousa (2002, p. 23) afirma que, “[...] Nesse arquipélago constata-se a presença predominante de duas espécies nativas de valor econômico: o açazeiro e o buritizeiro. É da região das ilhas que sai grande parte do açai e pescado que abastece a cidade, além de carne de suíno e objetos feitos de talas de vegetais, tais como paneiros, peneiras, tipitis e outros produtos utilizados como instrumentos de trabalho em Cametá e em outros municípios da região”.

produtiva do pescado em terminado período do ano²⁷, quando os pescadores realizam a pesca de bloqueio²⁸, que consiste na captura específica do peixe mapará (*Hypophtalnus marginatus*). Essa pesca é considerada um evento festivo em alguns rios da Amazônia, no rio Tocantins – como nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru, os pescadores anualmente, reúnem-se na abertura da pesca, para o manejo coletivo do peixe, tradicionalmente chamado de “borqueio”²⁹ (Figura 3), no qual participam várias unidades familiares.

Figura 3: Pescadores artesanais na abertura da pesca do mapará realizada no município de Cametá-PA



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

²⁷ Na região da bacia hidrográfica do rio Tocantins, anualmente no intervalo entre 1º de novembro a 28 de fevereiro vigora o período de Defeso, que é a proibição da pesca durante a época reprodutiva dos peixes, determinada a cada ano pelo IBAMA por meio de Portaria.

²⁸ “Trata-se de uma pescaria que envolve um grande número de pescadores, pois o processo de pesca se caracteriza inicialmente na localização de cardumes para posterior cerco e coleta. Imediatamente após um cardume ser encontrado, duas redes são abertas em sentidos contrários, fazendo uma volta ao redor do cardume. Nas extremidades das redes que ficam submersas com o peso do chumbo, os pescadores mergulham para colocar uma rede dentro da outra, a fim de prender todo o cardume e, conseqüentemente, produzir uma boa pescaria” (MORAES, 2005, p. 61).

²⁹ A pesca na Amazônia se caracteriza não apenas como uma atividade comercial ou fonte de renda e subsistência para os pescadores, mas é também uma expressão sociocultural de suma importância para a região, a exemplo da pesca do mapará, uma prática cultural que vem possibilitando por meio da criação de Acordos de pesca a preservação da ictiofauna regional. Para melhor compreensão, ver documentário sobre a pesca do mapará disponível no site <https://www.youtube.com/watch?v=BpEILALcKKo>.

Nesse aspecto, a pesca se insere como uma atividade complementar destinada também a produzir valores de troca, uma vez que a remuneração da força de trabalho se dá não apenas pela partilha ou divisão do produto, mas também pela sua comercialização, como mercadoria. Conforme afirma Marx (2013, p. 158):

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria [...].

Os pescadores artesanais da região se caracterizam, principalmente, pela simplicidade dos apetrechos utilizados na pescaria³⁰, além do baixo custo de sua produção. O processo de trabalho se organiza dentro da unidade familiar, na qual os pescadores realizam o manejo com outros pescadores com quem estabelecem geralmente relações de parentesco e vizinhança. Os apetrechos de pesca de propriedade familiar ou individual, como a malhadeira, matapi, anzol, caniço, pari, tarrafa, ferradeira, piaba, espinhel³¹, etc., são alguns dos instrumentos utilizados com frequência pelos pescadores como ferramentas de trabalho (BRASIL, MMA, 2006). Esses apetrechos caracterizados como instrumentos de produção, são em sua maioria confeccionados pelos próprios pescadores, que se utilizam dos recursos naturais disponíveis nas comunidades ou em outras localidades próximas, os quais podem se constituir como valores de uso para o pescador, tendo em vista que:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. [...] O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca (MARX, 2013, p. 158).

Mas com o tempo, o trabalho da atividade pesqueira desenvolvida de forma tradicional como valor de uso veio se metamorfoseando, tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho. Essas mudanças ocorridas, principalmente com relação aos instrumentos de pesca, surgem a partir das inovações tecnológicas, com a introdução de aparelhos de alta

³⁰ Dentre as espécies mais pescadas no rio Tocantins e seus afluentes, destacam-se: a pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), o mapará (*Hipophthalmus spp.*), o curimatã (*Prochilodus nigricans*), o aracu (*Schizodon spp.*), a pescada (*Plagioscion spp.*), o pacu (*Myleus spp.* e *Mylossoma spp.*), o tucunaré (*Cichla spp.*), a branquinha (*Curima amazonica cinorata*) e a tainha (*Mugil brasiliensis*) (MOTA; PINHEIRO; VIDEIRA, 2003, p. 62-63).

³¹ O significado de alguns desses termos pode ser conferido no glossário constante do Anexo B.

capacidade de captura, feitos com fibras de náilon, motores a diesel, embarcações com caixas de gelo e aumento da pesca comercial (McGRATH *et al.* 1993).

Essas metamorfoses nos instrumentos e nas formas de captura do pescado, bem como na lógica de sua apropriação social, vêm possibilitando a passagem de “valor de uso” para “valor de troca”, acentuando o início de uma gradativa ruptura com a pesca artesanal de subsistência³² realizada pelos pescadores, sobretudo no âmbito da região em estudo. Nesse aspecto, Diegues acrescenta que:

As transformações técnicas ocorridas na captura e industrialização do pescado não somente aumentaram o poder predatório dos equipamentos, mas também se realizaram dentro de um processo de concentração de capital. Os custos cada vez mais elevados dos equipamentos de pesca, sua perecibilidade, a competição por pesqueiros cada vez mais distantes dos portos de origem, levaram à concentração da atividade pesqueira nas mãos de empresas capitalistas, sobretudo nos países industrializados (DIEGUES, 1983, p. 71).

Desse modo, podemos dizer que os pescadores, no decorrer dos tempos, desenvolveram várias estratégias de pesca para o manejo satisfatório dos recursos. Entretanto, alguns fatores, como as mudanças climáticas e ambientais, a ocupação do espaço, a proibição do uso de determinado apetrecho, a maneira de operar a arte de pesca, a alteração no modo ou estratégia empregada, a substituição de uma arte por outra, o abandono de uma ferramenta e/ou técnica de pescaria, incorporação de um novo método e estratégia de pesca, etc., podem causar mudanças no trabalho da pesca e/ou nas formas de executá-la. Esse processo, que perpassa pela utilização de novas tecnologias, impossibilitando o uso de uma técnica tradicional, contribui também para esse movimento de transformação.

Não obstante, no caso em estudo, percebemos que os pescadores incorporam as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, mas também convivem com suas técnicas tradicionais de pesca (Figura 4), como relata o entrevistado: “[...] mesmo com essas muitas tecnologias que tem hoje né, na pesca, a gente continua fazendo nossos apetrechos aqui, às vezes a gente compra o material para produzir, não deixamos de tecer nossa rede, o matapi, o paneiro, e outros” (PESCADOR 3). Portanto, não deixam de ser pescadores, porque o ser social do pescador é um processo que vem sendo construído permanentemente.

³² “A passagem da produção artesanal à maquinizada e desta, numa nova fase, à automação, é um processo irreversível que implica evidentemente não apenas num progresso técnico como humano, social. Esse progresso tem por base a divisão social do trabalho; ela tornou possível a elevação da produtividade e o incremento das forças produtivas, condição básica do progresso social em todas as ordens” (VAZQUEZ, 1968, p. 267).

Figura 4: Aparelhos de pesca na residência do pescador artesanal ribeirinho.



Fonte: Sara Dias. Pesquisa de campo (maio de 2018).

De forma concreta, podemos citar a exemplo dessas mudanças no mundo do trabalho da pesca artesanal, o caso dos aparelhos, como a malhadeira, utensílio mais utilizado na captura do pescado, e que antes era construído pelos próprios pescadores, hoje está disponível por vários preços em lojas e supermercados para ser comercializado, sendo que o pescador pode utilizar o produto, descartar quando em desuso e comprar outro, sem ter a necessidade de fabricar tal instrumento, caracterizando-se como um produto perecível e, às vezes, de custo alto. Entendemos que essa facilidade de acesso provoca a diminuição da produção dos aparelhos pelo pescador e pode contribuir para um processo de perda de saberes que estão permeados na prática de construção do objeto, como no caso da malhadeira. Além de provocar o aumento do esforço da pesca (com maior número de pescadores, aparelhos e embarcações) e a pesca predatória, como afirma o pescador:

O avanço da tecnologia impactou muito no nosso trabalho da pesca, na própria produção do aparelho, porque antes você, você comprava o material digamos a fibra e você tecia sua malhadeira. Então, você passava, no mínimo, um mês fazendo uma malhadeira pra ela ficar pronta. Em contrapartida, ela durava mais, hoje você chega a comprar uma malhadeira até por trinta reais, num apanágio de 100 metros que vem da China [risos], ela não dura um ano, mas rasgou o cara joga fora e já compra outra. Então facilita pra ele pescar mais, né, pra ele fazer a sobrepesca, né (PESCADOR 01).

O mesmo processo está a acontecer com outros instrumentos como o caniço (instrumento que caiu em desuso na região) e o matapi (objeto utilizado na captura de camarão e que artesanalmente é construído com a tala de jupati (*Raphia taedigera*) ou miriti (*Mauritia flexuosa*). Cada vez mais os saberes relacionados à construção desses materiais de pesca estão se perdendo, pois, ao serem encontrados facilmente no comércio, os pescadores optam por comprar a produzir esses instrumentos, que, industrializados, apresentam outros materiais em sua fabricação, como o polietileno, o náilon e o metal. Isso vem acentuando de forma dialética a valorização das tecnologias nos processos de trabalho em detrimento dos saberes do trabalho na produção dos instrumentos.

Nesse sentido, podemos dizer que o avanço da tecnologia na pesca tem causado alterações no mundo do trabalho e na vida dos sujeitos pescadores e seus processos de trabalho. O tanque de piscicultura, por exemplo, ao mesmo tempo em que é visto como uma tecnologia que pode ser utilizada para melhorar as condições de existência do pescador, contraditoriamente, pode também afetar suas práticas tradicionais de pesca, uma vez que o mesmo passa a ter menos contato com o *habitat* natural pesqueiro.

Por outro lado, os pescadores também vão se ajustando a essas implicações do modo de produção capitalista, reconfigurando seus modos de vida, provocando a necessidade de construir novas formas de saberes deles decorrentes, como, por exemplo, o domínio de saberes técnicos na construção de tanques³³. No dizer de Rodrigues (2012, p. 194):

Se, antes, a rotina da vida é normatizada pelo fluxo das marés, pela busca dos locais de maior concentração de peixes, agora o que a determina é a limpeza dos tanques de criação, a colocação de ração para os peixes, o cercar a área, a fim de evitar a entrada de peixes predadores, caso as águas do rio se sobreponham às do tanque.

Nessa relação de enfrentamento da nova realidade, o pescador artesanal, assim como modifica sua realidade objetiva, também é modificado por ela. Mudança que se dá principalmente pela necessidade de construção de novos saberes do trabalho da pesca (POMPEU, 2017). Nesse contexto de mudanças, o pescador busca meios de sobrevivência, já que, de acordo com Marx (2013), o meio é um produto de sua própria atividade, oriundo a partir de certas condições historicamente constituídas, sendo também o pescador produto

³³ Rodrigues (2012, p. 194, grifos do autor) ressalta que esse processo se dá “[...] numa situação de aprendizagem diferenciada daquela que sempre desenvolveram, fincada na tradição oral dos conhecimentos pesqueiros, na vivência de aprendizagem no fazer-fazendo da pesca. [...] Agora, com a necessidade de se tornar produtor de peixes, surge um saber técnico oriundo de uma educação profissional, pautada no desenvolvimento científico, no conhecimento sobre tipos de ração, sobre a natureza dos alevinos, termo de uso não corrente entre esses sujeitos, dado estes a nomearem peixes pequenos pelos termos *gititito*, *piquichito*, por exemplo”.

desse meio em que vive. Assim, os pescadores se definem pelas relações de produção e pelo trabalho, construindo e reconstruindo saberes para a garantia do modo tradicional de vida.

Por outro lado, é preciso ressaltar que esses fatores ligados às metamorfoses no mundo do trabalho da pesca se associam fortemente ao contexto empresarial do capital, que causa ainda mais a expropriação do pequeno pescador, “[...] expropriação não só de seus instrumentos de trabalho, mas também de seu conhecer, saber-fazer e do controle sobre o processo de trabalho” (DIEGUES, 1983, p. 54), sendo que “[...] a introdução de relações sociais de produção capitalista na pesca se dá com a separação efetiva do pescador e os meios de produção” (Ibidem, p. 73). Braverman (1981, p. 54-55) vai nessa direção ao afirmar que, “[...] em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros”.

Braverman (1981) destaca nesse contexto capitalista a divisão do trabalho como uma característica de todas as sociedades, surgindo a partir das relações sociais de produção, o que Marx (2013) denomina *divisão social do trabalho* (baseado no dualismo trabalho intelectual/trabalho manual). De acordo com Braverman (1981, p. 71-72), a divisão social do trabalho é um caráter específico e inerente do trabalho humano “[...] tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela”.

Contrariamente à divisão social do trabalho, de acordo com Braverman, é a divisão do trabalho em pormenor, na qual se dá o parcelamento das funções e dos processos de construção do objeto em várias operações executadas por diferentes trabalhadores. Marx analisa que todas as formas de divisão do trabalho são características do modo de produção capitalista, e esse processo tem início quando um capitalista, sob o seu controle, reúne em um mesmo local, um número maior de trabalhadores para produzir um determinado produto/mercadoria. Isso “[...] constitui o ponto de partida da produção capitalista, que por sua vez coincide com a existência do próprio capital” (MARX, 2013, p. 508).

Nesse sentido, a divisão pormenorizada do trabalho está associada à lógica do sistema capitalista de aumento da produção de mercadorias que “subdivide o homem” (BRAVERMAN, 1981, p. 72). Assim, ao contrário da divisão social do trabalho que “[...] divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção” (Ibidem, p. 72). Marx (2013, p. 540-541) acrescenta afirmando que:

[...] O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de divisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital.

Tomemos como exemplo a malhadeira, no modo tradicional de produção desse material; o pescador poderia dominar todos os processos de trabalho, desde a extração da fibra vegetal (com a qual era tradicionalmente produzida) até a feitura da rede, que requeria um período prolongado de tempo para a produção final. Aqui o pescador poderia se especializar em vários ou em todos esses elos produtivos, tais como: a extração da fibra, a fabricação do fio, a confecção da rede e sua utilização ou comercialização, compreendendo e dominando o processo todo de trabalho. Nesse caráter criador do trabalho artesanal, Vázquez (1968, p. 265) analisa que “[...] o sujeito prático está em contato direto e imediato com a matéria”, sendo que “[...] esse trabalho tem, por sua vez, um caráter universal no sentido de que suas diversas operações são efetuadas por um mesmo indivíduo com partes de uma totalidade que não se desagrega em operações parciais, feitas por diferentes indivíduos” (Ibidem, p. 265).

Por outro lado, Lukács (1978, p. 8) analisa que o sujeito no processo global do trabalho não “[...] estar em condições de ver todos os condicionamentos da própria atividade, para não falarmos de todas as suas consequências”. Entretanto, o próprio autor afirma que tais limitações não impedem que os sujeitos atuem e se aperfeiçoem nas diferentes situações e espaços de aprendizagem, pois se de um lado não é possível dominar o conjunto das circunstâncias, é no processo de busca da superação possível que o trabalho realiza a sua dimensão ontológica (LUKÁCS, 1978).

No que tange ao modo capitalista, a divisão do trabalho é feita para atender às necessidades peculiares do capital (BRAVERMAN, 1981), portanto, não importa a este que o trabalhador domine todas as técnicas de produção, mas que domine apenas uma única técnica. Nessa forma de divisão do trabalho, “[...] não apenas as operações são separadas umas das outras como *são atribuídas a diferentes trabalhadores*” (Ibidem, p. 75, grifos do autor). No âmbito do trabalho da pesca, esse processo da produção vai sendo imposto pela “crescente divisão e especialização do trabalho” (VÁZQUEZ, 1968, p. 265), forjando, no pescador, uma espécie de unilateralidade, além de outros aspectos negativos, como a “[...] perda do caráter universal do trabalho, fragmentação deste numa série de operações parciais, quebra da

unidade do processo prático do trabalho, etc.” (Ibidem, p. 266), o que também acaba “reduzindo os trabalhadores, enquanto sujeitos sociais, a engrenagens da técnica” (ACSELRAD, 1995, p. 52).

No caso em estudo, mesmo que em proporções menores, esse processo atrelado ao avanço da tecnologia na pesca acarretou também disputas e conflitos entre os pescadores por territórios de pesca³⁴, sendo que as condições financeiras para a compra de materiais por parte de alguns pescadores podem levar à concentração da atividade pesqueira nas mãos de pequenos grupos, como, por exemplo, as chamadas “turmas de pesca” (grupo de pescadores). Essas turmas, formadas em média por 15 pescadores, realizam a pesca principalmente com o uso da rede de bloquear³⁵ (ou até mesmo do puçá³⁶), material que geralmente pertence a um único pescador que detém uma determinada porcentagem sobre a produção, o restante dos trabalhadores entra com a força de trabalho.

A partilha do pescado que se faz usualmente na maioria dos casos é da seguinte maneira: em um total de 100% da produção, 50% são da comunidade onde fica o poço de pesca, 25% são do dono da rede que pode tirar 10% para o “taleiro”³⁷ (caso não exerça essa função específica no trabalho) e 25% para o grupo de pescadores envolvidos na pescaria, conforme afirma o entrevistado:

Pra nós funciona assim, quando saímos pra fazer o borqueio quando a pesca tá aberta, os peixes são divididos assim, caso a gente tenha pescado 100 paneiros, por exemplo, 50% é da comunidade onde está sendo feita a pesca, 25% é do dono da rede, do redeiro que geralmente é de outra comunidade, e 25% nós divide entre nós, sendo que desses 25%, 10% ainda pode ser do taleiro, que é a pessoa que procura o cardume, quando o dono da rede não dá o valor para o taleiro, nós temos que dá, né, a porcentagem dele [risos]. Assim, a gente divide o trabalho com os pescadores pra facilitar a pesca também (PESCADOR 3).

³⁴ Essas disputam por território pesqueiro se dão, principalmente, em torno de reservas de pesca. Algumas são estabelecidas pelos moradores da comunidade através dos Acordos de pesca, em outras situações o ribeirinho que reside em frente ou próximo ao local se considera o dono daquele espaço, que passa também (no caso de outros moradores irem pescar no local) a ter parte na produção.

³⁵ Instrumento de pesca feito de náilon com dimensões variadas, podendo medir 100m de comprimento e 15m de altura, com malha de aproximadamente 25mm.

³⁶ Grande rede de malha fina, podendo chegar a 1.300 metros. É utilizada para fazer grandes bloqueios e arrasta o fundo do rio, capturando peixes em elevada quantidade e de diferentes tamanhos (por isso é um apetrecho considerado predador porque favorece a captura ilícita de pequenos peixes, sendo proibido legalmente nos acordos de pesca). A existência desse material em Cametá é fruto das relações patronais e políticas que se estabeleciam, muitos eram pequenos empresários com esse tipo de material, que precisa de uma “turma” de pelo menos 80 pessoas para ser manuseado (BRASIL, MMA, 2006).

³⁷ É o pescador responsável em localizar o cardume a ser capturado e comunicar aos outros pescadores para a realização do bloqueio. Para tanto, utiliza como instrumento de trabalho uma tala, que pode dar uma noção aproximada da quantidade de peixe existente no cardume e do tamanho da maioria dos peixes, que deverá estar acima daquele mínimo decidido pelas normas do acordo de pesca.

Aqui podemos perceber que um único pescador pode deter uma considerável porcentagem (se analisarmos o todo) na produção do pescado se detiver a posse do material e exercer determinada função específica no trabalho (como a função de “taleiro”), enquanto os demais pescadores que entram com a força de trabalho ficam com a menor porcentagem, não havendo divisão igualitária do produto, que se constitui como valor de troca. Neste caso, nas turmas de pesca comprova-se que a divisão do trabalho e da produção se assenta numa relação assimétrica, em que há benefício de um sobre o outro.

Entretanto, não se trata ainda de uma situação de propriedade essencial para a existência do capital, haja vista que o processo capitalista da produção das turmas de pesca embasa-se mais na lógica “[...] da relação entre pescadores e donos de rede e na distribuição da produção, como forma de difundir o consenso ao modo de produção capitalista entre os pescadores, do que num sentido mais determinante de comprometer a existência da produção capitalista, caso não existisse” (CORRÊA, 2018, p. 110).

A partir de Vázquez (1968, p. 266), podemos dizer que essa divisão e especialização do trabalho entre os pescadores “[...] convertem-se numa divisão do próprio homem, que põe todo seu ser a serviço de uma só e única atividade, que corresponde a uma das operações da máquina [...]”. Ao se tornar valor de troca, o modo de produção impõe ao pescador determinada forma de atividade, já que o capitalismo requer dos homens “[...] uma atividade especializada estreita – ou parcela mínima de uma atividade mais geral –, com a particularidade de os homens estarem sempre sujeitos a ela, ficando desse modo impedido o desenvolvimento universal e harmônico de sua personalidade” (Ibidem, p. 267).

Nesse sentido, analisamos que o capitalismo se utiliza de todas as situações e áreas de trabalho possíveis para expropriar o saber do trabalhador sobre a produção e o manter subordinado, sendo que este se torna apenas um instrumento de força de trabalho e mercadoria para o capital. Nessa concepção, a relação capital/trabalho se efetiva pelo fato de que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80, grifos do autor).

Nessa perspectiva, observamos que, no contexto atual, as metamorfoses no mundo do trabalho da pesca, decorrentes das necessidades do capital, têm repercutido diretamente nas materialidades de vida dos pescadores, em seu processo de trabalho material. Essas transformações incorporadas ao modo de produção têm não somente repercutido nas formas tradicionais de uso dos recursos pelos pescadores e no desenvolvimento de suas atividades produtivas, mas, de forma contraditória, têm refletido de maneira negativa na constituição do ser pescador, sobretudo de jovens e mulheres das comunidades ribeirinhas da região. Isso porque são mudanças que paulatinamente têm tornado o trabalho da pesca um ofício difícil e penoso, considerando as problemáticas socioambientais e a escassez do pescado na região (RODRIGUES, 2016), o que faz com que muitos pescadores e pescadoras migrem para os centros urbanos, na busca de alternativas outras que possam garantir-lhes a sobrevivência.

Por outro lado, evidenciamos elementos que indicam que há processos de resistência dos pescadores contra essa lógica destrutiva e controladora do capital, na tentativa de manterem seus saberes da pesca, suas práticas laborativas, seu controle total sobre os processos do trabalho. Esses elementos estão relacionados tanto ao âmbito individual, quando o pescador busca manter sua atividade artesanal, na constituição do saber do trabalho da pesca, quanto coletivo, por meio da criação de associações locais, projetos de preservação ambiental, atividades de formação com a parceria escola e comunidade, criação de acordos de pesca, etc.

Vale considerar que as tecnologias existentes nas comunidades ribeirinhas da região em estudo, a exemplo da construção de tanques escavados, de fossas sépticas, do acesso à energia elétrica, de sistemas de tratamento de água, de produção de mel, entre outras, que visam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, são criadas pelos próprios sujeitos a partir do coletivo-individual e não pelo coletivo do Estado. O que nos mostra que há nessas comunidades um processo não só de luta e resistência, mas de organização coletiva e individual de trabalhadores que buscam meios de sobrevivência, na possibilidade de transformarem suas realidades.

Desse modo, Rodrigues analisa que as metamorfoses no mundo do trabalho fazem surgir ações de interesse tanto do capital quanto dos trabalhadores:

[...] no interior de relações antagônicas de classe, pescadores e capital disputam lógicas diferenciadas de existência. De um lado, o capital vem buscando parcializar as atividades laborativas dos pescadores, impondo-lhes a fragmentação como possibilidade de destituir-lhes elementos que lhes possam garantir a coesão social de classe, importante para processos organizativos e de embate político, a fim de se firmarem seus interesses. De outro lado, vêm os

pescadores buscando garantir o domínio totalizante de suas práticas laborativas, como forma de assegurar-lhes a identidade de sujeitos que se colocam diante da sociedade como pescadores, com modos de vida diferenciados e impactados pelo capital, diante do que exigem política e organizadamente a garantia dos interesses (RODRIGUES, 2012, p. 232).

Assim, a Colônia Z-16 de Cametá, enquanto um espaço de organização e luta dos pescadores, representa também um lócus de resistência quando atende às necessidades, interesses e demandas sociais da fração de classe. Aqui há a possibilidade de embate na atuação política e organizacional para a busca de conquistas que possam fortalecer o trabalho da pesca, no sentido de criar alternativas que possam garantir a permanência e a vivência digna dos pescadores nas suas comunidades ribeirinhas.

Nessa perspectiva, apresentamos, no tópico seguinte, uma contextualização da Colônia Z-16 de Cametá, destacando que a sua atuação tem sido importante para as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca na região tocantina.

1.3 O LÓCUS DA PESQUISA

A Colônia de Pescadores Z-16 está situada nas margens do rio Tocantins, na porção leste do município de Cametá, no estado do Pará, com sede na Travessa Porto Pedro Teixeira, nº 165, bairro de Brasília, Cametá-PA, CEP: 68400-000. Fundado em 1635³⁸, o município de Cametá (Figura 5), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) está localizado na região tocantina, que fica na mesorregião do Nordeste paraense, região amazônica, sendo a cidade de Cametá sede da microrregião de Cametá, com uma área de 3.081 km². Geograficamente, o município é limitado, ao norte, pelo município de Limoeiro do Ajuru, ao sul, pelo de Mocajuba, a leste, pelo de Igarapé-Miri, e a oeste, pelo município de Oeiras do Pará.

Em 2010 a população do município de Cametá era de 120.896 habitantes³⁹, distribuídos entre a região das ilhas⁴⁰ e da terra firme⁴¹, sendo que 52.838 (43,71%) desse

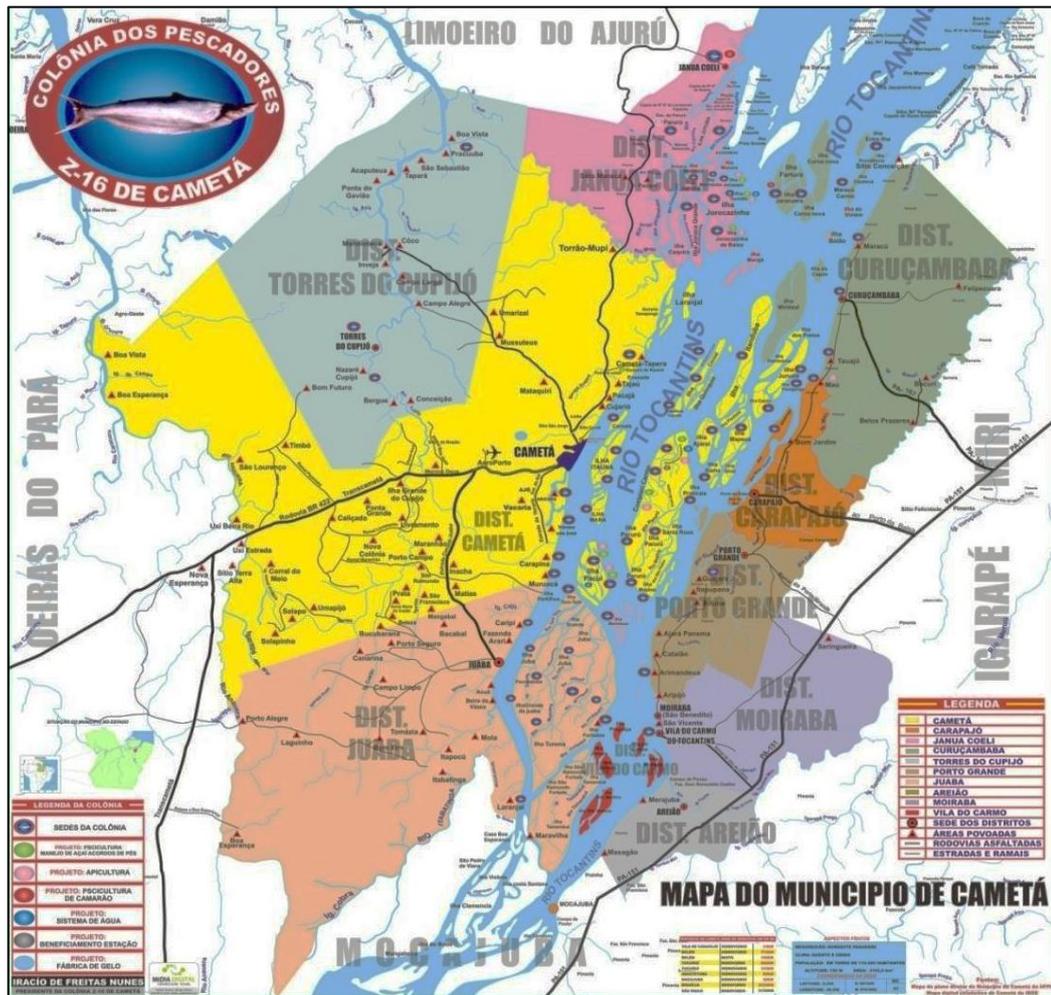
³⁸ Citando Oliveira e Ferreira (2004), Rodrigues (2012, p. 24) destaca que “Atribui-se a Frei Cristóvão de São José, um frade capuchinho, o episódio da fundação do povoado que deu origem ao município. Isso foi possível devido ao trabalho realizado por este frade junto aos integrantes da tribo dos Camutás, conhecidos como os primeiros habitantes desta localidade. Daí a origem Tupi da palavra Cametá que deriva de Caá (mato, floresta) e Mutá ou Mutã, uma espécie de degrau instalado em galhos de árvore feito pelos índios para esperar a caça ou para morar [...]”.

³⁹ A estimativa populacional do município de Cametá segundo o IBGE no ano de 2018 era de 136.390 habitantes (Informação disponível no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>. Acesso em: 19 jan. 2019).

⁴⁰ “A região das ilhas compreende as mais de 100 ilhas mencionadas, situadas ao longo do rio Tocantins e adjacências. Se forem somadas às áreas de rios e baías, teremos aproximadamente 46,5% do município de Cametá. Neste arquipélago, constata-se a presença predominante de duas espécies nativas de valor econômico: o

contingente são habitantes urbanos e 68.058 (56,29%) constituem a população da zona rural do município (IBGE, 2010). Esses dados representam um elevado contingente da população residindo no meio rural, o que se mostra na contramão da urbanização predominante na maior parte do país.

Figura 5: Mapa do município de Cametá.



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

O município, atualmente com 383 anos, organizou-se à margem esquerda do rio Tocantins, a partir de um contexto econômico pautado no primeiro setor da economia, com a atividade da pesca artesanal, do extrativismo, do comércio, da produção agrícola e do serviço

açazeiro (*Euterpe oleracea*) e o buritizeiro (*Mauritia flexuosa*). É da região das ilhas que sai grande parte do açaí e pescado que abastece a cidade, além de carne de suíno e objetos feitos de talas de vegetais, tais como “paneiro, peneira, tipitis” e outros produtos utilizados como instrumentos de trabalho em Cametá e em outros municípios da região” (SOUSA, 2002, p. 22).

⁴¹ “A região denominada *terra firme*, em Cametá, está situada nas duas margens do rio Tocantins. Trata-se da área municipal com cotas altimétricas bem mais altas que as áreas de ilhas e é caracterizada pela incidência de dois tipos de solo e vegetação: campos naturais ou campinaranas e floresta ombrófila densa” (SOUSA, 2002, p. 23).

público. O rio Tocantins é bastante navegável e permanentemente utilizado pelos ribeirinhos da região, uma vez que é a via principal de integração socioeconômica, ao possibilitar o escoamento da produção agrícola e pesqueira das ilhas⁴², e de interação com outras localidades e municípios.

O município de Cametá destaca-se ainda “[...] por apresentar uma grande quantidade de rios. As comunidades ribeirinhas localizam-se na região insular do rio Tocantins, onde dezenas de ilhas formam um verdadeiro labirinto, cujo deslocamento é feito por via fluvial em barcos de pequeno porte” (FURTADO; BARRA, 2004, p. 64). Sousa (2002, p. 22) analisa que, “[...] nas proximidades da cidade de Cametá, o rio Tocantins⁴³ se espria sobre uma porção central do território municipal, fragmentando-o em forma de um arquipélago com mais de 100 ilhas, interligadas pelas águas do rio, por furos e igarapés”. Nessas ilhas estão inseridas as comunidades onde vivem os pescadores e pescadoras artesanais, dos quais mais de 15.000 (quinze mil) são filiados na Z-16, que atende um total de 94 comunidades ribeirinhas da região.

A estrutura organizativa⁴⁴ da Colônia Z-16⁴⁵, de acordo com o Art. 17 do seu Estatuto social, é composta por: um presidente e um vice-presidente; um secretário e um 2º secretário; um tesoureiro e um 2º tesoureiro, além do conselho fiscal, que conta com um presidente e suplente, 1º e 2º conselheiro e seus respectivos suplentes. O §1º do Art. 1º destaca que “[...] a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem como finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses de seus associados e associadas”

⁴² “Sabe-se que a região das ilhas de Cametá foi extremamente rica em recursos naturais, onde no passado se extraiu cacau nativo (*Theobroma cacao* L.), a seringueira/borracha (*Hevea brasiliensis*), semente de ucuíba (*Virola surinamensis*), de andiroba (*Garapa guianensis Aublet.*), assim como pescado em abundância e, mais recentemente, madeira e açaí (*Euterpe oleraceae Mart.*), chegando quase à exaustão dos recursos [...]. Os moradores mais antigos falam da fartura do pescado e da riqueza da mata, como as espécies de valor econômico e a fauna local que serviam de caça, proteína animal complementar na alimentação dos ribeirinhos” (COSTA, 2006, p. 115).

⁴³ Esse rio faz parte do complexo estuário amazônico, relacionando-se com o rio Pará e o rio Guamá, que se juntam na foz do rio Amazonas.

⁴⁴ Segundo a Revista MMA (2006, p. 27), “As Colônias estão distribuídas em Zonas. As zonas representam as áreas de atuação, geralmente os limites dos municípios. Cada município é uma zona. Cada zona tem suas estruturas organizadas de diversas formas: capatazias, secretarias, núcleos. Em Cametá são as coordenações, antes chamadas de capatazias, distribuídas nas ilhas como forma de descentralizar a administração. Os coordenadores são os representantes legítimos da diretoria e fazem as declarações de exercício da profissão, por estarem mais próximos dos que exercem a pesca. As coordenações têm a função de organizar os pescadores para os desafios, lutas e participação”.

⁴⁵ De acordo com a Revista MMA (2006, p. 24), a “Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá foi fundada em junho de 1923 pela Capitania dos Portos do Pará e Amapá com o objetivo de servir aos interesses do Estado e ser instrumento de dominação”. Entretanto, de acordo com Rodrigues (2012), há controvérsias entre os autores com relação a este ano de fundação da instituição, o autor destaca, por exemplo, Moraes (2002) que aponta o ano de 1929 ser a fundação da Colônia Z-16 de Cametá. Não obstante, pelo menos, “[...] há o consenso de que a fundação ocorrera na década de vinte do século passado, na mesma época em que as Colônias foram instituídas pelo Estado no território nacional” (RODRIGUES, 2012, p. 31, nota 22).

(ESTATUTO DA Z-16, 2014), abrangendo em sua área de atuação todo o território do município de Cametá.

Destacamos que o município de Cametá, assim como a região do baixo Tocantins⁴⁶, registra um histórico de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, e tem sido cenário de diversos levantes contra a ordem imposta pelas oligarquias e elites locais, conforme destaca Sousa (2002, p. 47):

Em Cametá e em toda região Tocantina, na segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990, os sindicatos de trabalhadores rurais, as colônias de pescadores e outras organizações criaram e participaram do movimento dos *atingidos por barragens* e articulavam essa luta específica com outras questões ligadas à defesa do desenvolvimento da região Tocantina. Criaram também o Movimento em Defesa do Desenvolvimento da Região Tocantina – MODERT. Em seguida, na luta por crédito, o FNO funcionou como o móvel que recolocou no cenário político os camponeses, que aos poucos foram assumindo uma nova denominação: *agricultores familiares*.

A partir dessas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras na região tocantina, assim como em todo o Brasil, foi possível o surgimento de diferentes movimentos, como o Anilzinho, que marca a luta dos camponeses pela posse e titularização de terras e direitos trabalhistas rurais, bem como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e no âmbito da pesca o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE). Ressalta-se a importância desses movimentos para o fortalecimento organizacional das lutas e conquistas dos trabalhadores do baixo Tocantins, portanto, julgamos importante salientar alguns aspectos que os caracterizam, sobretudo, no campo educativo.

O Anilzinho foi um movimento de resistência, nos anos de 1970, que se constituiu como um marco no campesinato do baixo Tocantins, precisamente no município de Baião, sendo o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores. Esse movimento fortaleceu a luta dos trabalhadores, possibilitando a organização na defesa dos direitos da classe.

A luta dos atingidos por barragens surge no final dos anos de 1970, em meio às lutas dos trabalhadores em todo o Brasil, principalmente contra a expansão e a exploração imposta pelo capitalismo na construção de grandes usinas para a indústria da energia no país. Nesse

⁴⁶ Localizada no nordeste do estado do Pará, a região do baixo Tocantins pertence ao estuário do Amazonas, influenciada pela maré nas áreas de várzea, sendo composta por 11 (onze) municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. De acordo com dados do Sistema de Informações Territoriais, o território do baixo Tocantins abrange uma área de 36.024,20 Km², sua população total é de 740.045 habitantes, dos quais 349.297 (47,20%) residem na área urbana e 390.748 (52,80%) residem na área rural. O território possui 46.990 pescadores e 24.701 famílias assentadas (Dados disponíveis no site <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=verMunTR& m=1501303>. Acesso em: 19 out. 2018).

contexto, o MAB surge como um movimento sindical, a partir das experiências de luta dos trabalhadores, mas vai além da luta por direitos ao atuar na formação dos militantes, a partir de seu princípio político e ideológico, de sua concepção de organicidade, orientando para o processo de acompanhamento político e pedagógico dos trabalhadores. No município de Cametá, o MAB se destacou pelo potencial organizativo dos ribeirinhos, que tinham (e tem) a luta pela energia elétrica como uma das principais bandeiras de luta.

O MONAPE tem também uma importância histórica, por mobilizar os trabalhadores da pesca em torno da legitimação constitucional da profissão, no sentido de fortalecer as instituições, assegurando autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. O movimento apresenta um papel político-administrativo, que busca criar alternativas educativas e econômicas, viabilizadas por meio de propostas e projetos voltados para a realidade do setor pesqueiro, atuando em vários estados do Brasil e Colônias de Pescadores. No Pará, o MONAPE é representado pelo Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA), ao qual a Colônia Z-16 de Cametá é filiada.

No aspecto educativo, o MONAPE organiza estratégias para o diálogo com os pescadores e pescadoras, por meio da realização de seminários, encontros, palestras, buscando incentivar a participação das lideranças comunitárias para o apoio no processo de formação dos sujeitos, além de atuar “[...] na produção de boletins e cartilhas informando sobre a importância dos pescadores; na sindicalização da mulher; na necessidade de associação na colônia para futuras aposentadorias; e em prestar informações gerais sobre a relação sustentável com o meio ambiente” (BRASIL, MMA, 2006, p. 19). São estratégias de ação nacional que buscam refletir no contexto local dos pescadores, por meio de suas instituições sociais, podendo contribuir para a sua dinâmica de organização coletiva.

Ressaltamos que, no âmbito do município de Cametá, esses movimentos bem como outros movimentos sociais fortaleceram e fortalecem os trabalhadores na luta contra a difícil realidade socioeconômica a que eram e são submetidos, o que vem permitindo as suas articulações políticas e organização social ao longo da história. Sobre essa questão, Mendes (2011, p. 38-39) ainda analisa que:

Os movimentos sociais que se ergueram nos finais dos anos de 1970 e toda a década de 1980 pelo Brasil afora e a presença da Universidade Federal do Pará em Cametá a partir de 1986 impulsionaram a esfera da educação e da política local, fortalecendo a transição democrática e funcionando como importantes instrumentos de formação crítica e manifestação das demandas sociais. Os sindicatos tiveram papel central na formação política principalmente dos homens e mulheres do campo (colônia e região ribeirinha), que somam um grupo considerável de excluídos de seus direitos básicos. O Sindicato dos

Trabalhadores Rurais (STR), a organização dos pescadores, por meio da Colônia dos Pescadores Z-16, a Pastoral da Criança foram organizações sociais que contribuíram de forma decisiva para a construção do novo cenário.

A Colônia Z-16 de Cameté apresenta-se nesse cenário como um espaço organizacional de luta dos pescadores, assumindo um papel relevante tanto no seu processo educativo, quanto social e profissional, possibilitando o acesso aos direitos por meio de políticas públicas do setor pesqueiro, benefício da profissão, formação através de diferentes projetos educativos, participação nos espaços de discussão, entre outros elementos, amplificando, assim, as conquistas da categoria e a possibilidade de melhoria das suas condições de vida. Um contexto importante de luta do trabalhador da pesca, que “[...] tem tomado consciência de que é sujeito de direitos” (ARROYO, 1997, p. 62).

Levando em consideração tais questões, ressaltamos que a escolha da Z-16 como locus desta pesquisa se deve ao fato de acreditarmos no potencial organizativo da instituição enquanto um movimento social, que apresenta uma perspectiva de autogestão coletiva direcionada e vivenciada pelos pescadores. Por ser um espaço histórico de luta e organização social, reconhecido e fortalecido na região, que, por meio da dinâmica de atuação sociopolítica, vem dialética e paulatinamente metaforizando o sentido de vida desses trabalhadores, estabelecendo-se, assim, como espaço de aprendizagem, produção de saberes, de identidade e de construção social possível, sobretudo no âmbito dos projetos de formação que busca desenvolver.

Elementos que são tratados nesta pesquisa, pelos quais buscamos compreender a partir do materialismo histórico-dialético, o processo educativo da instituição por meio do Projeto “Pescando Letras”, que se efetivou com o objetivo de alfabetizar e qualificar os pescadores artesanais das comunidades ribeirinhas da região. Para tal estudo, utilizamo-nos, além do método citado, de técnicas, ferramentas e procedimentos de análise de dados que corroboraram para a amplitude da discussão, visando abranger o fenômeno tanto em seu aspecto universal, quanto singular. É o que trataremos a seguir.

1.4 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO MÉTODO DA PESQUISA

A utilização de métodos e técnicas eficazes para o alcance dos objetivos na pesquisa é essencial para o processo de produção do conhecimento científico, uma vez que a escolha do método possibilita ao pesquisador um arcabouço de concepções teóricas que o oriente no âmbito do objeto pesquisado. O método traduz a postura do sujeito pesquisador e as bases nas quais ancora suas ideias e questionamentos, constituindo-se como um dos fatores

imprescindíveis na pesquisa (BENITE, 2009). Netto (2011) destaca que, para Marx, o papel do sujeito que pesquisa é fundamental, pois precisa se apoderar do objeto, analisar suas diferentes formas e conexões existentes, não se estabelecendo enquanto um ser mecânico e passivo diante da realidade. O autor afirma que para Marx:

[...] o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (NETTO, 2011, p. 25).

Desta forma, assumimos neste trabalho o materialismo histórico-dialético como possibilidade teórica da pesquisa, o qual contém em sua essência lógica a dialética⁴⁷, apontando um percurso epistemológico para a interpretação dos fatos. Lefebvre (1991) vê a lógica dialética voltada para a superação das contradições e o exercício da *práxis*. Salomon (2006, p. 331) defende que “[...] somente o pensamento dialético descobre as contradições internas da realidade”; esse autor destaca, no campo da pesquisa científica, as limitações da lógica formal diante da dialética, afirmando que a lógica formal, “[...] além de ocupar-se, por dever de ofício, apenas do *produto* ou do resultado e *não do processo* [...], foi construída e tem sido reconstruída em função da *contemplação* [...] e da *exposição*” (Ibidem, p. 331, grifos do autor).

A partir desse entendimento, buscamos analisar a formação dos pescadores artesanais da Z-16 *in processu*, constituída de forma concreta e paulatina no seu *locus* de trabalho, no cotidiano e nas suas relações históricas e sociais, que os fortalecem enquanto fração de classe, nos seus processos de luta, organização e qualificação profissional.

Essa análise parte da realidade a partir da dialética, que, segundo Kosik (1976, p. 13), “[...] a dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*”, pois o objeto apresenta um duplo sentido (abstrato e concreto), no qual “[...] o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (Ibidem, 1976, p. 15).

Portanto, buscamos não apenas enxergar, mas desvendar esse duplo sentido, na possibilidade de compreender o fenômeno na sua totalidade, para além da imediaticidade, sem

⁴⁷ “A lógica dialética não tem por objeto as leis que governam o pensamento enquanto pensamento. Seu objeto é a expressão, no pensamento, das leis que governam o real. A lógica dialética se caracteriza, pois, pela construção de categorias saturadas de concreto. Pode, pois, ser denominada a lógica dos conteúdos, por oposição à lógica formal que é, como o nome indica, a lógica das formas” (SAVIANI, 1996, p. 5).

deixar passar despercebidas as particularidades que o configuram. O que só é possível pela compreensão da ação como um conjunto da sociedade em seu contexto histórico.

Assim, optamos por construir uma perspectiva de diálogo em um sentido dialético entre o empírico e o teórico, em que os pescadores artesanais da Z-16 expressassem aquilo que vemos como aparência, por meio dos registros coletados das falas que podem se apresentar como elementos importantes, que evidenciam a forma como trabalham, se organizam, produzem o conhecimento, socializam saberes e lutam por seus direitos.

Nesse aspecto, a proposta fundamental desta dissertação é, pois, ao se pretender avançar na análise e compreensão teórica das relações que permeiam a formação do pescador artesanal pelo Projeto “Pescando Letras”, enfatizar a relação com o empírico para, a partir da realidade apresentada, fazer uma leitura além das aparências, o que demanda compromisso político, que é permeado por uma maior aproximação com a realidade concreta. Nesse processo de desvelamento da realidade, as contribuições de Marx acerca da filosofia da práxis são essenciais para tal compreensão, tendo em conta que:

Como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade humana que transforma o mundo. Como teoria, não apenas se acha correlacionado com a práxis – revela seu fundamento, condições e objetivos – como também tem plena consciência dessa relação e, por isso, é um guia da ação (VÁZQUEZ, 1968, p. 178).

Assim, o problema posto para investigação neste trabalho, que é analisar se o “Pescando Letras” contribuiu para a qualificação e os processos de organização dos trabalhadores da pesca ligados à Z-16 de Cametá, já carrega consigo um encaminhamento metodológico mais amplo que situa-se na busca, através do processo histórico de formação da instituição, as suas dimensões educativas. O que significa averiguar como essa formação é feita pela dinâmica de organização social, pelos projetos e ações desenvolvidas, pela estrutura e posição política defendida, pelas relações com os pescadores, pela concepção de educação defendida pela instituição, pela inter-relação da formação com o saber do pescador, pela dinâmica interna do próprio espaço, entre outros fatores, buscando, assim, identificar dialeticamente as contradições e os conflitos inerentes desse processo. Já que “[...] a dialética situa-se, então, no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, 2000, p. 75).

Com base nesses elementos, o método defendido neste trabalho se torna um caminho estratégico, um esforço para enxergarmos a realidade além da aparência, por trás da

pseudoimediaticidade, permitindo no processo de investigação uma análise em sua concreticidade, no sentido de apropriar-se do objeto de estudo em suas características singulares e amplas do universo geral em que se insere. Como afirma Salomon (2006, p. 198), o materialismo dialético, “[...] é ao mesmo tempo uma filosofia e um método de se fazer ciência. Por ser materialismo e por ser dialético não poderia ter outra lógica que não fosse a própria lógica dialética, uma lógica voltada para o conteúdo do conhecimento, para o concreto”.

A dialética materialista histórica é demarcada pelos seguintes vieses: enquanto uma postura ou concepção de mundo; enquanto um método, que permite ao pesquisador ir à raiz da realidade, na apreensão de seu sentido real; e enquanto práxis, na busca de possíveis transformações e de novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica (FRIGOTTO, 2000).

Nesses aspectos, compreender o materialismo histórico enquanto uma “[...] concepção de mundo” é situá-lo no mundo real⁴⁸, nas condições materiais dos sujeitos pescadores, nas suas múltiplas formas de existência, com as quais interagem e relacionam-se com a totalidade de fatores presentes no meio em que vivem. É nesse sentido que buscamos analisar o processo de formação dos pescadores artesanais, como uma totalidade histórico-concreta, constituída dentro de um contexto socioeducacional mais amplo, que compreende os saberes do trabalho e da experiência, as relações sociais, a participação política, a qualificação profissional e os processos de organização. Já que o materialismo histórico permite uma compreensão ampla dos fatores envolvidos nas relações sociais, fixando-se na essência, na consciência real, no conceito (KOSIK, 1976), na ação e reflexão dos homens no contexto social da produção da existência.

É buscando entender a realidade em uma perspectiva histórica, construída no contexto da luta de classes, na práxis social, na qual os homens, “[...] desenvolvendo a sua produção material e suas relações materiais, mudam sua realidade, mudam também seu pensamento e os produtos de seu pensamento” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26), é que defendemos aqui que a formação dos pescadores não deve ser estudada enquanto um fenômeno idealizado, é necessário haver uma conexão das ideias com a realidade objetiva⁴⁹

⁴⁸ Compreendido não como um mundo de objetos “reais” fetichizados, mas “[...] um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social” (KOSIK, 1976, p. 23).

⁴⁹ “Na atividade prática dos homens verifica-se uma coincidência mais plena de sujeito e objeto, a atividade humana se processa e é dirigida por leis objetivas. O momento da dialética geral do sujeito e do objeto vem a ser

(TONET, 2009), compreendendo os indivíduos enquanto sujeitos ativos, nas suas condições materiais de vida. Tendo em vista que “[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou pensam nem do que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26).

Assim, a perspectiva marxista busca compreender o sujeito na sua condição de classe, na qual importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se relaciona, captando detalhadamente as articulações dos problemas em estudo, analisando as evoluções e as conexões sobre os processos que o envolve, já que a lógica dialética “[...] é inteiramente voltada para o *processo da pesquisa* e que este processo se inicia com a problematização” (SALOMON, 2006, p. 335).

Com base em Marx e Engels (2002, p. 27), defendemos que “[...] é na vida real, [...] que começa a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens”, já que a matéria, isto é, a prática⁵⁰ é o único meio pelo qual o homem conhece e constrói suas relações com o mundo, sem a qual não se chega à essência dos fatos sociais. Nessa acepção, a matéria é tomada como fator primário e a consciência é um produto resultado da evolução material (TRIVIÑOS, 1987), sendo que é a vida que determina a consciência e não o contrário, “[...] a consciência não pode ser mais do que o Ser Consciente e o Ser dos Homens é o seu processo da vida real” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26).

Assim, entendemos que a constituição do Ser pescador no trabalho da pesca é substanciada pela sua atividade da vida real, pela prática educativa que vivencia nos espaços sociais de formação que permite a luta coletiva na defesa de seus interesses. É nesse âmbito de discussão que buscamos mostrar dialeticamente o processo de formação dos pescadores por meio do “Pescando Letras”, no sentido de identificar como se constituiu esse percurso de atuação e produção coletiva do conhecimento, por meio da análise da materialidade e da vivência entre os sujeitos que fizeram parte desse contexto histórico-educativo da Z-16.

Com base em Kosik (1976, p. 54), afirmamos que o conhecimento da realidade histórica “[...] é um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição

a relação das leis e formas do pensamento com a realidade objetiva que fora dele se encontra” (KOPNIN, 1978, p. 51).

⁵⁰ Kopnin (1978, p. 168) acrescenta que “[...] no marxismo, a prática é uma categoria que mostra o seu conteúdo na correlação com outros conceitos, sobretudo com os conceitos de sujeito e objeto”.

necessária ao conhecimento objetivo dos fatos”. Isso nos remete à compreensão de que precisamos fazer um esforço no trabalho de apropriação, organização e exposição dos fatos (FRIGOTTO, 2000) para então, compreendê-los de forma efetiva. Para tal afirmação, a distinção que Marx faz formalmente entre método de investigação e de exposição é esclarecedora nesse processo de objetivação, e é Frigotto que nos ajuda a entender essa questão quando afirma que:

É na investigação que o pesquisador tem de recolher a “matéria” em suas múltiplas dimensões; compreender o específico, o singular, a parte e seus liames imediatos e mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado. A exposição busca ordenar de forma lógica e coerente a apreensão que se tem da realidade estudada (FRIGOTTO, 2000, p. 80).

Portanto, ao assumir uma perspectiva dialética de uma pesquisa, o pesquisador precisa tomar o objeto de estudo nas suas amplas dimensões, materializando as categorias desenvolvidas no percurso do trabalho. Nesse sentido, a relação parte-todo e todo-parte é essencial para captar as informações de uma determinada realidade, suas contradições, conflitos e mediações possíveis, buscando no âmbito epistemológico as leis fundamentais do fenômeno pesquisado. Além disso, “[...] para que o processo de conhecimento seja dialético, a teoria que fornece as categorias de análise necessita, no processo de investigação, ser revisitada, e as categorias reconstruídas” (FRIGOTTO, 2000, p. 81), haja vista que elas não permanecem inertes ao longo do tempo, mas sofrem transformações históricas.

É com base nessa concepção que afirmamos a presente pesquisa, conscientes de que essas transformações históricas também produzem mudanças nas organizações sociais como na Z-16 e nos próprios sujeitos. Esse fator nos condiciona a buscar realizar uma análise minuciosa sobre as categorias da pesquisa, com intuito de perceber essas transformações concretamente, para, assim, vislumbrar a essência real dos fatos. Para tanto, outras ferramentas nos auxiliaram nesse processo, as quais são apresentadas nos tópicos que se seguem.

1.5 FORMAÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL: UMA PESQUISA QUALITATIVA

Assim como já destacamos a pesquisa embasada na epistemologia marxista, também optamos pela utilização da abordagem qualitativa, que envolve ricas formas de interpretação e abrangência do fenômeno pesquisado, considerando que as discussões foram direcionadas para o processo de formação dos pescadores artesanais da Colônia Z-16 de Cameté, por meio do Projeto “Pescando Letras”.

De início, julgamos necessário fazer uma breve discussão sobre a possibilidade de uso da abordagem qualitativa e a epistemologia marxista, um debate que está em pauta nas discussões de alguns pesquisadores, entre eles Araújo (2007), Freitas (2002) e Minayo (1994), que defendem o uso conjunto dessas abordagens na constituição de boas pesquisas, sobretudo na área da educação. Freitas (2002), por exemplo, defende, na perspectiva sócio-histórica, o materialismo dialético como pano de fundo, além de destacar, em seus métodos e conceitos, as nuances da dialética, afirmando que tal método na sua abordagem teórica “[...] pode fundamentar o trabalho de pesquisa em sua forma qualitativa” (FREITAS, 2002, p. 22).

A pesquisa qualitativa teve grande influência de Bogdan e Biklen (1994), que definem tal investigação a partir de cinco características, a saber: 1) o ambiente natural como fonte direta de dados, constituindo o pesquisador o principal instrumento; 2) a pesquisa qualitativa como descritiva; 3) maior interesse pelo processo do que pelos resultados ou produtos; 4) análise de dados de forma indutiva e, 5) prioridade no significado do informante. Araújo (2007, p. 18, grifos do autor) complementa destacando o adjetivo qualitativo⁵¹ sob duas perspectivas:

[...] primeiro por valorizar a ação do sujeito pesquisador no processo de **análise e interpretação** dos dados coletados; segundo como um tipo de pesquisa que, utilizando procedimentos próprios (entrevistas, observações, estudo de caso etc.), reconhece a impossibilidade de métodos quantitativos revelarem a essência dos fenômenos.

Essa afirmação corrobora a concepção marxista, tendo em conta que tal abordagem enfatiza e considera o enfoque de elementos importantes para uma compreensão holística da realidade e dos sujeitos nas suas variadas formas de existência, modos de vida e trabalho. O adjetivo qualitativo é propriedade de inovadoras pesquisas no campo da educação, pois leva em consideração o sujeito no processo de construção do conhecimento. Assim, essa pesquisa é qualitativa, porque trabalhamos com os sujeitos pescadores da Z-16 de Cameté, no contexto de suas relações sociais, estabelecidas no cotidiano de trabalho, nas formas organizacionais de luta e nas práticas de formação, que educam na medida em que fazem parte das suas experiências concretas de vida.

⁵¹ Minayo (1994, p. 22) afirma que “A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas [...]. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Aqui a pesquisa qualitativa nos direciona à análise dessas relações de modo a compreender todos os elementos que permeiam esse processo, considerando os sentidos, os atos, as ideias do fenômeno pesquisado, além dos sentimentos, pensamentos e relações humanas, tendo em vista que “[...] o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra”⁵² (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51). Nessa acepção, a pesquisa qualitativa apresenta como um dos seus objetivos, analisar sobre os aspectos relativos ao sujeito em seus múltiplos relacionamentos com outros sujeitos e instituições sociais. Assim, a escolha por essa abordagem se deu em virtude da possibilidade de abranger o fenômeno em sua totalidade e da flexibilidade que permite na investigação do objeto, já que de acordo com Minayo (1994, p. 10):

A metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende apreender a totalidade coletada visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em sua singularidade.

Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa possibilitou um estudo do Projeto “Pescando Letras” para além do imediatismo das questões que o envolvem, pois buscamos incorporar os significados que se materializaram e estiveram inseridos nas relações sociais e no desenvolvimento socioeducativo dos sujeitos, o que nos permitiu um aprofundamento no universo das relações e ações (MINAYO, 1994), que permearam naquele contexto, a realidade educativa vivenciada pelos pescadores artesanais da Z-16. Assim, buscamos compreender e analisar a dinâmica dessas relações com ênfase nos significados que os sujeitos deram ao problema investigado.

Consideramos que a percepção dos pescadores sobre as suas condições educativas e produção de saberes, contrastadas com teorias sobre saber, trabalho e qualificação de trabalhadores, permitiu-nos uma visão mais próxima e real da formação via o “Pescando Letras”, e, por extensão, da qualificação e dos processos de organização. No que se refere a esses elementos relacionados aos saberes do trabalho da pesca artesanal, a pesquisa qualitativa nos direcionou à compreensão da relação dialética entre esses fatores, identificando as inter-relações presentes e os significados dados pelos pescadores por meio de suas relações sociais.

⁵² Thiollent (1982, p. 28) considera que “A neutralidade é falsa ou inexistente na medida que qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticos variáveis segundo os interesses sociopolíticos que estão em jogo no ato de conhecer”.

Essa perspectiva de análise da pesquisa qualitativa proporcionou um estudo embasado não apenas no contexto local, mas também nos aspectos globais que o envolvem, considerando a historicidade do fenômeno, seu movimento, sua totalidade e contradições inerentes da dialética marxista. Minayo (1994, p. 21-22) destaca que a pesquisa qualitativa também se assenta em questões particulares, quando afirma que:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Triviños (1987, p. 130) acrescenta afirmando que, no aspecto dialético, a pesquisa qualitativa vai além dos significados que surgem dos fenômenos, ultrapassa a visão simplista, superficial e estética ao buscar as raízes dos significados, “[...] as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais”. É nesse sentido que buscamos analisar as categorias que envolvem a temática em estudo, levando em consideração as relações do sujeito pescador, as suas materialidades de vida e formas de organização e luta social, tentando no percurso da pesquisa desvendar a essência e os significados envolvidos nessa dinâmica histórica, através do estudo teórico e dos dados produzidos.

1.6 TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE PESQUISA UTILIZADAS

Tendo em vista o enfoque epistemológico da pesquisa, os objetivos e a problemática proposta, tal estudo visa compreender e analisar a situação-problema, buscando sistematizar os dados a partir de sua singularidade sem deixar de abranger a amplitude de sua ação, promovendo construções teóricas acerca da realidade, partindo de diversos instrumentos de coleta de dados, tais como: a observação direta do pesquisador, as entrevistas semiestruturadas, a análise documental e a gravação e câmera fotográfica como recursos de registro. Ressaltamos que as entrevistas e as observações de campo, aliadas à pesquisa bibliográfica, foram as principais metodologias empregadas na apreensão dos dados empíricos da pesquisa.

A entrevista assume grande importância na pesquisa qualitativa, porque ela permite ao pesquisador perceber as diferentes relações e formas que os sujeitos interpretam o mundo e suas experiências, já que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 134), ela “[...] é utilizada

para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Assim, ficamos atentos aos significados dados pelos sujeitos pescadores sobre o Projeto “Pescando Letras” e como este contribuiu para a qualificação e seus processos de organização.

Neto (1994) também discorre quanto à entrevista, afirmando que é o procedimento mais usual na atividade de campo, pois, através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos sujeitos. “Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (NETO, 1994, p. 57).

Minayo (1996, p. 109), por sua vez, direciona a entrevista para a “[...] arena de conflitos e contradições”, levando em consideração os critérios de representatividade da fala dos sujeitos e os fatores de interação social que permeiam a relação pesquisador/pesquisado. Assim, buscamos criar um espaço relacional do diálogo, do conversar com os pescadores entrevistados, haja vista que estes são sujeitos interativos, intencionais, que exprimem ações e emoções. Conforme esclarece Szymanski (2004, p. 12-13), ao afirmar que a entrevista é:

[...] fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para seu trabalho. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade – pelo menos a de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz -, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador.

É importante considerar que, na entrevista, há também um processo de ocultamento que acontece quando o entrevistado “[...] esconde informações que supostamente acha que podem ser ameaçadoras ou desqualificadoras para si ou para seu grupo, ou, ao contrário, inclui informações que, do seu ponto de vista, podem trazer uma visão mais favorável a eles” (SZYMANSKI, 2004, p. 13-14). Não podemos desconsiderar que o pescador carrega consigo sua visão de mundo, “[...] do mundo do entrevistador e da relação entre eles” (Ibidem, p. 14).

Portanto, ao mesmo tempo em que há o que Minayo (1996) chama de, a “representatividade da fala”, há os ocultamentos, as distorções que são inevitáveis nesse processo.

Isso foi perceptível em alguns momentos da pesquisa, pois, assim como alguns pescadores não se constrangiam em responder às perguntas, sobretudo referente à avaliação do “Pescando Letras”, outros diziam não saber responder, indicando apenas os pontos positivos do projeto, mas que, após a gravação da entrevista, acabavam relatando elementos que achavam serem negativos, como a descontinuidade do referido projeto e a ausência atualmente da Colônia Z-16 na realização de outros projetos na área da alfabetização, como fora o “Pescando Letras”.

Ressaltamos que a escolha da entrevista semiestruturada se deu pelo fato de oferecer maior dinamismo e liberdade ao entrevistado, proporcionando flexibilidade e naturalidade possível nas respostas do tema proposto, pois “[...] ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). No âmbito da formação do pescador artesanal de que trata esta pesquisa, a entrevista semiestruturada foi o instrumento que possibilitou o levantamento das informações concernentes à temática de estudo, com aplicação de perguntas abertas (THIOLLENT, 1982), gravadas e em alguns momentos registradas nas notas de campo.

A partir dessas considerações, registramos que a primeira ida a campo ocorreu em abril de 2018, com a apresentação da pesquisadora na Z-16 de Cametá. Nessa ocasião realizamos conversas informais com o presidente e alguns pescadores filiados, e iniciamos a observação da rotina da instituição, participando em alguns momentos da agenda de reuniões e formações feitas com os pescadores, sendo que essas observações não foram formalizadas por meio de roteiro, mas constituíram-se em várias visitas à instituição, que foram devidamente registradas nas notas de campo.

Ainda no mês de abril foi solicitada a aquisição de documentos com o secretário da Z-16, que nos forneceu a cópia do Estatuto Social da instituição, fotografias que foram devidamente copiadas e devolvidas no mesmo momento, a Revista do MMA, publicada em 2006, e a indicação do Informativo “A Voz do Pescador”, da Colônia Z-16 de Cametá. É importante notar que a Entidade não nos forneceu documento impresso sobre o “Pescando Letras”, alegando não ter registro escrito arquivado do referido projeto. Isso dificultou o processo de compreensão sobre sua implantação, que só foi possível após a realização das entrevistas com os pescadores. Nesse período também foi feita a indicação pela Z-16 de

possíveis sujeitos a serem entrevistados na pesquisa, sendo que as entrevistas tiveram início no mesmo mês.

Desse modo, todas as entrevistas aconteceram de forma individual, realizadas a partir de agendamento prévio e no local de preferência dos informantes, totalizando 7 (sete) entrevistados⁵³ (Tabela 1). Essas entrevistas foram gravadas e transcritas, perfazendo aproximadamente 6 horas de gravação. Foram feitas 15 perguntas abertas, lidas de forma espontânea, com as respostas gravadas com uso do celular. Essa metodologia permitiu aos sujeitos se expressarem livremente sem dedução das respostas, mas com a mediação da pesquisadora. As entrevistas buscaram explorar determinados aspectos relacionados ao funcionamento da Z-16 e à implantação do Projeto “Pescando Letras”, aspectos estes que não carecem de quantificação.

⁵³ Para atender a dimensão ética da pesquisa científica, foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que os entrevistados assinaram para disponibilizar os dados levantados na entrevista, a utilização de imagens, etc., visando à construção deste trabalho. Ressaltamos que, no decorrer das análises, esses entrevistados serão nomeados de maneira fictícia para preservar suas identidades. Desse modo, aparecerão no corpo do texto como: Pescador 1, Pescador 2, Pescador 3, Pescador 4; Pescador 5, Pescador 6 e Professora do Pescando Letras.

Tabela 1: Descrição dos pescadores entrevistados da Colônia Z-16 de Cametá.

Entrevistado(a)	Idade	Profissão	Nível de Escolaridade	Comunidade de origem
Pescador 1	50 anos	Pescador	Ensino Médio completo	Cuxipiarí Furo Grande
Pescador 2	47 anos	Pescador	Superior completo	Ovídio
Pescador 3	40 anos	Pescador	Ensino Fundamental completo	Mará
Pescador 4	68 anos	Pescador aposentado	Alfabetizado pelo Projeto “Pescando Letras”	Mará
Pescador 5	41 anos	Pescador	3ª série	Mará
Pescador 6	39 anos	Pescador	1ª série	Mará
Professora do “Pescando Letras”	47 anos	Professora	Magistério	Mará

Fonte: Elaborado pela autora, dados de campo (2018).

Para a realização das entrevistas, elaboramos um roteiro aberto, baseado na fala dos entrevistados, mas com objetivos e informações definidas, no sentido de buscar uma melhor compreensão e direcionamento do material a ser colhido, com questões gerais a serem respondidas por todos os entrevistados e questões específicas de acordo com categorias estabelecidas na pesquisa. Os temas escolhidos que abordam “[...] uma asserção sobre determinado assunto” (FRANCO, 2008, p. 42) foram sugeridos de acordo com os objetivos da pesquisa, levando em conta os conceitos, valores, expectativas e as diferentes opiniões dos sujeitos.

Dessa forma, o roteiro foi feito obedecendo cinco itens norteadores, os quais foram organizados em questões distribuídas assimetricamente em cada item: 1) Processo histórico-educativo da Z-16; 2) O trabalho e as metamorfoses no mundo do trabalho da pesca artesanal; 3) Saberes da pesca; 4) Qualificação profissional; e 5) Processos de organização. Esses eixos faziam relação com o Projeto “Pescando Letras”, principalmente, os itens 3, 4 e 5.

Ressaltamos que, apesar de consideradas “abertas”, as entrevistas foram previamente planejadas a partir de um roteiro de perguntas nem sempre possível de ser seguido. Em alguns momentos, o roteiro deu lugar a entrevistas muito mais dinâmicas do que as originalmente planejadas, aliadas a conversas e encontros muitas vezes mais reveladores do que o momento da entrevista, isso porque “[...] supõem-se diferentes modos de agir e diferentes sentimentos conforme as expectativas – até mesmo o planejamento da própria entrevista” (SZYMANSKI, 2004, p. 16). Nesse aspecto, a entrevista se constituiu como um instrumento que permitiu com que os entrevistados expressassem suas opiniões, anseios, sentimentos, questionamentos e

percepções da realidade tanto em seu sentido particular quanto no contexto mais amplo, começando a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Metodologicamente, as entrevistas aconteceram em três momentos da pesquisa de campo: no primeiro momento, realizamos uma entrevista na sede da Colônia Z-16, no mês de abril de 2018, com o Pescador 1; no segundo momento, no mesmo mês, realizamos a entrevista com o Pescador 2, em sua residência, situada na cidade de Cametá; e, no terceiro momento, fomos até a comunidade ribeirinha de Mará, localizada a cerca de 20 minutos da sede do município de Cametá, por via de transporte fluvial (barco a motor), onde entrevistamos quatro pescadores (o Pescador 3, o Pescador 4, o Pescador 5 e o Pescador 6) e uma professora⁵⁴ que atuou no Pescando Letras. Essas entrevistas aconteceram no mês de dezembro de 2018, no barracão comunitário da localidade, que também funciona como prédio escolar.

É importante considerar que os entrevistados foram indicados pela Z-16 a partir de critérios estabelecidos pela pesquisadora. Solicitamos que eles fossem os sujeitos que participaram do Projeto “Pescando Letras”, realizado pela instituição. A partir da indicação feita de pescadores de diferentes comunidades, escolhemos os residentes na comunidade ribeirinha de Mará, pelo fato de ter funcionado lá, a contento, o projeto. mas também pela proximidade geográfica da localidade, facilitando a nossa ida a campo, o que nos garantia a realização da pesquisa.

Tendo em vista a intencionalidade de se obter informações concernentes à temática em estudo, buscamos identificar as experiências dos sujeitos referentes às questões abordadas. Assim, com dois pescadores entrevistados, tratamos do processo histórico-organizacional da Z-16, na busca por informações sobre as ações educativas da Entidade durante seu período histórico de atuação, tendo em vista que os dois possuem experiência na gestão da instituição, tendo exercidos a função de presidentes. Esse direcionamento foi feito na tentativa de compreendermos seu funcionamento e perspectivas de educação no âmbito da formação dos pescadores filiados na instituição.

Nas entrevistas com os outros quatro pescadores e a professora do projeto, priorizamos o levantamento de dados referentes aos saberes da pesca e ao funcionamento do “Pescando Letras”. Os elementos levantados nas falas desses entrevistados permitiram conhecer o processo educativo desenvolvido no projeto, sua metodologia, objetivos, estrutura

⁵⁴ A título de esclarecimento, essa entrevistada era filiada na Z-16 no período de funcionamento do Projeto “Pescando Letras”, no ano de 2006, portanto, exercia a profissão de pescadora. Atualmente, é professora contratada em uma escola local, atuando com o magistério.

organizacional e contribuição para os processos de qualificação profissional e organização dos pescadores. Em um primeiro contato com esses sujeitos, identificamos que o projeto se constituiu como um marco em suas vidas, sendo por eles lembrado e falado com empolgação e envolvimento.

Além desses pontos estratégicos, abordamos com todos os entrevistados, questões gerais referentes ao contexto da pesca artesanal, tendo em vista as metamorfoses no mundo do trabalho, sobretudo pós-UHE de Tucuruí. Esses pescadores demonstraram um vasto conhecimento sobre tais fatores, principalmente os relacionados ao contexto de vida antes e depois da construção da hidrelétrica, sendo que alguns vivenciaram e vivenciam as experiências de luta no âmbito do MAB no município de Cametá.

Dessa forma, a pesquisa teve como base dados expressos pelos sujeitos que participaram do processo de formação, via o “Pescando Letras”, o que se constituiu como fator fundamental, haja vista a importância de se ter presente “[...] a que sujeitos históricos reais a pesquisa se refere” (FRIGOTTO, 2000, p. 87). Isso contribuiu para entender a participação desses pescadores a partir da materialidade, isto é, da atividade prática, facilitando a análise com base na realidade em que vivem, já que a atividade prática é caracterizada pelo “[...] caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre a qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto” (VÁZQUEZ, 1968, p. 193).

A pesquisa foi subsidiada ainda pelo levantamento bibliográfico, entendido como um recurso de estudo de bibliografias já publicadas em forma de livros, revistas, artigos, publicações avulsas e imprensa escrita e digital. Foi um valioso instrumento de pesquisa, pois possibilitou a fundamentação de outros autores que pudessem ser utilizados para a elaboração do trabalho. A relevância de se utilizar tal técnica está em dispor ao pesquisador um contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, objetivando assim um reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou a manipulação de suas informações (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Além disso, foi feita a pesquisa documental, na forma de levantamento de dados: atas de reuniões, Estatuto, publicações informativas referentes à Z-16 (em *blog*, revistas, vídeos, documentários) e fotografias impressas. Todo o material recolhido foi analisado e utilizado para validar as evidências de outras fontes e acrescentar informações.

É importante ressaltar que nem sempre os documentos retratam a realidade, por isso, buscamos extrair das situações as razões pelas quais eles foram criados, isso aconteceu em

meio às conversas informais e entrevistas realizadas com os pescadores da Z-16. Bogdan e Biklen (1994, p. 134) consideram que, na investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas: “[...] podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas”.

Outra ferramenta importante utilizada na pesquisa foram as notas de campo, instrumento que objetivou colher algumas informações que fossem observadas em situações locais cotidianas ou extraordinárias nos diversos momentos de vivência entre os sujeitos, visto que os momentos de observação são essenciais no processo de pesquisa. Como afirmam Bogdan e Biklen (1994, p. 150), esse procedimento permite “[...] o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. Minayo (1994) destaca que é um instrumento pessoal que pode ser utilizado em diferentes momentos da rotina do trabalho, o qual é possível registrar nossas percepções, questionamentos, angústias e informações não obtidas por meio de outras técnicas.

Assim, durante as observações e momentos fora das gravações das entrevistas, utilizamos as notas de campo para registrar dados importantes, captados durante a rotina dos pescadores, sobretudo nas reuniões com os coordenadores locais⁵⁵, que se constituíram como momentos de observação e levantamento de dados.

Nesse processo de observação, a nota de campo foi uma rica ferramenta de auxílio que não nos deixou passar despercebidas certas informações que foram importantes na análise dos dados produzidos a partir das técnicas supracitadas. Assim todas as técnicas e ferramentas de investigação exigem “[...] atenção especial ao informante, ao mesmo observador e às anotações de campo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138). Vale ressaltar que as anotações foram registradas de forma escrita e também com o uso da gravação de áudio, como aconteceu com

⁵⁵ O registro feito nas notas de campo de uma reunião que aconteceu no ano de 2018, na Z-16, foi fundamental para validar algumas informações obtidas nas falas dos entrevistados. Nessa ocasião estavam presentes além dos representantes da instituição, os 94 coordenadores e o advogado da Entidade. A importância dessas anotações se deu pelo fato dos pescadores estarem discutindo questões que envolviam a nossa temática de estudo, tais como: problemáticas enfrentadas pela Z-16 no âmbito do *Seguro-Defeso*, no que tange à suspensão do benefício de alguns pescadores e o atraso no pagamento de outros, que, na oportunidade, estavam buscando respostas a esses problemas; busca de alternativas para mediar e resolver os conflitos entre os pescadores por conta da falta de pagamento do *seguro*; discussão sobre os problemas enfrentados nas comunidades e as dificuldades de contato com os órgãos governamentais para apoio nos projetos sociais; busca de propostas de incentivo à luta da categoria, dado os relatos de desânimo por parte dos pescadores, que pode ser expresso na fala de um pescador quando afirmava: “[...] temos nos acomodados muito, estamos vendo que os pescadores estão desanimados”, e a importância de voltarem a realizar as reivindicações e manifestações de luta no município.

um pescador entrevistado,⁵⁶ com quem foi possível registrar observações comentadas por ele após a gravação da entrevista.

No âmbito deste trabalho, consideramos que o uso desse instrumento foi de extrema relevância durante o percurso das visitas na instituição, principalmente nos espaços de diálogos, conversas informais e observação. Foram diferentes situações que pudemos vivenciar no espaço da Z-16, das quais foi possível extrair análises e interpretações que enriqueceram a pesquisa, dando concreticidade e validade ao objeto de estudo por meio das informações documentais e dos dados empíricos produzidos.

Por fim, destacamos que os dados foram obtidos por meio de registro e transcrição das entrevistas, organizadas de acordo com as questões que nortearam a pesquisa. Com base em Minayo (1996, p. 108), consideramos que esses dados são divididos entre os de *natureza objetiva* (fatos “concretos”, “objetivos”), que podem ainda ser adquiridos por outros meios, e os de *natureza subjetiva* (como atitudes, valores, opiniões, conceitos, etc.) que “[...] só podem ser obtidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos”. Isso caracterizou a presente pesquisa, pois houve uma contribuição fundamental dos sujeitos pescadores no processo de elaboração deste trabalho.

1.7 O TRATAMENTO DOS DADOS: OS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para se alcançar a proposta desta dissertação, os procedimentos adotados para a análise dos dados são fundamentais, haja vista a amplitude e as exigências que o trabalho requer no tratamento dos resultados da pesquisa, sobretudo quando ela está pautada na abordagem qualitativa, pois a análise de dados qualitativos se apresenta como um exercício de interpretação, que consiste no desvelamento do oculto (SZYMANSKI, 2004), isto é, do “[...] escondido, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 1977, p. 9).

⁵⁶ Esse entrevistado apontou elementos importantes de análise após a realização de sua entrevista, com a gravação no celular já concluída. Como a pesquisa foi realizada em sua residência, a conversa, as opiniões, o manifesto de outras questões foram inevitáveis, sendo acompanhadas por um bom café e biscoitos amanteigados. Nessa interação, este se manifestou falando que a situação organizacional dos movimentos sociais no Brasil, é reflexo da conjuntura política, econômica, ideológica e social que se vivencia atualmente, de negação dos direitos dos trabalhadores, o que interfere na dinâmica das instituições. A relevância desse registro, feito nas notas de campo, fora que o entrevistado citou os benefícios e parcerias que estabelecera em sua gestão na Z-16 no período em que atuou (2001 a 2008), quando tinham apoio do governo federal, estadual e municipal. Essa afirmação se torna mais evidente quando fazemos a análise desse contexto histórico até a situação atual da Z-16, que tem a maioria (senão todas) das suas ações engessadas por falta de apoio das instâncias públicas governamentais.

Esse é um momento criterioso que demanda uma análise inter-relacionada das leituras e categorias com os dados empíricos obtidos durante a investigação. Nesses aspectos da pesquisa, Bardin (1977, p. 9) aponta para sua condição de “[...] hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. A autora afirma que se trata de uma prática que pode auxiliar o pesquisador na superação de intuições ou impressões precipitadas e possibilita a “desocultação” (Ibidem, p. 9) de significados invisíveis à primeira vista.

Assim, todos os procedimentos de uma pesquisa, bem como a análise e interpretação dos dados dependem da opção teórico-metodológica do pesquisador (SZYMANSKI, 2004). Mais que isso, “[...] a escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98). Nesse sentido, a análise de conteúdo se constituiu como uma escolha importante neste trabalho por apresentar técnicas que permitiram a interpretação dos dados para além da pseudoconcreticidade, na superação do que Bardin (1977, p. 18) chama de “[...] ‘ilusão da transparência’ dos fatos sociais, por meio da ‘vigilância crítica’ e o emprego de ‘técnicas de ruptura’”, com o objetivo de manter o rigor, a fidedignidade e a validade dos procedimentos metodológicos⁵⁷.

A técnica de análise de conteúdo estabelece a leitura e interpretação do conteúdo de toda classe de documentos, que, após serem analisados adequadamente, abrem um leque de opções ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível. Essa análise tem como recurso principal a mensagem da comunicação seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou documental, expressando significado e um sentido que deverá ser interpretado, as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 2006), considerando-se as condições textuais sob uma concepção crítica e dinâmica da linguagem com seus componentes cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos que dão significado ao objeto, conforme a perspectiva teórica do pesquisador em relação à proposta de estudo⁵⁸. Bardin (1977, p. 38) afirma que a análise de conteúdo consiste em:

⁵⁷ Bardin (1977, p. 18) destaca os perigos da compreensão espontânea, afirmando que “é igualmente ‘tornar-se desconfiado’ relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do ‘construído’, rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade”.

⁵⁸ De acordo com Bogdan e Biklen (1994, 50), “Para um investigador qualitativo que planeje elaborar uma teoria sobre o seu objeto de estudo, a direção desta só se começa a estabelecer após a recolha dos dados e o passar de tempo com os sujeitos. Não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes. [...] O pesquisador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que se sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação”.

[...] um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Nesse ponto, para compreendermos as vozes das mensagens dos sujeitos entrevistados e dos documentos escritos foi preciso ater-nos às condições contextuais destes, levando em consideração questões amplas envolvidas nessa produção (econômicas, culturais, políticas, sociais, etc.), que emergem justamente desse processo histórico-dialético que propugna o materialismo. Franco (2008, p. 23) afirma que a análise de conteúdo “[...] é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Nesse aspecto, a autora destaca que tal análise “[...] permite ao pesquisador fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação⁵⁹” (Ibidem. p. 24), no sentido de que:

[...] a análise e interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos passos (ou processos) a serem seguidos. Reiterando, diríamos que para o efetivo “caminhar neste processo”, a contextualização deve ser considerada como um dos principais requisitos, e mesmo “o pano de fundo”, no sentido de garantir a relevância dos resultados a serem divulgados e, de preferência, socializados (FRANCO, 2008, p. 28).

Bardin (1977) destaca que a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicação diferente. Em relação à validade da análise qualitativa, a autora afirma que:

Corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses [...]. A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis (BARDIN, 1977, p. 115).

No âmbito das diferentes etapas relacionadas à análise de conteúdo, autores utilizam diferentes terminologias, as quais são bastante semelhantes (TRIVIÑOS, 1987). Diante dessa diversificação e também aproximação terminológica, propomos destacar as etapas da técnica utilizada por Bardin (1977), a qual as organiza em três fases: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

⁵⁹ Para Franco (2008, p. 24, grifos da autora), “[...] toda comunicação é composta por cinco elementos básicos: uma **fonte** ou emissão; um **processo codificador** que resulta em uma **mensagem** e se utiliza de um canal de transmissão; um **receptor**, ou detector da mensagem, e seu respectivo **processo decodificador**”.

No âmbito desta pesquisa, a pré-análise foi a fase de organização do material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, aqui buscamos sistematizar as ideias iniciais. Já que, de acordo com Bardin (1977, p. 96), ela “[...] tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, abertas, por oposição à exploração sistemática dos documentos”. Nesse processo desenvolvemos algumas etapas indicadas pela autora: (a) **a leitura flutuante**, momento em que começamos a analisar e conhecer o texto; (b) **a escolha dos documentos**, que foi determinada *a posteriori* dos objetivos; (c) **a formulação das hipóteses e dos objetivos**, na qual a primeira foi uma afirmação provisória que nos propomos verificar, e o segundo relaciona-se a finalidade geral a que nos propomos; (d) **a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores**; e e) **a preparação do material** (BARDIN, 1977).

Na segunda fase, realizamos a exploração do material, referente às leituras bibliográficas e aos documentos sobre a Z-16, além da definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos. Essa foi uma etapa importante, pois permitiu-nos a riqueza nas interpretações e inferências. A partir da descrição analítica, embasamo-nos em um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referencial teórico, usando algumas categorias básicas como a codificação, a classificação e a categorização (BARDIN, 1977).

Nessa fase a análise de conteúdo implicou o relacionamento de informações, o qual nos permitiu maior sustentação na defesa de inferências, evitando-se, dessa forma, a fragmentação do conteúdo das entrevistas, haja vista a possibilidade de não percebermos a sistêmica inter-relação de documentos e as representações provenientes de vozes de diferentes sujeitos.

No tratamento dos dados, inter-relacionamos as falas dos entrevistados para posterior análise de documentos, visando identificar nas unidades de registro o contexto em que são produzidas e os diferentes conteúdos representados pelos pescadores. Esse processo nos permitiu a validação de inferências e a abordagem de elementos indicadores de luta dos pescadores, conforme exemplificado nas falas dos entrevistados, que indicam o confronto de interesses tanto dos trabalhadores quanto dos representantes do capital no contexto da UHE de Tucuruí.

A gente queria que a barragem tivesse trazido benefícios pra nós. Infelizmente não trouxe. Mas não nos acomodamos, lutamos por nossos direitos, vamos nos organizando também [...]. Na colônia nós vimos a necessidade de nos organizarmos, então, começamos a fazer formação, ir nas comunidades

conversar com os pescadores. Até que iniciamos o projeto sobre os acordos de pesca, que tem dado muito certo. (PESCADOR 2).

[...] O que eles queriam era só de interesse deles, não queriam saber da vida do trabalhador. Vieram com a proposta de que ia melhorar tudo, mas foi ao contrário, melhorou pra eles, né? Nós continuamos com a falta de peixe, água poluída, a natureza, né. De toda forma somos maltratados pela barragem, sabe? Eles não pensaram nos prejuízos que ela vinha trazer pra nós. E todos esses anos a gente tem sofrido as consequências, sem ajuda nenhuma. A gente vai fazendo o que pode pra sobreviver (PESCADOR 1).

Com este recurso que permite comparar a partir de indicadores, as recorrências entre os diferentes entrevistados, pudemos observar os pontos convergentes e as contradições existentes no modo de vivenciar e definir a realidade pós-hidrelétrica. Aqui se pode fugir das aparências, evidenciando os conteúdos das mensagens por meio da comparação das falas, um processo de descobrimento do não aparente (BARDIN, 1977). Como afirma Triviños (1987, p. 162), “[...] não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise, tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem [...]”.

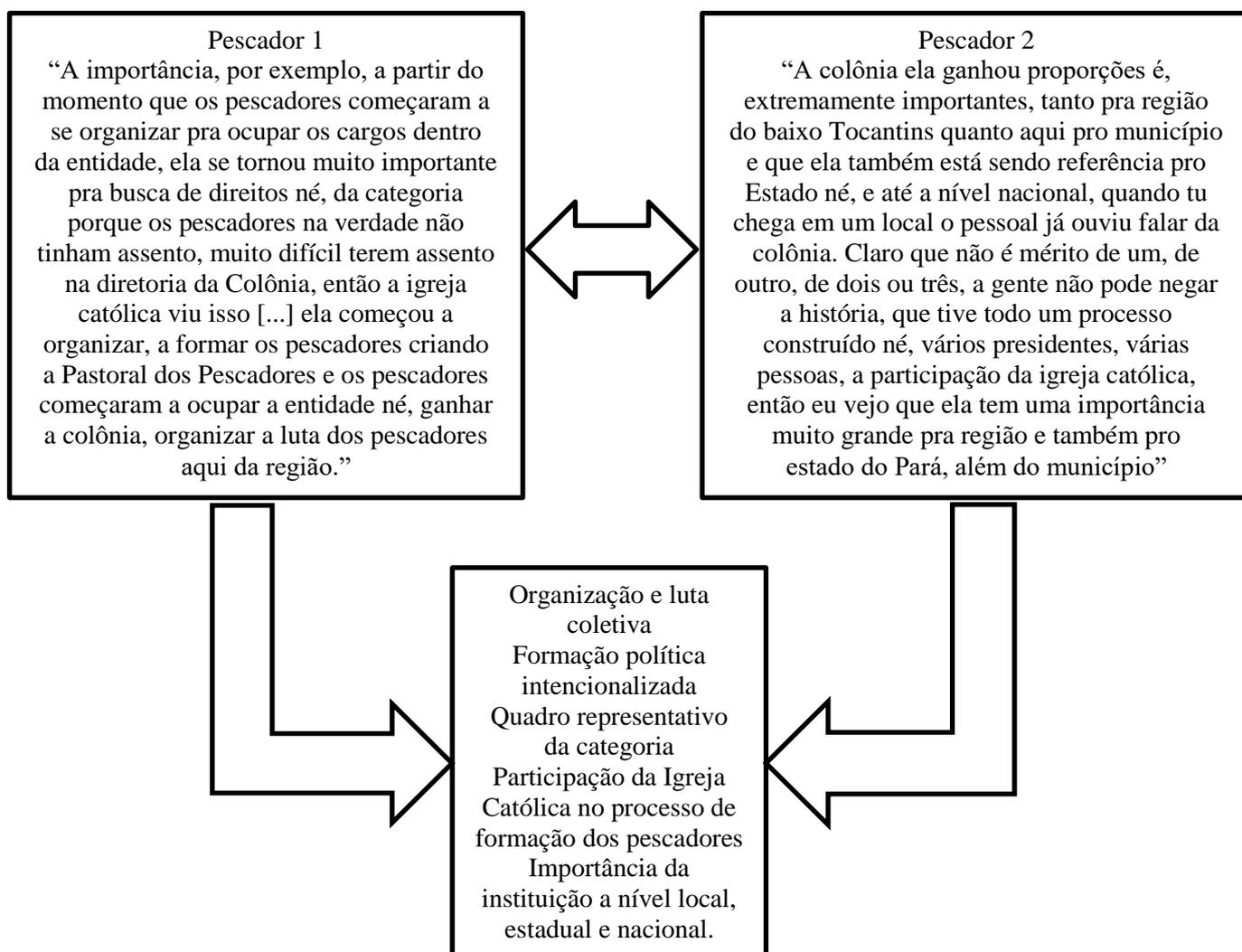
Vale considerar que, no âmbito da Colônia Z-16, as comparações entre mensagens, provenientes das entrevistas, bem como as apontadas pelos documentos e pela observação *in loco* feita na instituição tornaram-se ponto fundamental para que fizéssemos o procedimento de análise que permitisse a materialidade da relação entre o Projeto “Pescando Letras” e os saberes dos pescadores.

Para tanto, ficamos atentos às expressões verbais e não verbais e nos comportamentos dos sujeitos observados no dia a dia da Z-16, intentando, assim, desvendar o conteúdo latente, no sentido de transcender o conteúdo manifesto, superficial. Nesse ponto, foi necessário considerar o contexto das análises, nos atendo na sua essência e profundidade, compreendendo as relações entre a parte e a totalidade⁶⁰ (KOSIK, 1976). Nessa perspectiva, os conteúdos das mensagens foram relacionados ao período histórico vivido, que expressaram opiniões e interesses relativos a esses fatores de época. Com isso, ao analisarmos o processo de formação do pescador artesanal da Z-16, buscamos levar em consideração a luta histórica destes sujeitos, a posição política e a concepção de educação que vem sendo construída pela instituição ao longo dos tempos.

⁶⁰ “A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (KOSIK, 1976, p. 50).

A esse respeito merece ênfase as informações dadas pelos pescadores sobre como a Colônia Z-16 foi importante – a partir do momento em que os pescadores passaram a assumi-la – para a formação e iniciativa política de reivindicação da instituição para atender aos interesses dos trabalhadores. Comparando as falas dos pescadores “P1” e “P2” (Quadro 1), notamos que a luta dos pescadores decorreu a partir do momento em que viram a importância da entidade para a representação dos seus direitos, sobretudo no âmbito organizacional, tomando consciência e atitude de que as demandas e ações da Z-16 poderiam ser melhor coordenadas, atendendo aos interesses da categoria, se fossem direcionadas pelos próprios pescadores.

Quadro 1: Análise que demonstra o comparativo entre as falas dos entrevistados.



Essa análise nos permitiu comparar informações, no sentido de identificar os pontos convergentes e divergentes das falas dos pescadores. Foi um mecanismo importante de interpretação dos dados, pois possibilitou o levantamento de outros conteúdos, não expressos

aparentemente, mas que foram descobertos nos documentos e nos momentos de observação. Além disso, essa técnica permitiu a partir da interpretação de informações, a obtenção de categorias de conteúdo que facilitaram a compreensão do contexto vivido, validando assim, as inferências.

Isso nos leva à terceira fase indicada por Bardin, que diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Etapa em que ocorreu a condensação e a ênfase das informações para análise que culminaram nas interpretações inferenciais, processo pelo qual realizamos uma análise reflexiva e crítica do objetivo de investigação.

Nesse ponto, identificamos, por exemplo, que, apesar de a Colônia Z-16 ter objetivos comuns na luta pelos direitos dos trabalhadores da pesca, a entidade também vive suas contradições e conflitos internos, suas divergências ideológicas, voltadas, sobretudo, para a sua forma de gestão e direção representativa, conforme afirma o Pescador 2: “Nós temos nossas divergências aqui na colônia, até porque temos opiniões diferentes, às vezes queremos coisas diferentes, mas a gente tenta ir resolvendo pra chegar num acordo bom pra todos”.

No que tange aos conflitos internos, vale considerar que a Z-16 apresenta atualmente três pontos de enfrentamento, que acabam por contribuir para o enfraquecimento organizacional e político dos pescadores: o primeiro diz respeito ao engessamento dos projetos de formação por falta de recursos financeiros e apoio governamental (tanto em nível Federal, quanto Estadual e Municipal), o que se coaduna com a ausência de políticas públicas do Estado para com a categoria; o segundo, em relação às problemáticas do *Seguro-Defeso* (suspensão e atrasos de pagamentos); e o terceiro está relacionado à pouca participação e articulação da Z-16 com outros movimentos representativos dos trabalhadores, atrelado ao abrandamento das formas de luta, principalmente, em relação à organização das Associações de base locais dos pescadores, conforme esclarece o Pescador 2, a seguir:

Nós enquanto instituição, nós dependemos mesmo da contribuição dos associados né, nós não temos nenhum recurso que nós recebemos via governo municipal, estadual ou federal, então dentro disso a gente tem que fazer a gestão e implantar esses projetos que a gente pensa né, graças a Deus a gente consegue fazer, né, porque a gente fazendo de uma forma bem, digamos assim, bem dinâmica, honesta, tu consegue fazer com que isso sobre pra ti implantar esses projetos, requer recursos, buscar parcerias. A gente procura dar esse norte porque hoje, o pessoal tá muito vinculado a essa questão dos benefícios, só do seguro, né, e a colônia não é só isso, ela é muito maior do que isso né, então a gente procura com isso dar ênfase a outras questões, principalmente a essa questão da educação e informação né, principalmente com nossa juventude que as vezes os atrativos são maiores do que esses projetos nossos. E com isso a gente também tem buscado fortalecer as nossas associações das comunidades, que a gente ver que os pescadores estão um pouco desaminados, muito por conta do seguro defeso, que muitos ainda não receberam.

A partir dessas considerações, evidencia-se que a análise de conteúdo por nós desenvolvida no decorrer desta pesquisa implicou eleger nas mensagens, por meio de recorrências, categorias de análise, categorias de conteúdo, unidades de contexto e unidades de registro, sendo que essas últimas precisariam estar inseridas naquelas, para que pudessemos realizar comparações entre as categorias, conforme mostramos no Quadro 1. Esse processo de entendimento nos permitiu eleger as categorias de conteúdo, evidenciadas nas análises registradas das falas dos sujeitos, que demonstravam elementos indicadores desses conteúdos, como pode ser observado no registro do tipo “[...] a gente pode ser analfabeto, mas nós temos o conhecimento do nosso trabalho, e, com o estudo no “Pescando Letras”, a gente passou a ter outros conhecimentos, né, da leitura, escrita e outras coisas mais” (PESCADOR 4).

A partir desse relato, podemos dizer que os pescadores têm o conhecimento sobre o tipo de material que devem usar na pesca, além da importância da aquisição de outros conhecimentos para melhorar o trabalho. Como afirma o Pescador 5: “[...] a gente faz a pesca, a mariscagem usando vários materiais, depende do que você vai pescar [...]”. Aqui podemos identificar os saberes como correlação dos conhecimentos, construídos pelos pescadores nos processos de trabalho que envolve diferentes atividades produtivas, e em outros espaços e momentos de aprendizagem, como fora no “Pescando Letras”.

Assim, o tratamento dos dados por meio da análise de conteúdo nos possibilitou destacar das entrevistas, a recorrência de conteúdos quanto à referência dos saberes que os pescadores possuem sobre o trabalho que desenvolvem e que os permitem a existência e a relação com a natureza. Essas inferências foram sendo comprovadas a partir das entrevistas, identificadas como unidades de registro.

Consideramos as unidades de registro como parte fundamental do conteúdo de uma mensagem, porque permite o registro de conteúdos durante o processo da investigação. As falas dos sujeitos expressam os elementos indicadores de abordagem do fenômeno de pesquisa, possibilitando a compreensão do objeto estudado e a recorrência a outros indicadores de análise, como por meio dos dados documentais. Franco (2008, p. 19) afirma que “[...] torna-se indispensável considerar que a relação que vincula a emissão de mensagens [...] está necessariamente articulada às condições contextuais de seus produtores”.

Dessa forma, para a realização das Unidades de registro, foi preciso considerar as Unidades de contexto, tidas “[...] como o ‘pano de fundo’ que imprime significado às Unidades de análise” (FRANCO, 2008, p. 46). No presente trabalho, buscamos analisar,

nestes aspectos, o contexto histórico de luta dos pescadores e suas condições de vida e trabalho em que se configurou o próprio processo de formação, como o fizemos quando das reflexões sobre a concepção de educação e a luta dos trabalhadores contra interesses do capital pós a construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

Nesse sentido, os procedimentos de análise de dados adotados neste trabalho exigiram uma atenção minuciosa ao informante, no sentido de atentar-se para o sujeito como o principal elemento do fazer científico, haja vista que a pesquisa trata de uma investigação social e “[...] apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 138). Nessa acepção, consideramos essencial que algumas condições fossem respeitadas no processo de investigação, as quais se definiram no sentido de que a Colônia Z-16 de Cametá, em seu contexto sócio-histórico, não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado, é também um campo construído pelos pescadores no cotidiano de vida, portanto, exprime ações, acontecimentos, sentimentos, aspirações e interesses diversos.

Partimos do pressuposto de que o sujeito pescador é um ser ativo que se constrói historicamente nas relações com os outros homens e com as condições do mundo existencial, assim, a pesquisa embasou-se em um procedimento que buscou reconhecer a função ativa desses sujeitos no processo de construção do conhecimento (FRANCO, 2008).

Na concepção de Franco, a análise de conteúdo busca considerar o sujeito na sua condição sócio-histórica, o que implica dizer que essas relações podem ser carregadas de conflitos e diferentes dinâmicas existenciais, que demandam distintas interpretações de situações concretas de vida, situadas em determinado período de tempo e também nos espaços de interação pessoal e institucional que “[...] são mediados por modalidades técnicas de construção e transmissão de mensagens, cada vez mais complexas, nos dias atuais” (FRANCO, 2008, p. 34). Portanto, as observações nas entrevistas e nos registros escritos e gravados foram fundamentais para a sistematização das informações da temática de estudo, principalmente na abordagem dos conceitos de qualificação profissional e saberes via o “Pescando Letras”.

Nas entrevistas buscamos dar atenção aos elementos de mensagem dos pescadores, que são resultados de suas inserções na luta organizacional da instituição, considerando que alguns destes estiveram presentes desde a constituição da Z-16. Seus dizeres revelaram a dinâmica de organização da instituição, construída a partir da luta e formação política dos pescadores. A análise e escolha de documentos, como o Estatuto e os projetos elaborados,

surgiram da necessidade de compreensão desses fatores, no sentido de comparar as informações contidas nestes com as falas dos entrevistados.

Nesse sentido, ressaltamos que a escolha de técnicas e métodos de pesquisa são pontos cruciais para o desenvolvimento do trabalho. Logo, a análise de conteúdo sob o enfoque marxista (enquanto principal método, pode ser complementado por outras abordagens, como exemplo a sociologia da crítica) nos indicou um caminho promissor para a interpretação dessas questões sociais, tendo em vista as possibilidades de inferências nas análises dos dados que tais abordagens permitiram adentrar. Entendemos que as escolhas teórico-metodológicas deste trabalho não se constituem como fontes únicas de busca das afirmações objetivas da pesquisa, mas no estudo do objeto proposto, apresentaram maiores aproximações com a reflexão e a discussão que realizamos.

2. PROCESSOS EDUCATIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: ELEMENTOS PARA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DA PESCA

Iniciamos este capítulo fazendo uma discussão sobre a luta de interesses para com a educação do trabalhador, em que se apresenta, de um lado, a classe capitalista, que objetiva uma formação fragmentada com vistas atender às exigências do mercado de trabalho via processos formativos pragmáticos; de outro, a classe trabalhadora, que busca ter acesso a uma educação integral, ampla, que compreenda suas necessidades objetivas e subjetivas.

Avançamos destacando a relação movimento social e educação, indicando os elementos que constituem seu caráter educativo, sendo também os Movimentos potencializadores de mudanças sociais. Objetivando fundamentar concretamente essa análise, buscamos identificar os processos educativos da Colônia Z-16 de Cametá, na possibilidade de evidenciar sua perspectiva de educação. Para tanto, atemo-nos ao Projeto “Pescando Letras” e suas contribuições para a formação dos pescadores, sobretudo no que tange aos aspectos de qualificação profissional e organização que foram por eles adquiridos e fortalecidos.

2.1 FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA LUTA DE INTERESSES

Com base em Frigotto (1999), afirmamos que a educação é uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações e nos múltiplos espaços da sociedade, articulando-se com interesses econômicos, culturais e políticos dos grupos ou classes sociais. Dessa forma, “[...] a educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial de luta hegemônica” (FRIGOTTO, 1999, p. 21), apresentando-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Essa disputa se dá a partir de diferentes concepções dos grupos sociais, no intuito de articular os processos organizacionais e seus conteúdos aos interesses de classe, tornando o campo educativo, quer seja na escola ou no conjunto das instituições e movimentos sociais, um espaço de luta.

Nesse contexto, o trabalhador, visto nesta pesquisa como o sujeito do processo educativo, e com suas múltiplas necessidades, torna-se também alvo de disputas, sobretudo no que se refere à sua qualificação humana, pois esta se institui como sua condição elementar. Assim, a luta é justamente para que essa qualificação não seja subordinada às leis do mercado e à sua funcionalidade (FRIGOTTO, 1999), mas que esteja voltada para uma formação ampla do trabalhador. Como afirma Frigotto (1999, p. 31-32):

A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas, e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em

geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana.

O caráter subordinado da educação, bem como das práticas educativas aos interesses do capital, toma historicamente formas e conteúdos diversos, perpassando por todas as fases do capitalismo. Essa subordinação apresenta um caráter explícito que diferencia os projetos de formação humana para a classe burguesa e para a classe trabalhadora⁶¹. Na perspectiva da primeira, a educação dos trabalhadores está submetida às necessidades do capital em reproduzir a força de trabalho como mercadoria. Na segunda, a classe trabalhadora disputa uma educação que permita sua formação integral, como dirigentes visando à superação de sua dominação pelo capitalismo.

Vale considerar que, no processo de desenvolvimento do sistema capitalista, estabelece-se o caráter contraditório das suas relações sociais que se explicita, sobretudo por meio das relações entre os processos educativos e o processo produtivo. Como destaca Frigotto (1999, p. 33), “[...] o capital é prisioneiro de sua contradição, de seus limites de concepção (fragmentária) da realidade [...]”, portanto seus interesses são confrontados pelos da classe trabalhadora que lhes são antagônicos⁶².

Esse processo de correlações de forças e luta permite ao trabalhador a tomada de consciência de seus interesses⁶³, uma consciência que é gestada na práxis, por meio da interpretação da realidade cotidiana, e, principalmente, pelo confronto com interesses opostos. Na Z-16 isso pode ser evidenciado a partir do processo de formação do pescador artesanal, no qual a instituição busca realizar uma prática educativa que esteja em consonância com o seu contexto de vida. A implantação de projetos como o “Pescando Letras” pode ser um exemplo dessa tendência formativa, como enfatizam os pescadores entrevistados:

Nós realizamos alguns projetos em parceria com o governo ou outras instituições, como foi o “Pescando Letras”, e eles nos dão o direcionamento de como realizar né, aquela atividade, mas a gente vai mudando porque nós temos uma realidade ribeirinha que eles às vezes não conhece, então nós vamos

⁶¹ “Na medida, todavia, em que o sistema capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, assume nitidez a defesa da universalização dualista, segmentada: escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes” (FRIGOTTO, 1999, p. 34).

⁶² Em “A Miséria da Filosofia”, Marx analisa que “As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 1985a, p. 159).

⁶³ A consciência de classe é *consciência*, primeiro, da comunidade de interesses dos membros de uma classe determinada, segundo, a consciência do antagonismo de interesses desta classe com os da classe adversária.

adaptando de acordo com nossa realidade, por senão não dar certo [risos] (PESCADOR 1).

Quando a gente foi trabalhar com o “Pescando Letras”, nós tinha orientação pra dar aula determinados dias e horários, mas a gente tem uma realidade de vida que não dava pra seguir um calendário certo, por exemplo, tinha vezes que a gente trocava os dias, olha amanhã não dar, logo a gente combinava, mas lá na nossa lista era *ok* com a data que vinha pra dar, mas lá no momento não, a gente conversava olha se amanhã ia acontecer, por exemplo um evento na comunidade aí não, a gente vai deixar pra sexta-feira ou quinta-feira, assim a gente mudava e ia trabalhando (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

Com esses relatos podemos perceber que os pescadores a partir de suas realidades, interesses e reais necessidades vão realizando as mudanças necessárias para a efetivação das práticas de formação, fazendo a contra-hegemonia, no sentido de obterem resultados positivos com relação às suas perspectivas de educação. No “Pescando Letras”, por exemplo, a luta se deu em torno da implantação do projeto, porque, assim como a Z-16 foi reformulando as propostas de ação do Estado de acordo com suas intencionalidades, os pescadores também nas suas comunidades foram readaptando essas ações às situações concretas que viviam. Portanto, há uma afirmação de interesses que vai se constituindo conforme o contexto em que os sujeitos se encontram, acontecendo no movimento de luta desses trabalhadores.

Entendemos que é por meio desse movimento de luta que o projeto de construção social da fração de classe no espaço da Z-16 poderá se desenvolver, pois esse processo a educa política e organizacionalmente para o enfrentamento da realidade, o que é um fator necessário e imprescindível para a construção de seu projeto societário.

Partimos do entendimento de que esse processo de construção se efetiva essencialmente quando o trabalhador da pesca torna-se sujeito e objeto da própria práxis, e, em um sentido mais amplo, da práxis social que é a atividade “[...] de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado” (VÁZQUEZ, 1968, p. 200), configurando-se, assim, como uma práxis política. A política aqui compreende a luta mais ampla pelo poder e pela direção estrutural da sociedade, considerando o antagonismo de classes em que esta sociedade está dividida atualmente (VÁZQUEZ, 1968). E a Colônia Z-16 tem uma importância crucial nesse contexto de luta, uma vez que a formação política se insere como uma de suas propostas atreladas às formas de organização real de seus integrantes, efetivando-se na atividade prática dos pescadores, levando em consideração que, nas palavras de Gramsci (1978, p. 48), “[...] é possível dizer que o homem é essencialmente ‘político’, já que a

atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’”. No âmbito desta formação, o pescador afirma que:

Nós fazemos formação política com os pescadores porque é preciso que eles tenham consciência né da luta que estamos realizando aqui. E a gente vem trabalhando isso nas reuniões, nos projetos, de várias outras formas. E nós percebemos que tem dado certo porque aquele pescador que ficava calado, não participava de nada nas reuniões, hoje com as formações já participa, dar opinião e até mesmo critica, né [risos], já nos ajuda em algumas situações. Então, ao mesmo tempo em que ele vai melhorando seu entendimento sobre muitas coisas, mudando até de comportamento diante de alguns casos, vai nos ajudando também a melhorar nossa realidade, buscando benefícios pra categoria. Nós acreditamos que isso é muito bom pra nossa instituição e organização também (PESCADOR 2).

Com esse relato podemos dizer que, a partir de suas experiências organizacionais de luta vivenciadas no cotidiano do Movimento e compartilhadas por todos, os pescadores “[...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10), o que vai constituindo o fortalecimento da categoria. Esse processo de organização decorre de um conjunto de elementos que corroboram as suas formações na sociedade, que estão associadas às aprendizagens adquiridas no percurso de vida, de sua produção material e das relações que estabelecem nos movimentos de luta, o que lhes possibilita o embate a favor de seus interesses.

Nesse sentido, podemos notar que, na Z-16, há elementos que indicam uma perspectiva de formação dos pescadores pautada nas relações ativas dos sujeitos, partindo da materialidade das ações que realizam. E, ao buscarem transformar o mundo exterior, as relações gerais, buscam “[...] fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo” (GRAMSCI, 1978, p. 47), o que demonstra o pescador ser um sujeito ativo, que modifica o meio adquirindo novas personalidades junto do conjunto das relações que faz parte, e, nesse contexto, “[...] modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações” (Ibidem, p. 40).

Essa perspectiva de entendimento é contrária aos interesses do capital, pois, para este, quanto menos o trabalhador tiver acesso ao conhecimento e à criticidade, ou ter apenas o suficiente para atender a seus interesses, melhor para seu funcionamento, tendo a alienação⁶⁴

⁶⁴ *Grosso modo*, o conceito marxista compreende a alienação do homem sobre os seguintes aspectos principais: o processo de sua alienação frente à natureza e a si próprio, de sua atividade (o trabalhador não goza daquilo que produz); alienação do processo (o trabalhador recebe o conhecimento, mas não participa efetivamente) e alienação espiritual (enquanto subjetividade). Portanto, no capitalismo, o homem está alienado de sua própria espécie, da sua relação homem-humanidade. Esse conceito está ligado à não possibilidade de os sujeitos se

refletida em suas múltiplas formas de exploração. No dizer de Saviani (1994, p. 160), “[...] é preciso um mínimo de instrução para os trabalhadores e este mínimo é positivo para a ordem capitalista, mas, ultrapassando esse mínimo, entra-se em contradição⁶⁵ com essa ordem social”. Arroyo (1989, p. 79) afirma que isso se dá através da negação do processo educativo aos trabalhadores, em que:

[...] a burguesia e seu Estado reagem, tentam negá-lo, desarticulá-lo, confundí-lo. As formas são as mais variadas, como a negação de uma base material para uma vida humana, o excesso de trabalho extenuante, as péssimas condições materiais de existência, a negação de tempos e espaços culturais e educativos, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a negação do direito de pensar, a articular-se e expressar suas concepções sobre o real e sobre as formas de transformá-lo [...].

Assim, podemos dizer que “[...] a marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental” (GRAMSCI, 1991, p. 136). Desse modo, esta pesquisa se torna relevante por trazer à tona questionamentos relacionados à concepção de educação⁶⁶ que a Colônia Z-16 busca desenvolver, pois tal perspectiva refletirá nos objetivos e na compreensão de que sujeito pretende formar e qual projeto pauta-se para a afirmação da categoria, já que, de acordo com Gramsci (1991, p. 137):

[...] a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo.

Partindo desse pressuposto destacamos que, na concepção da classe dominante, a educação do trabalhador no âmbito dos diferentes grupos sociais, deve dar-se apenas de forma a habilitá-lo técnica, social e ideologicamente para atender às demandas do capital, visando à maximização do lucro via processos formativos pragmáticos. A educação se desenvolve por meio da mecanização, que fragmenta o saber, com instrução em *doses homeopáticas*, produzindo uma ruptura entre trabalho intelectual e manual, entre decisão e ação. “Trata-se de

beneficiarem de forma integral dos resultados do trabalho humano, sendo que o produto do trabalho torna-se um poder independente e estranho ao trabalhador.

⁶⁵ Saviani ainda enfatiza que “[...] é da essência da sociedade capitalista que o trabalhador só detenha a força de trabalho. Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas “em doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção [...]” (1994, p. 160-161).

⁶⁶ Arroyo chama atenção para o fato de que “A tarefa fundamental, se pretendermos a instrução e educação dos trabalhadores, será perceber e criticar o sentido de classe desse movimento social em que se deu e desenvolveu o campo do educativo, será ainda privilegiar o educativo, onde ele se dá basicamente nas lutas entre as classes de que esse movimento social e a própria construção do educativo fazem parte.” (1989, p. 82).

conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária [...]” (FRIGOTTO, 2001, p. 80). Assim, no capitalismo a função social da educação fica subordinada ao mercado de trabalho (FRIGOTTO, 1999). Kuenzer (2011, p. 77-78) mostra claramente essa questão quando analisa que:

A educação do trabalhador para o processo capitalista, para o trabalho alienado, se dá, portanto, através de formas de organização e controle do trabalho dividido, de estratégias administrativas, tais como rotatividade interna, alargamento da tarefa e nível de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho, política salarial, política de benefícios, formas de supervisão, instruções de segurança e de saúde, e assim por diante. O seu objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais do que isto – a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhador alienado ao mesmo tempo que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução.

Nessa acepção, a luta de interesses se afirma na contradição da relação capital-trabalho, na qual interessa para o capitalismo uma formação acrítica, técnica e unilateral, em que o trabalho é visto apenas como meio de produção e extração da mais valia, sendo que o capitalismo nega as ações humanas que resultam do trabalho. A concepção burguesa de trabalho constrói-se, historicamente, “[...] mediante um processo que o reduz a uma coisa, a um objeto⁶⁷, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho” (FRIGOTTO, 1989, p. 14).

Em *O Capital*, Marx (2013, p. 206) critica a visão invertida veiculada pela dominação capitalista através do que chama de “fetichismo da mercadoria”, que surge do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. Nesse conceito, o autor destaca que uma relação social definida, estabelecida entre os homens, “[...] assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Na *aparência*, o objeto-mercadoria se constitui como resultado de uma produção técnica. Na *essência*, ele é fruto de relações sociais em que o trabalho vivo transforma o trabalho morto em valor, em capital (MARX, 2013).

Nesse sentido, para os pescadores entrevistados, o Projeto “Pescando Letras” foi visto para além da possibilidade de aprenderem a ler e a escrever, pois “[...] no projeto a gente conversava sobre nossa realidade também, o que podemos fazer pra melhorar nossa vida,

⁶⁷ Marx e Engels já criticavam, dentro de uma visão materialista, essa não superação da visão do trabalho como coisa, como objeto, na tese I sobre Feuerbach. “A principal insuficiência de todo o materialismo até nossos dias – o de Feuerbach incluído – é que as coisas (*Gegenstand*), a realidade, o mundo sensível, são tomados apenas sobre a forma de objeto (*objekten*) ou contemplação (*anschauung*), mas não como atividade humana sensível, práxis, não subjetivamente” (2002, p. 121).

como se organizar, entendeu?” (PESCADOR 4). A participação no Projeto instigou nos pescadores outras formas de aprendizagens que, aparentemente, não eram visíveis nos objetivos apresentados, mas que foram construídas pelos próprios sujeitos nas tramas das relações e nos momentos de interação que o projeto oportunizou. Ou seja, o que aparentemente era uma proposta de alfabetização, na essência se constituiu também politicamente como uma ferramenta de organização coletivo-individual, tornando-se um mecanismo de luta de interesses dos pescadores a nível local. O que foi um ponto positivo no âmbito da formação desses trabalhadores, pois o Projeto ensinou-lhes uma qualidade social, isto é, uma formação humana, por meio de ações educativas que, cotidianamente, desencadeavam e que tinham relação com a própria vida na comunidade.

Essa é uma perspectiva contrária aos interesses da classe dominante, já que na teoria do desenvolvimento, a educação é alçada a “capital humano”⁶⁸, sendo expressa “com os vocábulos como qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para a competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo, etc.” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 48), na estratégia de expandir a escolarização e reprimir a educação. Com esses conceitos, o capital busca qualificar os comportamentos e atitudes dos sujeitos⁶⁹, com uma perspectiva de educação que não promove a formação integral, mas o seu próprio fortalecimento (FRIGOTTO, 2010). Nessa mesma direção, Carnoy (1986, p. 16-17) afirma que:

[...] através da escola e de outras instituições superestruturais, a classe capitalista reproduz as forças de produção (mão-de-obra, divisão do trabalho e divisão do conhecimento) e as relações de produção – estas últimas predominantemente através da manutenção e do desenvolvimento de uma ideologia “legítima” e de um conjunto de padrões de comportamento (cultura).

Entretanto, essa ação capitalista não acontece de forma passiva, pois implica, nas suas contradições inerentes, o antagonismo de classe, ocasionando também a luta de classe, na qual os trabalhadores dinamizam suas ações na defesa de seus interesses. Marx e Engels (1999, p. 7) já afirmavam que “[...] a história de todas as sociedades que existiram até nossos

⁶⁸ A ideia-chave da teoria do capital humano é de que “[...] a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma ‘quantidade’ ou um grau de educação e de quantificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção” (FRIGOTTO, 1999, p. 41).

⁶⁹ Frigotto (1999, p. 171, nota 29) afirma que “[...] a análise atenta do que se está postulando, em face da reconstrução econômica e da reconversão tecnológica a ela articulada, nos mostra que a questão da qualidade total, da flexibilidade e da competência baliza-se, uma vez mais, sobre o velho debate de ‘atributos’ cognitivos (formação geral, capacidade abstrata, policognição) e atitudinais (identificação com a empresa, capacidade de relacionamento grupal etc.), cujo objetivo fundamental é o aumento da produtividade e de sua apropriação privada”.

dias tem sido a história das lutas de classe”. Nesse viés, destacamos que a análise marxista é fundamental nesse contexto de transformação e no processo permanente da luta de classes, pois Marx e Engels deram à luta de classe do proletariado, que o analisamos como trabalhador, métodos, consciência e espírito de organização. Além de caminhos que apontam as bases que constituem a totalidade histórico-social da produção da existência, destacando os caminhos de transformação via práxis revolucionária.

Com base em Grzybowski (1986), afirmamos que a educação, qualquer que seja, é resultado de uma disputa social, assim, ela varia, se reestrutura, tendo um movimento contraditório em seu interior. Desse modo, na perspectiva dos grupos sociais, sobretudo a classe trabalhadora:

[...] a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de “saber social” (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais (GRZYBOWSKI, 1986, p. 41-42).

Diferentemente do capital, para a classe trabalhadora, interessa uma educação que a forme nas suas amplas dimensões (social, educacional, cultural, política, ideológica), que articule concomitantemente o saber e o fazer, introduzindo-a nas noções científicas da *societas rerum* (saberes necessários para dominar e transformar a natureza), e no conhecimento da vida estatal, da consciência sobre seus direitos e deveres da *societas hominum* (GRAMSCI, 1978). No dizer de Kuenzer (2011, p. 197):

Há de se considerar que esse trabalhador é um cidadão; ou seja, apenas a sua preparação para a “*societas rerum*” através do domínio do conhecimento científico e tecnológico é insuficiente. Ele precisa ser preparado para a “*societas hominum*”, de forma a capacitar-se para participar ativamente na sociedade política e civil. Estes dois aspectos não estão desarticulados [...].

Afirma-se, nessa perspectiva de educação, o princípio educativo do trabalho defendido por Gramsci, para quem:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar. Já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do *devenir* [...] (GRAMSCI, 1991, p. 130).

Frigotto (1999) apresenta também um conceito amplo de formação, que compreende o sujeito em todas as suas dimensões, unindo ontologicamente trabalho e educação, como fatores indissociáveis da existência humana. Nessa dimensão, o trabalho não pode ser concebido como *tripalium* (instrumento de tortura na Antiguidade), mas como condição da existência do homem e o ponto de partida para sua humanização (LUKÁCS, 2012).

Frigotto (2010) ainda enfatiza que, na sociedade capitalista, a subordinação do trabalhador ao mercado de trabalho constitui o principal fator de acumulação do capital, na qual os direitos fundamentais como saúde, educação, habilitação, são vistos como mercadoria. Com o avanço das forças produtivas, o capital expropria ainda mais o saber e o conhecimento do trabalhador para transformá-lo em trabalho fixo (através de máquinas e equipamentos), o que vem sendo implementado atualmente no mundo da produção via conceitos como: automação, círculos de controle de qualidade (CCQ), *Kan Ban*, *just in time*, que procuram introduzir “novas formas de gerenciamento” das relações capital-trabalho, “[...] mediante a integração e flexibilização, a redução do tempo e dos custos de produção e circulação, programando a produção de acordo com a demanda [...]” (FRIGOTTO, 1999, p. 149).

Assim, a estratégia burguesa em relação à prática educativa escolar não consiste apenas na negação do saber socialmente produzido pela classe trabalhadora⁷⁰, mas na “[...] simples negação da transmissão deste saber elaborado e sistematizado ou no aligeiramento desta transmissão”⁷¹, ou seja, o capital, “[...] mediante diferentes mecanismos, busca manter tanto a subordinação do trabalhador quanto a ‘qualidade’ de sua formação” (FRIGOTTO, 1999, p. 154). Para esse autor, a escola que interessa à classe trabalhadora é aquela que:

[...] ensina matemática, português, história etc. de forma eficaz e organicamente vinculada ao movimento que cria as condições para que os diferentes segmentos de trabalhadores estruturam uma consciência de classe, venham a se constituir não apenas numa “classe em si”, mas numa “classe para si”, e se fortaleçam enquanto tal na luta pela concretização de seus interesses [...] (FRIGOTTO, 2010, p. 224).

Mais que isso, Nosella (2007) ressalta que a escola não pode abdicar à disciplina do estudo e à precisão científica e cultural, mas precisa também oferecer aos jovens:

⁷⁰ Frigotto (1989, p. 20) chama a atenção para o fato de que “[...] juntamente com o fetiche do valor, cuja essência é o escondimento da origem da exploração e do lucro, da extração da mais-valia, existe o fetiche do conhecimento, do saber, que reduz este saber e esse conhecimento à ‘verdade da burguesia’. Ao afirmar-se que existe um saber intrínseco ao trabalhador e à sua classe, quer-se dizer que, nas relações sociais de produção de sua existência, individual e coletivamente, mesmo sob as condições adversas da sociedade capitalista, o operário produz conhecimento, detém um saber, tem uma determinada consciência da realidade”.

⁷¹ Frigotto (2010, p. 224).

[...] um espaço em que cada um livremente se forme naquilo que é do seu gosto: pode ser a arte, a música, a matemática, o aeromodelismo, o radiotelegrafismo, a especialização na astronomia ou também no esporte, ou até mesmo nas técnicas artesanais. É preciso que a escola, ao invés de ser um lugar aberto cinco horas diárias, durante nove meses por ano, e pelo resto do tempo permanecer fechada e vazia, seja o espaço dos adolescentes, onde estes recebam da sociedade adulta tudo o que é possível receber e, ao mesmo tempo, sejam estimulados em suas qualidades pessoais e capacitados, responsabilmente, para gozar todos os prazeres humanos. (MANACORDA, 2006 *apud* NOSELLA, 2007, p. 149).

No âmbito desta pesquisa, a Colônia Z-16, enquanto uma organização da fração de classe na defesa dos trabalhadores da pesca, assume papel decisivo na formação profissional e construção de seu projeto societário, tendo em vista que a concepção de educação que adota reflete na formação política do sujeito, na sua tomada de posição, no percurso de luta e nas práticas sociais, isto é, constitui a base de orientação para a consciência e a luta pelos direitos.

Portanto, consideramos nesta pesquisa as análises de alguns autores que indicam a formação profissional na ótica da emancipação humana, embasada em uma educação ou formação humana *omnilateral, politécnica*⁷² ou *tecnológica* (FRIGOTTO, 1999), de liberdade plena para todos os homens (NOSELLA, 2007). Isso se efetiva de acordo com Gramsci (1991, p. 118) na construção de uma “[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente [...] e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”. O princípio de escola única para o autor pauta-se em uma escola que proporcione aos sujeitos o acesso ao conhecimento, de acordo com suas reais necessidades, com suas respectivas realidades históricas, com uma formação que proporcione a todos a condição de se tornarem dirigentes. Nosella (1992, p. 40) converge com essa posição ao afirmar que:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. [...] Num novo contexto de relações entre a vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários.

Essa perspectiva de educação traz elementos que corroboram a formação dos trabalhadores da pesca via o Projeto “Pescando Letras”, não apenas no que tange à tentativa

⁷² Paolo Nosella considera inadequado o uso da expressão “educação politécnica”, defendendo que “[...] é uma expressão que não traduz semanticamente as necessidades de educação da sociedade atual. Mais ainda, é uma expressão insuficiente para explicitar os riquíssimos germes do futuro da proposta educacional marxiana.” (NOSELLA, 2007, p. 150).

de construção de um ensino que levasse em consideração o saber e o fazer do pescador, por meio de atividades correlacionadas com o seu cotidiano de trabalho, mas no desenvolvimento cognitivo que buscou paulatinamente o envolvimento de todas as possibilidades de sua vida social. Entendemos que essa base de orientação do projeto foi fundamental para a construção de uma autonomia, maturidade e iniciativa organizacional dos pescadores, levando em consideração o meio em que vivem. Conforme pode ser comprovado na fala do entrevistado:

No “Pescando Letras”, a gente não ficava só estudando os conteúdos, era um momento muito bom porque a gente falava de nosso cotidiano, se divertia com as brincadeiras, conversava, ia aprendendo no livro ao mesmo tempo em que a gente falava do nosso dia a dia, né, no trabalho, principalmente na venda do peixe, do açaí, da farinha, tudo a gente utilizava, e isso eu acho que foi muito bom (PESCADOR 5).

Assim, o desenvolvimento da *omnilateralidade* humana compreende a totalidade das dimensões do homem, do acesso não apenas ao conhecimento, mas também às condições mínimas de vida (objetivas e subjetivas), condições requeridas pelo pescador, quando diz que “[...] queremos uma educação melhor, queremos viver melhor com nossas famílias” (PESCADOR 2). Para que isso ocorra, Frigotto (1999, p. 174) assegura que é necessário o “[...] desbloqueio das condições objetivas e subjetivas”. E essas condições são entendidas como “[...] o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e gozo, em que se deve considerar, sobretudo o usufruir dos bens espirituais (plano cultural e intelectual), além dos materiais” (MANACORDA, 1991 *apud* FRIGOTTO, 1999, p. 174), no sentido de que não existe divisão arbitrária entre mundo da necessidade e mundo da liberdade (KOSIK, 1976).

A divisão do agir humano em trabalho (esfera da necessidade) e arte (esfera da liberdade) capta a problemática do trabalho e do não-trabalho apenas *aproximadamente* e apenas sob certos aspectos. Esta distinção parte de uma determinada forma *histórica* do trabalho como de um pressuposto não analisado e, portanto, aceito acriticamente, sobre cujo fundamento se *petrificou* a divisão do trabalho *surgida* historicamente, em trabalho físico-material e trabalho espiritual. Nessa distinção fica oculta uma ulterior característica essencial da especificidade do trabalho como um agir humano que não abandona a esfera da necessidade, mas *ao mesmo tempo a supera e cria nela* os reais pressupostos da *liberdade humana* (KOSIK, 1976, p. 207, grifos do autor).

Desse modo, a Z-16, enquanto uma instituição que se ocupa também com a formação profissional dos pescadores, necessita ter o controle da natureza dessa formação. Se há preocupação com a formação humana e efetiva emancipação dos trabalhadores da pesca, e, principalmente, se há o compromisso com as mudanças estruturais da realidade, bem como da sociedade de modo geral, como demonstram os entrevistados, a Z-16 precisa defender uma

formação profissional de base *omnilateral*, com uma proposta de educação pautada nos interesses da classe trabalhadora, conforme acabamos de discutir. A correlação de forças não pode se dar de forma unilateral, com a educação subordinada aos interesses do capital, pelo contrário, é preciso tomar o direcionamento das ações para que se efetivem de fato com as reais necessidades dos trabalhadores.

Mas esse é um processo dialético e contínuo, em que a educação se amplifica com a mediação de organizações coletivas, como os movimentos sociais na defesa dos direitos dos trabalhadores, que possibilitam o empoderamento e o fortalecimento da classe, expandindo, assim, seu espaço de construção social do conhecimento e de novas aprendizagens, conforme discutiremos a seguir.

2.2 RELAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

A relação movimentos sociais e educação cumpre função fundamental na formação do trabalhador na Amazônia, não apenas a partir da participação e interação dos movimentos nos espaços educacionais, mas pela própria dinâmica interior que apresentam, apontando um caráter educativo nas ações que implementam (GOHN, 2012). A educação, nestes termos, assume um caráter histórico, inserido em diferentes espaços sociais de atuação do trabalhador, sendo os movimentos sociais um lócus privilegiado de sua formação.

Assim, compreender a educação como um processo histórico-social é analisá-la em seu sentido amplo, não como um fator externo e alheio ao homem, mas como um conceito ontológico, que tem com este uma relação umbilical. Ao afirmarmos isso, assumimos a tese de que a educação está presente em todos os espaços nos quais o sujeito constrói sua vida, sua existência, quer seja pelo trabalho, pelo cotidiano ou pelas relações. Ela contém uma dimensão teórica, intelectual, e outra instrumental, prática na medida em que interfere nas formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo (KUENZER, 2011).

Saviani (2007) destaca que a formação do homem se dá na sua existência efetiva, nas contradições de seu movimento real, no interior das relações sociais, sendo que, por meio do trabalho, os homens produzem saberes, o que lhes permitem manter, criar e recriar múltiplas formas de existência ao longo da história. No dizer do autor:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem.

Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

A partir desse entendimento, podemos afirmar que não há um único espaço de formação do homem, há diferentes instituições que o educam, portanto, a educação não é privilégio da escola⁷³ (SAVIANI, 2011), haja vista que o conhecimento não se produz apenas nas situações escolares, mas nas relações sociais em seu conjunto (KUENZER, 2016). Tomando esse pressuposto, os movimentos sociais se inserem também como um campo de produção do conhecimento, que muito contribui para a formação do trabalhador. Tendo em vista que os movimentos pela educação “[...] têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania” (GOHN, 2006, p. 35).

Institucionalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, afirma, em seu Art. 1º, que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Esse conceito constitui um salto no reconhecimento dos movimentos sociais como locus de aprendizagem e formação, o que a nosso ver é um papel desafiador, pois assumem o compromisso com a construção de identidades, perspectivas, opiniões e conceitos de diferentes sujeitos sociais. Neste caso, a educação passa a ser vista de forma contínua e permanente, com o objetivo de educar o ser humano para a vida (MÉSZÁROS, 2008), para o mundo do trabalho⁷⁴.

Partimos do pressuposto de que os movimentos sociais “[...] contribuem de fato para a mudança social, modificando seu curso, direção e velocidade — para não falar de alguns que concretamente iniciam e efetuam mudanças” (SZTOMPKA, 1998, p. 468), que, de acordo com este autor, podem originar-se de várias maneiras:

As mudanças podem vir “de baixo”, através das atividades empreendidas pela massa de pessoas comuns em graus diversos de “associação”; ou podem vir “de cima”, por meio da atividade de elites (legisladores, governantes, dirigentes,

⁷³ “A redução da educação à escola enquanto *locus* legítimo do único saber legítimo não pode interessar às classes trabalhadoras, pois esse reducionismo faz parte de um processo social mais amplo de negação do saber, da educação e da cultura, produzidos enquanto práxis das classes sociais ou enquanto fazer humano das classes em luta” (ARROYO, 1989, p. 82).

⁷⁴ Entendemos que o mundo do trabalho compreende todas as ações que o homem constrói no trabalho, portanto, está relacionado à sua vida ativa (que envolve o lazer, a religiosidade, a formação, a sensibilidade, a cultura, a arte, o entretenimento, etc.).

administradores etc.) capazes de impor suas preferências aos demais membros da sociedade (SZTOMPKA, 1998, p. 463-464).

Essa dinâmica de mudanças identificada por Sztompka está inserida no contexto da luta de classes, em que há diferentes interesses em luta que podem estar voltados tanto para a classe trabalhadora, quanto para a classe capitalista, conforme alguns elementos analisados no tópico anterior. Nesta pesquisa, concordamos que a luta dos trabalhadores da pesca, “[...] configura-se em luta de classe, porque constituem sujeitos excluídos das condições ideais de existência, tendo na força de trabalho o elemento único para garantir a existência material, contrapondo-se àqueles que detêm os mecanismos de produção” (RODRIGUES, 2012, p. 103).

Dessa forma, compreendemos o movimento social inserido neste cenário de lutas, conflitos e contradições, originados no âmbito da sociedade dividida em classes, na qual apresentam-se diferentes projetos de vida, interesses, conceitos, valores e ideologias. Assim, entendemos que a compreensão sobre a categoria movimento social não pode ser apartada da análise mais ampla sobre classe social. Nesse viés, a definição do conceito é fundamental para diferenciá-lo de outras categorias de agentes, possibilitando uma melhor compreensão do seu significado e função social. Sztompka (1998, p. 465) pressupõe metodologicamente, os seguintes componentes no conceito de movimento social:

- (1) Uma coletividade de indivíduos atuando juntos.
- (2) O objetivo comum da ação é uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes de maneira similar.
- (3) A coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal.
- (4) As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais.

A partir desses elementos indicados pelo autor – sobretudo nos itens 1 e 2 –, a Colônia Z-16 de Cameté se afirma enquanto um movimento social, no qual os pescadores artesanais, considerados fração da classe trabalhadora, constituem a luta coletiva em torno de interesses comuns⁷⁵. Além disso, a instituição apresenta historicamente, um caráter sociopolítico, que tem possibilitado mudanças na realidade de vida dos pescadores, contribuindo para com as suas formações (como no âmbito do Projeto “Pescando Letras”),

⁷⁵ Grzybowski (1987, p. 18) enfatiza que “[...] a percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento”.

resultante da participação coletiva nos espaços socioeducativos, o que pode resultar também em mudanças mais amplas na sociedade.

Com relação aos itens 3 e 4, nossas observações *in loco* e as entrevistas feitas com os pescadores na Z-16 de Cameté têm evidenciado o oposto. Não há “[...] um baixo nível de organização” ou um “grau relativamente alto de espontaneidade”, pelo contrário, a instituição encontra-se, ainda que fragilizada em alguns aspectos organizacionais, estruturalmente bem definida, com uma diretoria executiva, conselho fiscal e coordenações de base distribuídas em 94 localidades da região. Assim, concordamos com Rodrigues (2012, p. 75) quando pressupõe que “[...] a produção de mudanças planejadas em uma sociedade não pode se eximir de um alto nível de organização formal e de um grau relativamente compromissado com as lutas da classe trabalhadora”. Esses elementos são importantes para não se correr o risco de cair no imediatismo que fragmenta a ordem social, “[...] tornando-se apenas mais uma organização de trabalhadores a ser utilizada pelo capital” (Ibidem, p. 75).

Além disso, vale considerar que há na Z-16 um processo de autogestão por meio de decisões colegiadas, nas quais o pescador pode participar ativamente, inclusive tendo a possibilidade de se candidatar como membro da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, “[...] terá que ser associado ou associada da Colônia há mais de 180 (cento e oitenta) dias e estar quite” (ESTATUTO DA Z-16, 2014).

No âmbito educacional, a Z-16 tem se constituído com uma proposta de formação que se insere tanto no seu contexto interno quanto externo. Portanto, torna-se importante enfocar a sua perspectiva de educação e estratégias como possibilidade de compreendermos a prática educativa que direciona esses espaços e tempos coletivos. Com base em Sztompka (1998), analisamos que esse caráter educativo da Entidade, bem como de outros movimentos sociais, se dá dialeticamente a partir das suas diferentes ações, que podem provocar tanto mudanças internas, produzidas nos próprios movimentos, quanto externas, produzidas na sociedade. No dizer do autor:

[...] eles mudam a sociedade modificando-se no processo e modificam-se (mobilizam, organizam) para mudar a sociedade de maneira mais eficaz. Mudanças *nos* movimentos e mudanças *por meio* dos movimentos seguem lado a lado, conformando processos interconectados e concorrentes (SZTOMPKA, 1998, p. 469, grifos do autor).

Consideramos que, através de suas lutas, sobretudo na área da educação, os movimentos sociais vêm constituindo mudanças nas formas organizativas de aprendizagem, quer nas ações voltadas para a construção de saberes e valores, quer na participação e

formação sociopolítica dos sujeitos, no sentido de possibilitar um aprendizado que emerge de um processo coletivo, que, de acordo com Arroyo (2003, p. 33), traz um componente essencial para o pensar e fazer educativos: o “reeducar-nos para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação”.

Assim, os movimentos caracterizam-se pelo aspecto coletivo, dinâmico e potencializador de mudanças nas situações de opressão sejam elas sociais, culturais, econômicas, políticas, raciais, educacionais, refletindo em termos amplos, em mudanças na sociedade, conforme indica Sztompka. Nesse processo de luta e aprendizagem, os sujeitos constituem um conjunto de conhecimentos da realidade e, ao mesmo tempo, afirmam-se como classe.

Enquanto espaço de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais (GRZYBOWSKI, 1987, p. 59-60).

A partir dessa conceituação, a Colônia Z-16 de Cameté se insere como um espaço que possibilita aos trabalhadores da pesca o aprendizado de como se organizar, participar e lutar em torno de seus objetivos. Além de permitir, por meio da ação coletiva e socialização, a construção de saberes, identidades e consciência de seus interesses, provocando-lhes a organização em torno de seus direitos e demandas sociais. O processo de formação dos pescadores artesanais por meio de projetos educativos é um mecanismo de aprendizagem que pode educá-los social e politicamente, podendo ampliar a apreensão crítica do mundo que o rodeia, suas vivências e práticas socioculturais. Isso constitui muito mais que aprendizados, provocando mudanças significativas nos sujeitos e no próprio movimento.

Tudo isso nos permite inferir que a Z-16 pode se estabelecer como um espaço que possibilita, usando uma categoria de Sztompka (1998, p. 464), “[...] mudança manifesta vinda de ‘baixo’”, pois conduz a organização dos pescadores em torno da luta pelos direitos, provocando, assim, transformações no contexto social em que estão inseridos. Consideramos ainda essas mudanças sociais, decorrentes da organização dos sujeitos, como resultado de planejamento, ou seja, “[...] às situações em que os indivíduos se reúnem e se organizam para produzir mudanças planejadas em sua sociedade” (SZTOMPKA, 1998, p. 464).

Neste aspecto, vale ressaltar o fato de que a formação dos trabalhadores da pesca, no presente trabalho, é postulada como a materialidade de uma práxis social que direciona e fortalece suas lutas, sobretudo no campo político, através da Z-16 que é a entidade

organizativa que os representa, para além do pragmatismo, objetivando, assim, mudanças no contexto de vida desses trabalhadores. Essa aceção se insere em uma dinâmica constante de luta social dos pescadores, que vai afirmando uma identidade coletiva ao movimento, e possibilita aos sujeitos as conquistas sociais e a defesa de um modo de vida que contemple as suas reais necessidades, por meio da luta mais ampla pela condição humana de vida, de sobrevivência. O que corrobora também com seu processo de formação vivenciado na instituição, levando em consideração que:

Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (ARROYO, 2003, p. 32).

Nesse sentido, os movimentos sociais assumem um caráter educativo que, ao longo do contexto histórico, “[...] formaram lideranças também e contribuíram para educar as camadas populares nem sempre tocadas pela mobilização operária. Em frentes diversas cumpriram papéis educativos próximos” (ARROYO, 2003, p. 31). Assim, concordamos com Grzybowski (1987, p. 87) ao afirmar que “[...] os movimentos sociais não trilham caminhos previamente definidos, mas os constroem ao se mover”. No âmbito da Z-16, a prática educativa vai sendo construída *in processu* e de forma paulatina, inserida no campo coletivo e concreto dos pescadores, perpassando pelas suas relações de trabalho, produção de saberes e seus processos de organização. Nessa forma de atuação, a instituição vai assumindo um caráter sociopolítico, permitindo e fortalecendo os espaços de luta e de formação do saber social, conforme indica Grzybowski (1987, p. 60):

[...] há um tempo nas lutas e um tempo para o aprendizado coletivo. A continuação da prática e o acúmulo de experiências permitem um salto na consciência, na socialização política. Trata-se da formação de um saber social com os elementos da prática de luta e com os recursos da própria cultura do grupo.

Essa perspectiva de entendimento constitui a centralidade na ação educativa, apontando os trabalhadores em movimento, destacando-se como um processo de humanização de sujeitos coletivos diversos (ARROYO, 2003). Afirmer isso é admitir que esses trabalhadores nascem e avançam nas lutas derivadas de suas condições materiais de existência e do desvelamento das relações capitalistas de dominação presentes nesses confrontos. Nesses aspectos, a educação assume dimensões centrais atreladas ao conceito de cidadania, a qual

“[...] se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” (GOHN, 2012, p. 21). Assim, o caráter educativo dos movimentos sociais perpassa por dimensões que se articulam no interior do movimento, que atendem à dimensão da organização política, da cultura política e a dimensão espacial-temporal (GOHN, 2012).

São elementos que estão ligados à busca de ações e mudanças estruturais, e não apenas de políticas focalizadas, que venham a interferir positivamente no contexto de vida da população, dentro das suas variadas relações e formas de existência, nas quais se inserem a luta contra-hegemônica e a busca da ruptura ao modelo atual de desenvolvimento. Nesse sentido, a educação nos movimentos sociais é vista em constante processo de libertação das condições sociais opressoras, visando, assim, à unidade entre teoria e prática, sujeito e objeto (FRIGOTTO, 2010), em um processo compartilhado de aprendizagem.

É nessa ótica de compreensão que os movimentos sociais historicamente apresentam uma concepção de educação voltada para a formação do trabalhador, levando em consideração que, de acordo com Gramsci, a classe trabalhadora tem o direito de se educar, seja nos movimentos sociais, no cinema, em uma escola de qualidade, nos espaços de sociabilidade, etc., e o dever de se educar para entender o mundo em que vive e saber que existem outras formas de produção não capitalistas.

Mais do que isso, os Movimentos podem ampliar significativamente o arcabouço teórico-metodológico de sujeitos que têm, na ação coletiva, a fonte de aprendizagem e saber, inseridos em um processo de luta contínua, de relações ativas, que não são estabelecidas *a priori*. Por meio dos movimentos sociais, os trabalhadores “[...] rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer a diversidade de formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 60). Isso é essencial para que se estabeleça uma formação que os compreenda em todas as suas dimensões e possibilidades, direcionando-os para um caminho emancipador e potencializador de seus saberes.

Todavia, Gohn (2014, p. 15) chama a atenção para esse propósito, ressaltando que poucos movimentos configuram-se dessa forma na atualidade, entretanto, reconhece que, ao analisar o cenário, “[...] há condições de desenvolvimento de movimentos sociais estruturados com autonomia e, de fato, emancipadores dos sujeitos que os compõem”. Camacho (1987) também destaca que nem todos os movimentos sociais lutam na defesa dos direitos da população, há os que expressam interesses de grupos hegemônicos, como os movimentos empresariais e patronais, sendo limitados em seus propósitos, não objetivando modificar o

núcleo da estrutura institucional da sociedade, mas apenas alguns de seus aspectos. O que queremos afirmar é que os movimentos e organizações sociais podem ser ou não de classe, podendo privilegiar ou não a classe trabalhadora. Como afirma Camacho (1987, p. 217):

Há movimentos sociais que representam interesses do povo, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista, os quais não têm interesse em questionar de modo absoluto, nem em transformar totalmente as estruturas de dominação. Ao contrário, pois estes setores recebem benefícios da manutenção dessas estruturas. No entanto, interessam em questionar fragmentariamente a ordem social e propõem reformas parciais, em seu próprio benefício.

No âmbito dessa discussão, constata-se, nos últimos tempos, um enfraquecimento nas formas sociais de luta dos movimentos sociais, que vêm passando por uma crise de representatividade nas suas organizações coletivas. E um dos fatores que podem estar contribuindo para isso é a forte presença do Estado⁷⁶ nessas bases organizacionais, “[...] com as suas instâncias deliberativas e executivas que aparece como totalizador, procurando relacionar-se diretamente com os movimentos sociais, esvaziando seu potencial político” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 75). Além de atuar com sua lógica controladora e reguladora, as quais em muitas situações são incorporadas pelos movimentos, fragilizando-os.

Outra hipótese é que os movimentos vêm perdendo sua força política como agentes autônomos, transformando-se em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas estas que são verdadeiras formas de controle e regulação da população (GOHN, 2014). Esse processo mais amplo dos Movimentos reflete nas organizações locais dos trabalhadores, a exemplo da Z-16, na qual evidenciamos, a partir das observações e falas dos entrevistados, um enfraquecimento das lutas dos pescadores e de sua organização política. Assim, conforme os pescadores entrevistados: “[...] a gente vê os pescadores desanimados, acomodados, a gente precisa fortalecer o nosso movimento [...]” (PESCADOR 2).

A colônia ela já foi um potencial organizativo muito grande do movimento social aqui na região, e eu poderia dizer também que os dois maiores potenciais de organização social aqui na região do baixo Tocantins era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá e a Colônia de pescadores, tanto é que o PT elegeu aqui o Quaresma, que veio no auge que o sindicato tava no auge, né, e elegemos um prefeito no auge que a colônia estava fazendo um bom trabalho, né, hoje essas duas principais entidades tão quebradas, elas tão... se desligaram mais do movimento (PESCADOR 1).

⁷⁶ Grzybowski (1987, p. 88) destaca que, “[...] além de movimentos que andam de costas para o Estado tentando fazer seus caminhos, há um Estado de costas para os movimentos, que condiciona os caminhos possíveis. O Estado dirige e domina, não cada movimento em particular, mas o movimento do todo.”

Neste relato, o pescador remete-se a um período em que, segundo ele, a Z-16 apresentou um potencial organizativo que possibilitou o alcance de conquistas importantes não apenas para a categoria de pescadores, mas para a classe trabalhadora de modo geral, como a vitória eleitoral na administração pública municipal, via o Partido dos Trabalhadores (PT). O que, de acordo com o entrevistado, só foi possível porque a instituição vinha organizacionalmente desenvolvendo um trabalho articulado a outros movimentos dos trabalhadores, que, segundo ele, “[...] agora o pessoal não tão ativo mais assim, deixaram de participar desses movimentos” (PESCADOR 1).

Afirmamos que, apesar desses descontentamentos com relação à atuação da Z-16 no cenário atual, ela não se encontra inerte e passiva perante a realidade, pelo contrário, através de seu movimento de luta, vem criando e discutindo nas suas bases coletivas novos caminhos na dinâmica educativa dos pescadores, quando apresenta perspectivas futuras para as suas formações. Com isso, ela constrói formas inovadoras de se organizar, no sentido não só de resistência, mas nas práticas educativas dos sujeitos, buscando, dessa forma, outras saídas para o fortalecimento da categoria, frente principalmente aos efeitos da globalização refletida nas suas múltiplas faces.

A partir desses aspectos, buscamos compreender como a Z-16 tem trabalhado a formação do pescador artesanal, nas suas diferentes práticas e vivências educativas. Para isso precisamos avançar em uma análise de sua experiência histórico-concreta, o que será feito a seguir.

2.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ

Compreender a Colônia Z-16 de Cametá como lócus de produção do conhecimento é afirmar a sua condição histórica de aprendizagem, conduzida pelos pescadores no espaço da socialização, da cultura, da luta de classes, da afirmação das identidades, do reconhecimento do sujeito como ser histórico-social e possuidor de saberes. E, principalmente, é reconhecer a própria instituição como ambiente educativo que forma e se transforma no tempo, interferida por fatores externos e pela dinâmica sociopolítica vivenciada nos diferentes contextos de suas experiências.

Muito mais que uma esfera institucionalizada, a Z-16 representa a defesa de que a educação se faz e se refaz nas diversas situações da existência humana, tornando-se um conceito sistêmico, dialético e totalizador. Não é um espaço inerte e neutro, mas de atuação

política, de conflitos, consensos, contradições, interesses, intencionalidades, debates, troca de saberes e experiências, que se definem na medida em que os sujeitos interagem e dinamizam suas ações. Nesse âmbito de atuação coletiva, os trabalhadores da pesca produzem, por meio das relações sociais, saberes que lhes permitem ver o mundo e agir sobre ele, estando, portanto, em constante interação com o meio onde vivem.

Essa perspectiva de entendimento é fundamental para a análise sobre os processos de formação do pescador artesanal e Thompson (1987) traz grandes contribuições nessa discussão ao resgatar o papel dos sujeitos comuns (conscientes e ativos) no percurso histórico, analisando as classes sociais a partir das experiências, e não como um processo automático, mecânico, independente das vontades e da ação humana consciente. O autor analisa a classe operária inglesa, afirmando que se trata de compreendê-la em seu processo ativo e historicamente construído: “[...] a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9).

No caso que trata essa pesquisa, a relação possível associa-se a seguinte questão: os pescadores não surgiram como sujeitos prontos, dentro de uma realidade sociopolítica dada com a criação da Z-16. A sua gênese é anterior ao movimento e continua se desenvolvendo até a atualidade, por isso buscamos compreender a formação a partir do fazer-se, na materialidade das relações, levando em consideração que são sujeitos históricos capazes de transformar suas realidades.

Nesse sentido, podemos dizer, a partir de uma perspectiva thompsoniana, que os processos históricos revelam estudos que constituem frações específicas da classe trabalhadora, tomando essa última como “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*” (THOMPSON, 1987, p. 9), ocorrendo efetivamente, segundo Thompson, nas relações humanas.

Nessa perspectiva, consideramos que, através do envolvimento na Z-16, os pescadores produzem saberes que se contrapõem à lógica do capital em beneficiamento da própria categoria, tomada em sua existência real. Assim, ao definirmos esses sujeitos enquanto fração de classe, associamos esse processo de construção a partir do conceito de que “[...] a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 1987, p. 12), e se concretiza pelas relações que estes estabelecem no percurso histórico da produção existencial. O autor vai além ao afirmar que “[...] não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só

podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (Ibidem, p. 12).

Ao analisar “o fazer-se da classe operária”, Hobsbawm (2000, p. 279) afirma que:

[...] não é porque eu pretenda sugerir que a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim, como a construção de uma casa. As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar.

Isso significa que a história de lutas e conquistas dos pescadores é, substancialmente, formada e construída no próprio fazer-se da fração de classe, sendo este um percurso constante de transformação na história, não se efetivando, porém, de um dia para o outro, mas sob circunstâncias históricas herdadas. Nas palavras de Marx (2008, p. 6), “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Nesse sentido, a Z-16, enquanto um movimento social na defesa dos trabalhadores da pesca, produz-se e reproduz-se na história (GRZYBOWSKI, 1987), buscando, desse modo, garantir a representatividade sociopolítica dos trabalhadores.

Por outro lado, a instituição vem paulatinamente resistindo aos desafios do contexto atual, demonstrando ações práticas nas discussões sociais, solidificando os direitos dos pescadores por meio da luta por políticas voltadas para a melhoria de suas realidades. Logo, ela vem se constituindo como uma entidade representativa desses sujeitos.

Esse processo de organização e luta insere-se como fator fundamental na formação do pescador, constituída pela prática educativa que é vivenciada no próprio espaço coletivo da Z-16. Esta formação é concebida em termos gerais como uma prática permanente de construção de seres humanos políticos, culturais, sociais. Por isso, na Z-16, evidencia-se um processo educativo desenvolvido por pescadores e pescadoras, no cotidiano do Movimento que se dá em vários espaços e momentos: na luta, nas reuniões, assembleias, nos encontros, na expressão da mística e momentos culturais, nos diálogos, passeatas, nas negociações, nos projetos e cursos de formação, nas ações de intervenção, entre outros. Ou seja, em uma perspectiva thompsoniana, a formação dos pescadores da Z-16 encontra-se em pleno *fazer-se*, sendo a luta o espaço privilegiado dessa ação, assumindo, assim, as dimensões formativas sociopolítica e pedagógica.

Essa análise corrobora a discussão de Kuenzer (2016), ao abordar os procedimentos de formação em ambientes não escolares. A autora destaca que é necessário diferenciar dois tipos de processo pedagógico, que se articulam, mas guardam especificidades, a saber: os

processos amplamente pedagógicos e os especificamente pedagógicos. De acordo com a autora:

Os processos amplamente pedagógicos são constituídos pelas dimensões educativas presentes em todas as experiências de vida social e laboral. Estas são assistemáticas, não intencionais, mas nem por isso, pouco relevantes do ponto de vista da produção do conhecimento.

Os processos especificamente pedagógicos são os intencional e sistematicamente desenvolvidos com objetivo de possibilitar o acesso a conhecimentos, técnicas, ou dimensões culturais, produzidos pela sociedade em seu processo de desenvolvimento histórico. Estes processos têm por finalidade possibilitar a transição do senso comum e dos saberes tácitos originados das experiências empíricas para o conhecimento científico, de natureza sócio-histórica, cultural e tecnológica, o que supõe o domínio do método científico. Eles incluem a formação escolar geral e profissional e os cursos de capacitação ofertados pelas instituições específicas e pelas empresas (KUENZER, 2016, p. 38-39).

No âmbito desta pesquisa, o primeiro desenvolve-se no conjunto das relações vividas no cotidiano de trabalho entre os pescadores, nos processos organizacionais e produtivos, nos quais há a relação compartilhada de saberes, que abrange o ensinar e o aprender de forma socializada. O segundo processo, especificamente pedagógico, pode ser exemplificado com a experiência da Z-16 no desenvolvimento de projetos pautados em eixos que norteiam e direcionam suas práticas de formação. Nessa dimensão pedagógica, a entidade registra em sua história um trabalho educativo embasado em diferentes perspectivas para a formação do pescador, objetivando, de alguma forma, contribuir com a sua dinâmica de vida existencial e laboral.

O trecho abaixo mostra metodologicamente elementos referentes ao processo de formação da Z-16, por meio da realização de alguns projetos educativos voltados para a formação dos pescadores e filhos dos pescadores:

Como nós temos mais de quinze mil associados, nós temos 94 coordenadores de base, nós fizemos um planejamento que nós dividimos por eixos temáticos, e dentro desses eixos temáticos a gente elegeu é, o eixo **desenvolvimento e educação**, nesse eixo nós desenvolvemos alguns projetos específicos na linha da educação que nós conseguimos como o **Projeto “Pescando Letras”**, um projeto de alfabetização do governo federal que nós conseguimos implantar aqui, e nessa época, é de 2006 nós formamos, alfabetizamos através desse projeto 610 pescadores mesmo, pessoas que não sabiam nem ler, nem escrever e saíram escrevendo, então isso não há dinheiro que pague, né. E outro, aí, como nós vimos que os filhos dos trabalhadores, principalmente os que estão na zona ribeirinha eles não têm condição de vir fazer o cursinho pré-vestibular aqui, termina o ensino médio, o modular ou então vem aqui pra cidade e volta pra lá porque não tem condição, aí, nós fizemos uma parceria com a universidade federal e implantamos o **Cursinho pré-vestibular**, redes de conhecimentos, e esse cursinho, muitos dos nossos filhos de pescadores e pescadoras já entraram na universidade, tanto estadual, quanto federal, quanto as outras particulares através do PROUNI, do SISU, né, e graças a Deus isso foi um avanço

extremamente importante. Também implantamos aqui na Colônia, é, o **Projeto “Pescando o Saber”**, um projeto de inclusão e formação digital que já formou mais de 5.000 jovens, filhos e filhas de pescadores de outras categorias de trabalhadores desse município, né, então um projeto extremamente interessante, porque hoje a questão do acesso à tecnologia, hoje quem não tiver vai ficar pra trás e a gente já percebe inclusive muitos desses que já se formaram, outro dia fiquei até alegre uma pessoa que já se formou já tá com emprego, entendeu, por conta daquele curso, então isso pra nós é extremamente importante (PESCADOR 2).

A fala do pescador entrevistado evidencia alguns pontos de análise que nos permitem identificar algumas estratégias de educação da Z-16. A primeira questão a destacar é que há, por parte da instituição, interesses para com a formação dos pescadores filiados e também os filhos dos pescadores, sendo considerados elementos importantes, na fala do entrevistado, os projetos de formação na área da educação como o “Pescando Letras”, o “Pescando o Saber” e a iniciativa do “Cursinho pré-vestibular”, apresentando também alguns resultados positivos frutos da implantação desses projetos. Aqui o processo de formação da Z-16 configura-se em práticas educativas para além da mera abrangência institucional da profissão, pois, tais práticas compreendem ações concretas de qualificação, que envolve diferentes espaços e aspectos formativos do pescador, considerando os segmentos sociais, culturais, políticos, ambientais, tecnológicos, entre outros.

Outra questão a se destacar é que há uma preocupação por parte da Z-16 em formar os jovens para os substituírem futuramente nas funções administrativas da instituição, conforme esclarece o Pescador 2: “[...] tem que capacitar e formar a juventude que vem por aí que senão nós não vamos ter futuro, digamos assim, se nós não começar a trabalhar isso, aí vai os velhos e aí quem é que vai assumir, quem é que vai gestar isso aqui?”. Essa compreensão se torna importante do ponto de vista organizacional e da constituição do ser pescador, da continuidade e garantia de manter a instituição atuando na defesa dos direitos da categoria. Uma tarefa difícil, mas necessária, porque está relacionada ao projeto de sociedade que a instituição vem defendendo historicamente.

Identificamos que, para além dos projetos educativos, a Z-16 tem realizado outras ações voltadas tanto para formação e qualificação dos pescadores e acesso aos direitos previdenciários e sociais, quanto para o fortalecimento organizacional da instituição. Consideramos elementos importantes para a análise que compreende esta pesquisa, tendo em vista que a formação do pescador se dá nas relações sociais em seu conjunto. Com base nas entrevistas realizadas, evidenciamos a atuação da Z-16 a partir de diferentes áreas, o que nos

fornece subsídios de análise para compreender seu processo educativo e concepção de educação (Tabela 2).

Tabela 2: Análise de conteúdo sobre os processos de formação da Colônia Z-16 de Cametá-PA

Categories de análise	Subcategoria	Categories de conteúdo	Unidades de registro
1. Práticas educativas na formação do trabalhador da pesca	1.1 Trabalho-educação na atividade produtiva do pescador artesanal	Inclusão social, trabalho, formação e geração de renda;	Questão 1.1: “já implantamos 10 micros sistemas de tratamento de água, instalação de umas 60 colmeias em 03 comunidades e também realizamos cursos nessas áreas” (PESCADOR 1).
		Incentivo a produção alternativa de alimentos	“nós conseguimos um projeto muito importante também que foi o projeto do PDA, aqui nós trabalhamos com o manejo do açaí, com a piscicultura e com acordo de pesca, já criado em 30 comunidades e produção de mel” (PESCADOR 2).
		Preservação do <i>habitat</i> pesqueiro e ambiental por meio de acordos de pesca;	“em 2008 nós conseguimos aprovar o projeto do agroextrativismo, foi um projeto eu lembro que era de 95 mil reais pra trabalhar manejo de açaí e piscicultura” (PESCADOR 1).
		Garantia de direitos previdenciários e sociais ao trabalhador da pesca;	“nós conseguimos alguns benefícios né, aposentadoria do pescador, o auxílio maternidade, o seguro defeso” (PESCADOR 2). “nós realizamos na colônia, a organização de benefícios previdenciários e sociais, pra produção de alimento já que o rio não tá dando muita coisa né, e hoje graças a Deus nessa parte da piscicultura já tem milhares de famílias que já criam o peixe em todo o interior do município” (PESCADOR 1).
		Geração de empregos.	“com a implantação da unidade de produção e conservação de gelo, nós geramos 06 empregos diretos” (PESCADOR 1)
1.2 Projetos de qualificação profissional	Qualificação de pescadores para o manejo coletivo como valorização de comunidades extrativas. Formação de multiplicadores na área da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.	Questão 1.2: “nós fizemos a qualificação de 350 pescadores de várias comunidades da região sobre manejo de açaí, o plantio de mudas nos açazais [...]” (PESCADOR 2). “tivemos o projeto Gestão compartilhada dos recursos pesqueiros que formou 510 pescadores distribuídos em 17 turmas [...], era oito pessoas de 50 comunidades, e 70 técnicos, da Secretaria de meio ambiente, da Secretaria de agricultura, da CEPLAC, técnicos dos órgãos que justamente era pra	

			esses oito em cada comunidade serem as pessoas responsáveis de reproduzir o que era o projeto com os demais pescadores” (PESCADOR 1)
Categorias de análise	Subcategoria	Categorias de conteúdo	Unidades de registro
		Qualificação para a preservação pesqueira e ambiental.	“fazemos a qualificação de agentes ambientais treinados e credenciados pelo IBAMA, temos uma publicação sobre acordos de pesca no âmbito da sistematização de experiências, realizamos qualificação em legislação ambiental pesqueira e florestal [...]” (PESCADOR 2).
		Formação na área da informática e inclusão digital.	“no projeto Pescando o Saber são 20 computadores que atende 20 por dia de segunda a sábado que dá 240 pessoas atendidas. Nós já temos mais de 5.000 jovens pescadores formados” (PESCADOR 2).
		Alfabetização e formação para o trabalho.	“foi realizado nas comunidades o Projeto ‘Pescando Letras’ em parceria com o governo federal, além do Cursinho pré-vestibular em parceria com a UFPA” (PESCADOR 1).
		Formação de coordenadores nas comunidades de base.	“realizamos todo ano curso de formação para os coordenadores, já tem 94 comunidades que tem coordenação, tem um coordenador que representa a pesca lá naquela comunidade” (PESCADOR 1).
		Dificuldade encontrada atualmente pela Z-16 para a formação do pescador, demonstrando este maior interesse nos benefícios sociais, como o <i>Seguro-Defeso</i> .	“hoje a gente participa de alguns projetos, mas são poucos, é mais o seguro mesmo” (PESCADOR 3). “temos dificuldades hoje nessa questão da formação, porque o pessoal quer saber mais do Seguro-Defeso” (PESCADOR 2).

Fonte: Elaborado pela autora, dados de campo (2018).

A partir dessa análise, podemos dizer que há elementos que indicam que a educação na Z-16 se dá em diferentes momentos da existência dos sujeitos pescadores, com a implementação de práticas de formação e garantia de direitos sociais importantes para a melhoria das suas condições de vida. Com isso, evidenciamos que há uma qualidade nas ações, que demonstram indícios de estarem voltadas para os interesses da categoria, uma vez que se associam ao seu processo de trabalho, realidade de vida e forma organizacional de luta,

em articulação com outros movimentos sociais que defendem também os direitos dos trabalhadores.

Entretanto, foi possível notar, a partir da comparação das falas dos entrevistados, algumas contradições, sobretudo no que tange à organização da Z-16, haja vista que, enquanto alguns pescadores relataram a ausência atual da Z-16 nos movimentos de luta e nos espaços de participação social, outros entrevistados afirmam a relação direta da Entidade com todos os movimentos sociais. Durante a realização das entrevistas e o período de observação, evidenciamos que há conflitos internos entre os pescadores acerca da organização da instituição, conflito que se dá principalmente entre os pescadores que já exerceram função administrativa na instituição e os que exercem atualmente. Como pode ser observado na fala do Pescador 1:

[...] hoje eles deixaram de frequentar esses espaços, esses movimentos, e com isso quem sofre são os sócios, hoje têm muitos sócios que faz dois anos, três anos que não recebe seu benefício e como é que ele vai garantir o defeso se ele não recebe o benefício dele, como é que ele não vai pescar se ele não recebe o benefício dele?

No âmbito educativo, identificamos que a Colônia Z-16 tem trabalhado em uma perspectiva de formação pautada em diferentes áreas de atuação do pescador, corroborando, assim, o fortalecimento da fração de classe. Portanto, a Z-16 vem se afirmando com um projeto de educação vinculado ao movimento da história, assumindo seu princípio educativo, e o Projeto “Pescando Letras” é um exemplo disso, uma vez que faz parte do processo histórico de formação dos pescadores, estabelecendo-se como uma prática educativa vinculada às diferentes situações de aprendizagem internas e externas às situações e relações de trabalho, apontando elementos que indicam sua contribuição para a qualificação profissional dos pescadores, como afirma o Pescador 4: “nesse projeto do ‘Pescando Letras’, não foi só eu não do nosso meio, têm muitas pessoas que se qualificaram, aprenderam assinar o nome, pessoas que foram até mais do que eu, porque se dedicaram noutros lugares a estudar, foram pra frente, deram continuidade no estudo”.

Dessa forma, a Colônia Z-16 tem chamado a atenção nos diversos segmentos sociais de diferentes pesquisadores das mais variadas áreas de pesquisa por apresentar características próprias que a distinguem de outros movimentos na trajetória histórica dos trabalhadores. Uma trajetória inserida em um contexto histórico mais amplo e que marca a luta dos pescadores na região. Destacamos aqui algumas características que abrangem os seus processos educativos:

1ª) *A forma de fazer a luta junto aos sujeitos pescadores.* A Z-16 apresenta um processo de luta dos trabalhadores que se concretizou na história com a tomada da Colônia pelos pescadores, haja vista que a mesma foi criada com o objetivo de ser instrumento de dominação do Estado, servindo aos seus interesses (MMA, 2006). Desse modo, a luta pelos direitos e a mobilização da categoria tem se caracterizado como a principal forma de ação, que demonstra na própria luta os sujeitos que pretende formar. Na sua historicidade, podemos observar que as ações da Z-16 têm se constituído na busca de mudanças das condições opressoras e alienantes impostas pelo capitalismo, transformando os pescadores em sujeitos lutadores partícipes desse contexto de transformação.

2ª) *As diversas dimensões e áreas em que atua.* A Z-16 tem a luta pelos direitos dos pescadores o eixo central de sua atuação. Todavia, as suas escolhas na história têm mostrado uma atuação para além das conquistas de sua luta específica, abrangendo a produção e as relações de produção que são construídas no cotidiano de trabalho dos pescadores. Essas inter-relações envolvem questões relacionadas à educação, à cultura, à saúde, à cidadania, aos direitos humanos, etc., que vão se ampliando na medida em que se aprofunda o processo de consciência e humanização dos sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, de uma vida plena.

3ª) *A capacidade organizativa.* Para dar conta de atuar nas diversas dimensões e alcançar seus objetivos, a Z-16 tem construído um tipo de organização que engloba a dinâmica vivida pelos pescadores ribeirinhos em suas comunidades – onde tem sua base de sustentação organizacional – e a versatilidade de um movimento social que se articula a outros Movimentos, estabelecendo relações que potencializam a luta, tornando a instituição duradoura na história.

4ª) *A dinamicidade na produção de saberes.* Enquanto espaço educativo, a Z-16 tem se constituído como um campo de produção de saberes sociais, oriundos das condições materiais de vida dos pescadores, esses saberes têm se caracterizado como mecanismos de luta contra o poder hegemônico do capital, sobretudo com a implantação de grandes projetos na região como a UHE de Tucuruí. A especificidade está na dinâmica de produção dos saberes, sendo construídos em diversos momentos, no trabalho, nas relações, na luta coletiva, na formação, na sociabilidade, no cotidiano, etc. São saberes sociais considerados atualizados, ressignificados e/ou gerados pelos trabalhadores em apreço para reconfigurarem sua luta (RODRIGUES, 2012).

Essas diferentes características que apresentam elementos educativos podem dialeticamente contribuir para constituição da formação da consciência do pescador, que é um movimento de contradições e conflitos permanentes que vivencia. Logo, a instituição precisa articular dentro de seu processo educativo conceitos que elevem o nível de consciência dos pescadores, com o esforço para tornar comum a estratégia, a metodologia e a organicidade do movimento, construídos coletivamente. Assim, tornar consciente o sujeito pescador é um dos desafios da Z-16 e um dos motivos de valorizar cada vez mais atividades educativas que possibilitem tal processo, como afirma o entrevistado: “[...] nós valorizamos, damos prioridade na educação dos pescadores, porque queremos que eles tenham acesso a isso, tenham consciência dos direitos deles enquanto pescador, né, por isso fazemos aí vários projetos, envolvendo, sobretudo, os jovens” (PESCADOR 2).

No que tange às perspectivas futuras da Z-16, no campo educacional, o pescador afirma que:

Nessa linha a gente tá pensando na criação, implantação e coordenação da escola de pesca de Cametá, um projeto de rios de saberes, digamos assim, essa é uma proposta da gente ir ver se a gente implanta. E outra coisa a implantação, organização e coordenação de um curso de supletivo, né fundamental e médio para os pescadores e pescadoras. Dentro desse projeto aí do Cursinho pré-vestibular não só queremos fazer uma coordenação da caravana do Enem, que não fique só na sede, mas que a gente faça em diferentes vilas, distritos que a gente leve o professor lá, né, um projeto que a gente quer implantar. E outro é a criação, implantação e organização e coordenação da escola de jovens aprendizes de Cametá, entendeu. O pescador mesmo, o filho dele ter o conhecimento do município de Cametá, do pescador, entendeu, então nós queremos dar o nome pra esse de jovens aprendizes de Cametá. E também implantação, organização e capacitação profissional de pescadores para a geração de emprego e renda, então são essas propostas que nós temos aqui pra ver se a gente tenta colocar em prática, bora ver se vai dar certo. A gente tá buscando por onde a gente conseguir implantar isso, né, alguns nós já temos só que vamos aperfeiçoar, outros não, nós vamos realmente buscar pra gente implantar aqui (PESCADOR 2).

Essas propostas futuras da Z-16 mostram que há interesse da instituição na formação dos pescadores, sobretudo dos jovens, tanto no aspecto formal quanto na qualificação para o trabalho, objetivando a melhoria das condições de vida e geração de renda, garantindo, assim, a manutenção e constituição do Ser pescador.

Consideramos que esse processo é um mecanismo fundamental da instituição, sem o qual os sujeitos sociais não conseguirão tornar-se sujeitos políticos, capazes efetivamente de fazer a diferença no desenrolar da luta de classes e na reconstrução de um projeto de humanidade que esteja voltado para os interesses da população, no dizer de Caldart (2000, p. 133), “[...] não há como ser um sujeito político sem saber-se um sujeito social, e não há como

saber-se um sujeito social, coletivo, sem compreender-se no processo histórico da luta e da formação de seus sujeitos”.

Nesse ponto, a formação na Z-16 é vista como o sustento ideológico que mantém a instituição viva e firme nos princípios que defende. Compreendemos que o nível de consciência é determinado pela realidade concreta de vivência dos pescadores, assim, é de fundamental importância uma proposta de formação política intencionalizada, considerando a realidade e experiências concretas, com uma articulação permanente entre teoria e prática, visando uma orientação metodológica transformadora. Devemos, contudo, entender que o movimento tem suas intencionalidades e o projeto formativo desenvolvido pelos pescadores tem um fim, que é o avanço da conquista por parte da categoria.

Nesse sentido, essa análise nos permite evidenciar que a Z-16 tem buscado, paulatinamente, construir um projeto educativo pautado na materialização de um modo de produção da formação humana, que tem o próprio movimento como princípio educativo, ao se propor ser um espaço de aprendizagem, tendo a luta dos pescadores como base desse processo educativo, e a história como elo fundamental que vai interligando essas diferentes dimensões do movimento. Aqui há de se considerar que o processo educativo básico se dá no que Caldart (2000) chama de “*transformar-se transformando*”, os sujeitos, a instituição, a história, o próprio projeto societário, sendo este o alicerce e eixo fundamental da formação da identidade educativa dos pescadores.

O que vai afirmando a luta mais ampla dos sujeitos na história, a qual não se concentra apenas na luta pelos direitos sociais, mas na defesa de um modo de vida, que busca afirmar a dignidade humana em consonância com suas condições favoráveis de existência. Compreendemos que essa tendência amplifica as alternativas materiais de acesso aos direitos, sobretudo à educação, pois, uma vez que possibilita a formação de seus filiados, cria formas de sociabilidade que amplia o universo sociocultural dos mesmos, constituindo-se, assim, como uma entidade representativa da fração de classe.

Nessa perspectiva, defendemos que a formação do pescador artesanal remete-se a um fazer-se humano na história, na qual foram produzindo e sendo produzidos em um movimento constante de luta social, que está ligada e faz parte também de um movimento sociocultural mais amplo, que, mesmo que não tenham plena consciência disso, “[...] extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade” (CALDART, 2000, p. 128). Assim, a humanização e a formação dos pescadores, como sujeitos sociais, acontecem nesse desencadeamento da ação coletiva que desempenham na sociedade em que

estão inseridos, possibilitando-lhes a transformação na realidade, tornando-se, assim, sujeitos históricos. Por isso, Gramsci (1978, p. 20) afirma que “[...] o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma”.

Nesse ponto, a participação no movimento de luta dos pescadores, também os politiza, na medida em que passam a compreender seus problemas específicos no âmbito de um contexto mais amplo, envolvendo as correlações de forças sociais e políticas que estão permeadas nesse processo que a luta imbrica. No dizer de Caldart (2000, p. 132):

[...] dizemos que participar do movimento da luta vai educando um sujeito específico de *ser humano* que potencializa o principal traço da humanidade, que é a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si própria, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história. As lutas sociais produzem as transformações históricas, e o fazem à medida que conseguem conformar os sujeitos sociais capazes de operá-las e, ainda mais de consolidar os novos parâmetros de vida em sociedade que vão criando neste movimento.

Nessa análise, a Z-16 assume um papel fundamental no desenvolvimento do fator educativo tanto individual quanto social e coletivo dos sujeitos, pois, a partir dessas ações que busca realizar junto aos pescadores, possibilita o diálogo construtivo, apontando caminhos possíveis para o desenvolvimento efetivo da região, e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha⁷⁷. Essa ideia associa-se também à concepção de educação e ao próprio pensamento político que a instituição veicula, que são pontos centrais para se alcançar resultados que, de fato, estejam voltados para os pescadores.

Furtado e Barra (2004, p. 84) discorrem quanto à questão educacional da Z-16, afirmando que esta não tem como finalidade apenas a humanização dessa classe sofrida, “[...] a finalidade da educação almejada pela colônia de pescadores diante dos oprimidos é a recuperação da humanidade roubada [...]”. Isso proporciona uma análise sobre a importância do processo educativo que a Entidade desenvolve nas localidades, por meio da parceria junto às associações locais dos pescadores. A partir dessas iniciativas, busca formar sujeitos ativos e construtores do próprio saber, afirmando a posição de que, fora da escola, há possibilidade de construção de sujeitos sociais, culturais e humanos (ARROYO, 1989).

Portanto, mais do que uma organização social, a Z-16 é uma estratégia de representação dos pescadores artesanais em defesa de sua cultura, dos seus saberes de

⁷⁷ Essa qualidade de vida está associada às condições dos sujeitos vivenciadas em seu contexto local, que podem se referir a indicadores básicos, como o acesso à saúde, à educação, ao bem-estar social, à existência de redes locais de sociabilidade, à cultura, à tecnologia, entre outros fatores.

pescadores, do seu modo de vida e trabalho na pesca, dos seus interesses comuns. No dizer de Costa (2006, p. 223):

A Colônia dos Pescadores Z-16 é hoje a instituição de classe trabalhadora mais organizada e articulada da região, possuindo o maior peso social e político dentre as organizações dos trabalhadores de Cametá e do baixo Tocantins. Por este motivo é também a organização sindical que garantiu muitas conquistas para seus associados nos últimos 10 anos.

Nesse viés, entendemos que a entidade atua junto aos pescadores e por meio de suas relações sociais constroem saberes inerentes às práticas cotidianas, que lhes dão base e sustentação para a realização satisfatória de suas atividades. Isso possibilita maior aproximação com as questões organizacionais, cria formas positivas de ação coletiva e fortifica a luta em torno da conservação dos recursos pesqueiros e ambientais da região, além de possibilitar a formação política do pescador e o empoderamento da categoria.

Nessa acepção, podemos afirmar que, na Amazônia, especificamente no município de Cametá, os pescadores se transformam em sujeitos da luta num processo em que criam uma identidade própria, ao se autoidentificarem como a categoria de pescadores. E, através dessa identidade, demandam e fundam as suas reivindicações e constroem suas percepções da condição econômica, educacional, cultural e política, à qual são submetidos.

É nesse contexto que se abre a possibilidade de reivindicar seus direitos e organizar suas ações de acordo com seus interesses. O que nos permite afirmar que, atualmente, os pescadores podem se considerar uma categoria organizada a partir de suas práticas e participação nas decisões de sua categoria. Adquiriram, por meio de um longo processo de lutas, um novo modelo de gestão no sentido de direcionar suas organizações (FURTADO; BARRA, 2004).

A Colônia Z-16 de Cametá tem se configurado na história, dessa forma, como uma organização coletiva importante para a mobilização e formação dos pescadores, suas iniciativas são plausíveis no campo educacional, mas é preciso que se faça uma análise constante sobre a construção de um trabalho pedagógico baseado em princípios que valorizem a experiência dos sujeitos (THOMPSON, 1987), e que busque articular teoricamente o conhecimento que produzem coletivamente através dela, visando à identificação histórica e contextualizada de sua concepção de educação.

As ações e os projetos implementados pela Z-16 no âmbito educativo têm possibilitado o fortalecimento dos grupos sociais e as bases representativas nas comunidades. Esses processos educativos enriquecem as diferentes formas de gestão dos pescadores e

apontam novas percepções diante da realidade. Não obstante, reafirmamos que tais práticas precisam estar em consonância com as vivências dos pescadores e seus modos de vida para que se concretizem, de fato, como uma experiência inovadora de seus saberes. Os saberes locais precisam ser considerados e tomados como ponto de partida, na sua materialidade e concreticidade, haja vista que, quando negamos o saber do trabalhador, atrofiemos a sua condição de ser histórico-social. Esse é um ponto que será analisado no Capítulo III.

2.4 A MATERIALIDADE DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ

Historicamente, não se tem pautado políticas de alfabetização de jovens e adultos, sobretudo para categorias específicas como a de pescadores artesanais, grande parte dos trabalhadores do setor pesqueiro, senão todos, está excluída da proteção social do Estado⁷⁸, que não tem dado conta de formá-los atendendo às suas demandas pelo direito à educação. Algumas políticas governamentais implantadas nortearam suas ações na perspectiva do desenvolvimento de programas educacionais que pudessem garantir a inclusão dos não alfabetizados em campanhas de alfabetização de jovens e adultos, como fora o Programa Brasil Alfabetizado (PBA)⁷⁹.

No âmbito da alfabetização de pescadores artesanais, algumas iniciativas foram criadas, tendo como marco a “I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca”, realizada em Luziânia (GO), em 2003, quando o tema do analfabetismo foi colocado em pauta. Nessa ocasião, ficou definida a inclusão educacional de pescadores como uma das prioridades da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) do Governo Federal. A partir desse contexto, foi então criado pela SEAP o Programa “Pescando Letras”, que apresentava uma proposta pedagógica para a alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquiculturas familiares, uma ação nacional de ampliação do direito de acesso à alfabetização promovida em cooperação mútua com o MEC por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

⁷⁸ Em seu livro *A questão judaica*, Marx (1989, p. 12 grifos do autor) destaca que: “O Estado elimina, à sua maneira, as distinções estabelecidas por *nascimento, posição social, educação e profissão*, ao decretar que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são distinções *não políticas*; ao proclamar, sem olhar a tais distinções, que todo o membro do povo é *igual* parceiro na soberania popular e ao tratar do ponto de vista do Estado todos os elementos que compõem a vida real da nação. No entanto, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão *actuem à sua maneira*, isto é, como propriedade privada, como educação e profissão, e manifestem a sua natureza *particular*”.

⁷⁹ O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003 pelo Ministério da Educação (MEC), objetivando além da superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos; contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil.

O programa, que adotava uma metodologia voltada para atender a um público específico, os pescadores, entre outros, objetivava:

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sociopolítico dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos (BRASIL, 2005, p. 8).

Por meio do Projeto “SESI – Por um Brasil Alfabetizado”⁸⁰, em convênio com o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a SEAP – Gerência Regional Norte, foi implantado, em 2006, na Colônia Z-16 de Cametá, o projeto denominado “Pescando Letras: construindo dignidade e cidadania ao povo ribeirinho”, e tinha também como um dos objetivos “[...] acabar com o analfabetismo entre os pescadores associados à Colônia de Pescadores Z-16” (Informativo da Colônia Z-16). De acordo com os entrevistados, o Projeto teve duração de seis meses, com emissão de um certificado pelo Projeto “SESI – Por um Brasil Alfabetizado”, no qual o pescador era considerado Alfabetizado, perfazendo um total de 200 horas de atividades.

A certificação foi realizada no final do projeto, sendo que, “[...] no dia que foi a formatura deles pra receber o certificado, o evento foi muito bom, na comunidade de Itaúna de Baixo, lá foram os representantes da colônia, os representantes das associações, os coordenadores da colônia, a família deles, e foi bonito aquilo” (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

Dentre outros, o pescador destaca que o Projeto “Pescando Letras” objetivou “[...] elevar a qualificação profissional dos pescadores associados à Colônia Z-16, visando melhorar as suas condições de vida” (PESCADOR 1). Segundo os entrevistados, a iniciativa do projeto se deu em virtude da demanda de pescadores não alfabetizados, tendo em vista a possibilidade de oportunizar a estes o acesso à educação, qualificando-os no interior da própria dinâmica de vida e trabalho.

O Informativo “A Voz do Pescador”, da Colônia Z-16 de Cametá, destaca que “[...] para participar do projeto é necessário ter mais de 15 anos, ser pescador cadastrado pela

⁸⁰ De acordo com o relatório do Sistema de Avaliação de Competências, “O Projeto SESI – Por um Brasil Alfabetizado é uma proposta arrojada de alfabetização em escala nacional. O SESI possui uma estrutura ágil, dinâmica e profissional e, sobretudo, comprometida com o atendimento das metas a que se propõe. Com um modelo educacional que suplanta qualquer outra iniciativa convencional, tanto no que se refere à sua abrangência quanto no que se refere à flexibilidade de suas ações, o Projeto tem sua origem marcada pela iniciativa do Governo Federal em alfabetizar vinte milhões de pessoas no período de 2003 a 2006” (UNESCO, 2005, p. 13).

Colônia e possuir certidão de nascimento ou outro documento oficial”, destinando-se, então, aos pescadores filiados e filhos de pescadores. Em termos iniciais, o pescador afirma que:

O projeto iniciou com umas 20 turmas, cada uma em uma comunidade. Para selecionar os alunos, o coordenador discutia com a comunidade e via aqueles que não sabiam escrever, não sabiam ler ou sabiam pouco, né, tinham pouca desenvoltura na escrita e na leitura ele vinha pra participar do projeto, no período de seis meses, aulas três vezes na semana. O professor era contratado pela colônia por meio do projeto, na verdade era uma ajuda de custo que eles recebiam, ele era geralmente da comunidade (PESCADOR 1).

Para atuarem no Projeto, os professores geralmente da própria comunidade eram selecionados pela Z-16 com apoio do coordenador local, e trabalhavam em uma perspectiva de “voluntariado”, sendo que “[...] cada professor recebe uma ajuda de custo no valor de duzentos e cinquenta reais pra ministrar aulas três vezes por semana” (Informativo da Colônia Z-16). No âmbito da formação e orientação dos professores, a professora que atuou no projeto afirma que:

A formação foi feita lá na colônia, que veio os orientadores do SESI, é porque era um projeto ele tinha também um convênio com o SESI, a orientadora foi pra Belém participou lá tudinho e veio repassar, aí nós tivemos o treinamento na colônia, tinha as apostilas tudo como era pra fazer e ela vinha nas visitas também avaliando pra ver como, vendo se tava correndo bem, e a gente qualquer coisa, qualquer dúvida a gente também procurava ela. Ela era orientadora, o suporte maior do projeto era ela que coordenava todas as turmas (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

As turmas funcionavam em várias comunidades de abrangência da Z-16, com média entre 15 a 25 pescadores matriculados em cada uma, sendo que “[...] a cada 15 turmas matriculadas é escolhido um coordenador com experiência em educação” (Informativo da Colônia Z-16). Esse coordenador, também chamado de orientador, recebia formação para atuar nas comunidades dando suporte pedagógico aos professores locais. Estes faziam o levantamento na comunidade dos pescadores que não sabiam ler e escrever e iam às residências convidando-os para participarem do Projeto, que funcionava em locais improvisados, como no barracão comunitário das localidades ou nas próprias residências dos pescadores (Figuras 6 e 7), conforme relata um dos entrevistados que foi participante do Pescando Letras:

A coordenadora que veio e me convidou pra estudar com ela, né, aonde ela formou uma turma mais ou menos que tinha 20 e poucos alunos, nessa época morava todo esse pessoal lá, tinha muito morador lá, hoje em dia também alguns não tão mais lá. Eles foram e se matricularam tudo, e aí ela veio escolher a nossa casa pra ela dar essa aula, aí começou então, ela dava três vezes na semana (PESCADOR 4).

As imagens mostram que os espaços de funcionamento do “Pescando Letras” estavam ligados aos ambientes de vivência dos pescadores, inclusive familiar, o que lhes dava incentivo para a participação nas aulas, como pode ser confirmado na fala do entrevistado: “O projeto funcionou aqui na casa do vizinho, a gente gostava de ir porque era um local que a gente se sentia bem, conhecia todo mundo. Lá foi colocado umas cadeiras na sala, tinha os cartazes, o quadro, tudo, era muito bom quando a gente tava lá” (PESCADOR 6).

Figura 6: Aulas do Projeto “Pescando Letras” no barracão comunitário.



Fonte: Arquivo da Z-16.

Figura 7: Aulas do Projeto “Pescando Letras” na residência do pescador ribeirinho.



Fonte: Arquivo da Z-16.

Identificamos que a realização do Projeto nos espaços de existência e convívio dos pescadores possibilitou-lhes a inter-relação de saberes também no ambiente familiar, junto aos cônjuges e filhos, estendendo o diálogo para além dos participantes do Projeto, como afirma o Pescador 7: “[...] eu chegava em casa e já pedia ajuda pra minha esposa, filha [risos], até hoje a minha filha pedi pra ela me ensinar quando termina a aula dela, ela deita lá na rede comigo e vai ensinando”.

Vale notar que, em algumas residências, as cadeiras eram improvisadas pelos pescadores para que pudessem funcionar as aulas (Figuras 8 e 9), o que demonstra o interesse dos mesmos em terem acesso a outros conhecimentos, na possibilidade de poderem utilizá-los para a melhoria de suas realidades.

Figuras 8 e 9: Salas de aula improvisadas nas residências dos pescadores ribeirinhos.



Fonte: Arquivo da Z-16



Fonte: Arquivo da Z-16.

Destaca-se que a iniciativa de realizar o “Pescando Letras” nas comunidades foi bem aceita pelos pescadores, como ressalta a professora: “[...] ao receberem o convite eles demonstraram interesse em participar do projeto, ficaram animados com a ideia”. Podemos dizer que os pescadores aceitaram participar porque de alguma forma acreditaram no Projeto, nos resultados positivos que ele poderia trazer e também na possibilidade de vivenciar novas experiências no âmbito de suas formações, sendo que um dos motivos mais apontados pelos pescadores para participarem das aulas, foi para aprender a escrever o próprio nome. Como afirma o Pescador 5: “O motivo que me levou a participar foi aprender porque eu não sabia nem fazer meu nome, aí ela ia ensinando e eu aprendi a fazer. Quando minha mãe falava que era pra mim ir pra escola, eu ia lá, mas depois larguei de mão, aí eu tive essa oportunidade aqui”.

A professora entrevistada relata sobre sua inserção e o processo inicial de implantação do projeto na comunidade onde trabalhou, enfatizando que:

Na época eu era sócia da colônia como pescadora, eu já exercia a profissão desde 94 eu venho trabalhando como professora, mas serviço prestado, quando eu não tava trabalhando na época oferecia né, porque tinha que pagar o INSS né, contribuir na previdência social, então por isso eu fui e me inscrevi, né, e foi em 2003 que eu me escrevi até na colônia, aí com as reuniões nas comunidades, eles me chamaram, a professora aqui não está fazendo nada, vamos conseguir uma vaga, vamos selecionar, aí fui chamada pra uma reunião e nós conversamos e com a experiência de trabalho e justamente com o magistério porque o magistério é o que ensinava, né, como trabalhar, aí eu fui participei, fiz o treinamento tudo, pediram as documentações e saí com as pessoas de casa em casa e todos ficaram muitos interessados, e foi uma coisa muito é, prazerosa na verdade, e foi daí que iniciou, aí como a gente não tinha local próprio que aqui a escola a erosão já tinha tirado uma parte do lugar onde funcionava a escola, aí a escola já era só nas comunidades e foi daí que começou, e esses alunos todos, esses alunos participaram, e tinha até mais, tinha mais do que era a faixa que pedia de alunos.

Podemos perceber que, com a participação no “Pescando Letras”, os pescadores puderam ter acesso à educação em uma perspectiva diferenciada do ensino formal, mas que se apresentou como uma proposta transformadora, a partir do momento em que as ações do Projeto buscaram considerar os modos de vida e a realidade ribeirinha. Tendo como base as falas dos sujeitos, podemos dizer que houve uma elevação qualitativa da formação dos pescadores, haja vista que todos os entrevistados afirmam terem aprendido assinar o próprio nome, o que demonstra que o projeto de alguma forma ensejou mudanças nas suas experiências educativas.

Entretanto, evidenciamos pontos contraditórios, pois assim como os pescadores afirmam a positividade do projeto, indicam também elementos que consideram serem negativos, demonstrando em algumas falas um sentimento de frustração pela sua descontinuidade, sendo que, de acordo com dados de pesquisa e com os entrevistados, o projeto teve duração de 6 (seis) meses na comunidade, o que foi para eles um ponto negativo, conforme podemos constatar nos relatos, os quais avaliam que:

Eu não sei nos outros lugares se deu resultado, mas tenho certeza que pra nós foi muito bom. Pra nós o projeto em quase todas as partes foi positivo, não tem assim uma parte pra dizer isso foi negativo... Só que depois desses seis meses não continuou mais, aí ela [a professora] andou, até que ela queira continuar, só que eu acho que não foi resolvido aquilo e não foi pra frente (PESCADOR 4).

Pra mim foi muito bom esse projeto porque aprendi a escrever, ler um pouco, falar melhor com as pessoas. Mas só achei ruim que acabou e não levaram adiante, foi assim muito rápido e aí outros pescadores não puderam ter a oportunidade de estudar (PESCADOR 6).

Queria que tivesse continuado o projeto, porque foi assim muito bom pra nós porque a gente teve a chance de estudar sem sair daqui da comunidade, hoje é difícil a gente ir estudar noutro lugar, temos nossas famílias, o trabalho, as coisas tudo aqui, e foi muito bom a colônia ter trazido pra cá (PESCADOR 7).

Os pescadores entrevistados veem a implantação de projetos, quer seja pela Colônia Z-16, quer pelo Estado, igrejas ou ONGs, nas comunidades como uma ação positiva, principalmente porque vislumbram nesses projetos a possibilidade de melhorar suas condições objetivas de vida, tendo acesso a outros meios de existência. Isso confirma o fato de que os pescadores, embora tenham alcançado conquistas importantes para a categoria por meio de suas organizações coletivas locais, ainda são consideravelmente dependentes do Estado e de suas políticas sociais, e de outras instituições não governamentais, não estando, portanto, autônomos, no sentido da formação da *classe para si*, sendo esta um processo de construção. O que reflete também no nível de organização política dos pescadores em suas comunidades. A fala da professora confirma isso ao destacar que:

[...] gostaria que esse projeto tivesse continuado, tivesse mais vezes, mas infelizmente houve uma parada aí, a gente ver o sofrimento que tá da falta agora né, essa mudança de governo, essa mudança das coisas agora que ficaram difíceis, até mesmo os pescadores estão sofrendo, são uns benefícios que ajudavam, porque muitos agora têm, você vai numa casa de pescador aqui, você fica admirada de ver coisas como você pode ter lá na cidade e aqui todo mundo tem, por que isso? Porque foi através desses benefícios que gerou fundos pra que ele pudesse também ter as mesmas coisas [...] (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

Mas é preciso considerar que muitas das transformações nas condições de existência dos pescadores são oriundas de suas lutas e do próprio trabalho individual-coletivo que eles vêm desenvolvendo ao longo da história, como exemplo a instalação da energia elétrica nas ilhas da região a jusante da UHE. Nesse aspecto, a professora relata que:

Graças a Deus hoje a gente tem a energia, quem diria que nós íamos ter essa energia aqui, com tanta luta com tanto sacrifício nós temos. E as criações de peixes, em todas as famílias aqui tem uma criação de peixe, que nós mesmos vamos construindo, só que é uma coisa que dar, mas não vai ficar o tempo todo que seja o ano todo.

Na tentativa de entender o motivo da interrupção do “Pescando Letras”, identificamos alguns elementos levantados pelos entrevistados, dentre os quais o pescador esclarece que:

Ele [o projeto] só parou porque houve uma interferência de alguns políticos que criaram associações pra pegar esse projeto e teve uma associação que deu entrada em 70 projetos, turmas, né, enquanto a gente tinha 20 turmas, a gente começou com 20 turmas tiveram associações que depois que viu que o projeto tava dando certo aqui, eles botaram já 70 turmas, 70 turmas numa vila, dá 7 vezes 3, 21, dá 2.100 pessoas analfabetos, não existe isso aí o governo cortou, nós não, nós fizemos em todo município, nós fizemos mesmo dentro das normalidades (PESCADOR 1).

Esses fatores apresentados pelo pescador apontam que houve tensionamentos vivenciados interna e externamente no âmbito da execução do “Pescando Letras”, que, de acordo com o entrevistado, foi um dos motivos que levaram à sua interrupção pela Z-16. A pesquisa permitiu evidenciar a partir das falas dos representantes da Entidade, que esses conflitos ocorreram, principalmente com outras instituições de pescadores. O que contribuiu para a paralisação do Projeto nas comunidades de atuação da Z-16, apesar dos resultados positivos apontados pelos pescadores entrevistados.

É importante considerar que, em termos metodológicos, o “Pescando Letras” apresentava a proposta de uma prática educativa orientada pelas práticas sociais dos pescadores, suas demandas e necessidades. No dizer do Pescador 1: “[...] era fundamental que

as atividades na sala de aula fossem preparadas para atender às reais necessidades dos alunos”. Nesse sentido, no âmbito educativo, o projeto visava a considerar os sujeitos como seres autônomos, buscando reconhecer a existência de tipos de expressão e comunicação que se faziam presentes no cotidiano de vida dos pescadores. Essa metodologia fez com que ocorresse a aprendizagem, sendo que o diálogo entre os pescadores se firmou como base de produção do conhecimento. Nas palavras do Pescador 6: “[...] nas conversas, um contando pra outro, a gente ia aprendendo, porque assim como a gente ensina a gente aprende também”.

Os depoimentos, a seguir, nos permitem conhecer um pouco sobre a prática em sala de aula:

Eles tinham muito interesse e todos tinham interesse porque não faltavam nas aulas, era sagrado o nosso horário era a tarde e não tinha [...] e aí saía uma piada pra cá, eles ficavam a vontade, deitavam com o caderno, como eu disse assim, a gente não tinha aquela coisa de estar fotografando, a orientadora quando ela vinha ela tirava as fotos, então eles deitavam e eles faziam, resolviam e diziam professora o que mais, isso e aquilo como é, ah! Tá, entendi, essa letra é assim né? E aí a escrita, elas não são só de uma maneira elas tem diversas maneiras, olha como é que se escreve essa aqui é maiúscula, minúscula, ai, e muitos entenderam, muitos conseguem até hoje como prova, eles conseguem olhar o cartaz e soletrar, e conseguem identificar o que tá escrito lá, e foram muitos da turma todos conseguiram. Então, o nosso trabalho era muito bom, nós tinha muitos trabalhos mesmo explorados, as aulas eram iniciadas com os materiais tudo, os materiais mesmo, as letras, as sílabas, tudo pra montar como eram feitas as palavras. Primeiro era pra conhecer as letras, diversos cartazes com as letras do alfabeto, aí depois vamos escrever, aí todo mundo conseguia escrever, beleza vamos agora montar as sílabas, como é que a gente monta aí vai e jogos, muitos jogos, jogo de dominó, jogo de baralho, mas todos em formas de alfabeto. E as brincadeiras, vamos às brincadeiras, e era aquela coisa maravilhosa, sabe que ensinar uma adulto é diferente de ensinar uma criança, então muitos conseguiram mesmo, né, alguns já tinham noção, mas tinham esquecido muito tempo (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

E foi um projeto assim muito bom, teve muitas brincadeiras que a gente fazia lá, a mulher que era coordenadora de vez em quando ela ia lá nas escolas, nas outras escolas e ela disse que realmente a escola que ela achou, que ela elogiava mais era lá no Mará, porque ela achava assim nem só a professora mais dedicada como os alunos, tinha mais interesse foi de lá que ela achou que evoluiu mais, e tinha lugar que ela ia e não tinham nada pra apresentarem pra ela e ela sempre dizia mesmo que ela agradecia muito a professora e realmente foi uma coisa boa, muito interessante (PESCADOR 4).

Podemos considerar com a fala do Pescador 4, que o Projeto na comunidade provocou ganhos significativos nas suas formações, o que não é possível dizer que isso aconteceu em todas as comunidades, já que o entrevistado aponta indícios de que a coordenadora avaliava o Projeto na sua comunidade mais bem desenvolvido do que em outras localidades.

Assim, de acordo com dados de pesquisa, o “Pescando Letras” também objetivava envolver a cultura ribeirinha, considerando que os pescadores têm conhecimento sobre os sinais da natureza, os ventos, as marés, as correntes, a dinâmica dos rios, os problemas socioambientais. Mais que isso, que os sujeitos são conscientes das dificuldades do seu processo de trabalho e da necessidade de organização para a manutenção da pesca. Conforme é afirmado pela entrevistada:

No “Pescando Letras”, também além das atividades pedagógicas que ele fazia de aprender ler, aprender escrever, também entrava nos conteúdos que tinha uma orientação é baseado na realidade, no que eles sabiam, na cultura nossa aqui, porque os pescadores têm conhecimento de tudo relacionado ao trabalho na pesca, e não tem como não considerar isso (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

Nessa perspectiva, a análise sobre o Projeto nos permite compreendê-lo como uma prática educativa para além da alfabetização, quando evidencia que outras possibilidades se abriram para a formação dos pescadores, ensejando-lhes: mudança qualitativa no processo educativo, aquisição de novos conhecimentos, troca de saberes pelas experiências, compartilhamento de situações de vida e trabalho, maior participação nos espaços de discussão, ampliação da visão de mundo, problematização da realidade a partir do diálogo coletivo, vivência cultural dinamizada pelos conteúdos estudados em sala de aula. Mais que isso, no depoimento a seguir o pescador enfatiza que:

Acho que o **resultado positivo** desse projeto foi que houve muito pouca desistência desses alunos, positivo também que foi organizado uma feira em conjunto desses alunos onde lá eles foram levar o produto que eles faziam nas aulas, a rede, a peneira, o tipiti, cada um fez a sua estante e aquilo foi marcante nesse projeto pra mim, sabe, as comunidades vieram todas, passaram um dia lá naquela feira, fazendo intercâmbio de uma comunidade com a outra, foi muito bonito, né. E o principal ponto foi que eles passaram a assinar o nome deles, e assinar o seguro-defeso, porque eles colocavam o dedo pra assinar, e eles depois do projeto já não colocavam mais o dedo já foram assinar mesmo, porque já tinham o certificado mesmo de alfabetizado. Era um certificado simplificado de diploma, com a marca do governo federal, tinha validação de alfabetizado, porque esse programa não se deu só aqui, esse programa se deu também em outras colônias (PESCADOR 1).

É preciso considerar que nem todos os pescadores conseguiram alcançar o objetivo de assinar o nome. Todavia, há indícios de baixa evasão, de pouca desistência por parte dos pescadores matriculados, conforme afirma a professora: “[...] da turma que eu trabalhei todos vinham, participavam, não houve muita desistência, assim tinha aula que faltava um ou outro, mas a maioria ficou firme até o final”. Isso demonstra que a experiência do “Pescando Letras” na Z-16 de Cameté foi válida, no sentido de ter realmente se efetivado nas comunidades,

contribuindo para a dinâmica educativa dos pescadores, conforme apontam as evidências das entrevistas aqui produzidas.

Vale ressaltar que, para além do Projeto citado, a Z-16 de Cametá tem à sua frente o desafio de criar e aprofundar o acompanhamento na aplicação prática de sua proposta para a educação de pescadores das comunidades que têm vínculo, com vistas a ampliar as iniciativas e fortalecer os mecanismos de articulação, que se constituem como base fundamental da existência da Entidade. Dentro desse cenário, o “Pescando Letras”, bem como outros projetos educativos, independentemente da área de atuação em que estão pautados, tem atingido, ao que parece, um contingente significativo desses trabalhadores da pesca. No dizer do Pescador 2: “Hoje os nossos projetos já alcançaram muitos pescadores, já abrangemos todas as comunidades aqui da região, e temos tido resultados positivos, que a gente observa que tem dado certo”.

Acreditamos que a proposta do “Pescando Letras”, ao se desenvolver entre os pescadores, contribuiu para o fortalecimento representativo dos atores locais, tanto no que diz respeito à participação quanto à qualidade das discussões nos encontros da instituição. Esse fortalecimento corroborou a renovação das lideranças da Z-16, que têm papel crucial na manutenção das associações locais, já que os elementos da cultura do pescador e sua relação com outros conhecimentos tendem a fortalecer a participação desses profissionais como cidadãos e agentes de mudança.

Nesse aspecto, se articulada aos saberes do trabalho, a qualificação profissional apresenta elementos fundamentais na formação desses sujeitos, mas é preciso identificar se, de fato, o “Pescando Letras” se efetivou como um projeto de qualificação ou como um projeto mais de capacitação, tornando-se mais uma ferramenta de interesse do capital, por meio de seus representantes estatais. É o que abordaremos no próximo capítulo.

3. FORMAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ A PARTIR DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES DA PESCA

Nesta seção analisamos os saberes da pesca e a formação do trabalhador como uma relação construída pelo trabalho. Partimos do pressuposto de que o pescador artesanal ligado à Colônia Z-16 de Cametá tem sua base de formação no processo de produção de sua existência, estando em relação com o ambiente, com os outros homens e consigo mesmo, sendo parte da Natureza. Concomitante a isso, discutiremos sobre os conceitos de *conhecimento* e *saber*, como um diálogo possível para analisar os saberes dos pescadores, considerando que esses dois termos fazem parte do percurso de suas formações. A pesquisa evidencia que os pescadores estão em um contínuo processo de produção de saberes na relação com o trabalho da pesca e com outras atividades produtivas que desenvolvem, nas quais se educam e se humanizam.

A experiência no “Pescando Letras” somou-se às experiências de vida, quando os pescadores buscaram inter-relacionar seus saberes à ação educativa do Projeto. Do ponto de vista da qualificação profissional, os trabalhadores obtiveram ganhos significativos, que, de acordo com os dados da pesquisa, serviu-lhes muito mais do que o processo de alfabetização, ampliando o acesso a outros conhecimentos e espaços formativos. Em termos sintéticos, identificamos que os pescadores se utilizaram do Projeto para ampliar suas participações nos espaços da Z-16, problematizando e contextualizando suas realidades, na busca de soluções para as suas condições objetivas.

Disso resultaram também processos de organização em nível individual e coletivo, que, de forma paulatina, foram sendo direcionados pelos pescadores na relação com a instituição. Contudo, a paralisação do “Pescando Letras” implicou em frustração aos pescadores, que se reconheciam, de diferentes formas, pela dinâmica de execução do Projeto, sobretudo por ter sido realizado nos seus espaços de vivência, nas comunidades ribeirinhas.

3.1 SABERES DA PESCA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: UMA CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO

O percurso de formação do trabalhador da pesca é resultado de um processo histórico, de cunho dialético, no qual o sujeito se constrói nas relações sociais, estabelecendo também uma interação dinâmica com o meio, sendo que, através do trabalho, cria e recria

novas experiências, transformando e sendo transformado, em um contexto contínuo de produção da sua existência.

Isso se vislumbra no fato de que, “[...] se o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade, modifica também, *sempre com o passar do tempo*, o seu ‘saber trabalhar’” (TARDIF, 2002, p. 57, grifos da autora), conforme afirma o pescador: “nós vamos com o tempo adquirindo novos materiais pra pescar, eu compro e fabrico meu material, sei tecer, sei tralhar, sei consertar, tudo eu sei” (PESCADOR 7).

Nesse sentido, se entendemos nesta pesquisa o processo de formação do pescador como geração de saberes *no e pelo* trabalho, podemos concluir que trabalho e educação estão intimamente relacionados. Em termos epistemológicos, definimos a categoria trabalho a partir da concepção materialista histórico-dialética, ou melhor, da concepção defendida por Marx para o qual:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 326-327).

Nessa perspectiva, o pescador artesanal passa a ser entendido a partir das suas condições efetivas, reais. Assim, diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, os homens, para existir, produzem sua própria vida, para isso têm de adaptar a natureza a si, e fazem isso agindo sobre ela e transformando-a de acordo com suas necessidades:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, religião e tudo mais que se quiser, mas esta distinção só começa a existir quando os homens começam a produzir os seus meios de vida, passo que é conseguido devido à sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2002, p. 17).

Esse processo que perpassa pelo ato de agir sobre a natureza, transformando-a em função das necessidades humanas, é o que conhecemos com o nome de trabalho (SAVIANI, 2007). A essência do homem é, segundo Saviani (2007), o trabalho⁸¹, portanto, “[...] não é,

⁸¹ Em uma passagem conhecida de *O capital*, Marx analisa que: “Pressupomos o trabalho numa forma em que diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de suas colmeias. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 327).

então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho” (Ibidem, p. 154). Nesse sentido, é a partir da sua existência real, concreta que o homem se materializa e se descobre tal como o é. Nas palavras de Marx e Engels (2002, p. 18), “[...] a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reproduzem exatamente aquilo que são. Aquilo que são, coincide, portanto, com a sua produção, isto é, com aquilo que produzem e com a forma como o produzem”.

Assim, o pescador artesanal constrói sua existência por meio da atividade material que desenvolve nas relações de produção. Ele vai constituindo-se pescador nesse desencadeamento da práxis produtiva que materializa, sem a qual não se torna pescador. Aqui, o trabalho da pesca é condição fundamental para a produção, porque é visto em sua dimensão histórica e ontológica, já que Marx (2013) assegura que toda a história não é senão a produção do homem pelo trabalho humano. Isso pode ser afirmado na fala do Pescador 7: “[...] pra mim a pesca é tudo, é de lá que eu tiro meu pão de cada dia, até hoje sobrevivo de pesca, aqui nós sempre vivemos do trabalho da pesca”.

Tendo como elemento constitutivo a *objetividade*⁸², Kosik (1976, p. 198-199) destaca o sentido ontológico do trabalho ao afirmar que:

O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um *processo* que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Só o pensamento que revelou que no trabalho algo de essencial acontece para o homem e o seu ser, que descobriu a *íntima, necessária* conexão entre os problemas “o que é o trabalho” e “quem é o homem”, pode também iniciar a investigação científica do trabalho em *todas* as suas formas e manifestações (e, portanto, também a investigação da problemática econômica do trabalho), e bem assim a investigação da realidade humana em todas as suas formas e manifestações.

Com base em Gramsci (1978), definimos o pescador como um *devenir*, que se define no conjunto das relações sociais de produção de sua existência, um ser histórico, concreto, que estabelece relações ativas e conscientes com a natureza⁸³. A partir dessa compreensão, é possível dizer que “[...] cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que

⁸² Kosik (1976, p. 203-204) afirma que “[...] a objetividade do trabalho significa em primeiro lugar que o resultado do trabalho é um produto que tem uma *duração*, que o trabalho só tem um sentido no caso em que passe incessantemente da forma da operosidade (*Unruhe*) à forma do ser, da forma do movimento à forma da objetividade (*Gegenständlichkeit*), e, portanto, só no caso em que ele se manifeste como circulação de atividade e duração, de movimento e objetividade”.

⁸³ Para Gramsci (1978, p. 43), “A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do *devenir*: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais”.

transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central” (GRAMSCI, 1978, p. 40). Logo, o pescador, é visto em sua totalidade histórico-concreta, sendo concebido como sujeito atuante, “[...] o único ser capaz de apropriar-se da natureza, transformá-la, de criar, e fazer cultura” (FRIGOTTO, 2010, p. 86).

Mais que isso, a relação dialética estabelecida entre homem-trabalho-homem “não significa apenas que o homem, ao transformar a natureza, se transforma a si mesmo, mas também que a atividade prática dos homens é o ponto de partida do conhecimento e a categoria básica do processo de conscientização [...]” (FRIGOTTO, 2010, p. 209). Konder (1992, p. 105) corrobora essa discussão quando afirma que:

Pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la. E – o que é fundamental – faz sua própria história.

É nesse viés da produção social da existência humana – que é, ao mesmo tempo, o seu processo educativo –, que contextualizamos as premissas constituidoras da formação histórica do trabalhador, analisado nesta pesquisa em sua fração de classe pelo pescador amazônico, que, em suas diversas atividades, precisa ser visto como sujeito ativo, de relações histórico-culturais e que, ao longo dos anos, cria mecanismos existenciais pelo trabalho e pela prática⁸⁴, tornando-se, assim, um ser mantenedor de sua cultura.

Isso implica conhecer concretamente seu mundo, suas vivências, seus costumes, para que, dessa forma, possamos compreendê-lo em sua totalidade, por meio de diferentes formas que adquire o conhecimento, no sentido de sua formação, presente no contexto em que se insere. Como afirma Santos (2000, p. 123): “O trabalhador não é um mero executante determinado pelo seu lugar nas relações sociais e pelos dispositivos técnicos, mas, também, um homem, sujeito vivente, com todo o horizonte de universalidade que isto implica”.

Nesse sentido, pressupomos que o pescador artesanal, enquanto sujeito concreto, aprende no próprio processo de trabalho, lidando com a realidade social (produzindo e reproduzindo-a), aprende agindo sobre a matéria, transformando-a, e ele próprio, ao mesmo tempo, é nela transformado. Neste aspecto, Marx traz a tese fundamental da transformação do homem e do mundo pelo trabalho. Essa transformação insere-se nesta pesquisa, nos próprios

⁸⁴ Compreendida no sentido marxista como uma “[...] ação material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais e que, considerada do ponto de vista histórico-social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim criação e desenvolvimento incessantes da realidade humana” (VÁZQUEZ, 1968, p. 213).

processos de trabalho e de formação do pescador, que se dá em diferentes momentos e tempos históricos, conforme esclarece o entrevistado:

O nosso trabalho aqui é a pesca, o manejo do açaí, a criação de alguns animais, mas fazemos mais a pesca porque é o nosso meio principal de alimento, mesmo com pouco peixe a gente vai se adaptando e consegue pescar, garantir a comida quase todo dia. Pra nós a pesca é fundamental, por isso que eu vou ensinando meus filhos, assim na prática mesmo, na hora de pescar no rio, a gente tem que ir ensinando eles, porque quando eles precisar vão saber né pescar pra cuidar da família deles também, foi como meu pai me ensinou (PESCADOR 6).

A partir da fala do pescador, podemos dizer que o trabalho da pesca é transmitido de geração em geração no próprio ato de pescar, o que permite a aprendizagem e a constituição de novos pescadores artesanais que vão se (auto)produzindo nesse desencadeamento que a atividade pesqueira possibilita, o que também vai garantindo a perpetuação da pesca artesanal, como afirma o entrevistado: “[...] a gente não pode deixar de pescar e temos que ensinar os jovens também, porque senão no futuro não vai ter mais quem pesque” (PESCADOR 6). Moraes (2005, p. 19) ressalta que “[...] são conhecimentos transmitidos das gerações mais experientes para as mais jovens, principalmente pela oralidade e pelas práticas do cotidiano”.

Tardif (2002, p. 57) apoia essa discussão ressaltando que, em certos ofícios tradicionais, como o da pesca, “[...] o tempo de aprendizagem do trabalho confunde-se muitas vezes com o tempo da vida”. No dizer da autora:

O trabalho é aprendido através da imersão no ambiente familiar e social, no contato direto e cotidiano com as tarefas dos adultos para cuja realização as crianças e os jovens são formados pouco a pouco, muitas vezes por imitação, repetição e experiência direta do *lebenwelt* do labor (TARDIF, 2002, p. 57).

Dessa forma, por estar inserido em uma dada relação concreta, o trabalho é um direito, uma atividade vital, nela mesma educativa⁸⁵ (FRIGOTTO, 2001), porque, através dele, o pescador “[...] fez-se – e faz-se, ainda – a si mesmo” (KONDER, 1992, p. 106), conforme afirma o entrevistado: “[...] como a gente não tem muito estudo, né, a gente vai

⁸⁵ “[...] para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado à resposta das necessidades imperativas do ser humano enquanto um ser histórico-natural. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas que o ser humano pode fruir do trabalho propriamente humano – criativo e livre. [...]. A segunda dimensão da centralidade – o princípio educativo de trabalho – deriva desta sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria [...]” (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

aprendendo no dia a dia mesmo, no trabalho, por exemplo, pra consertar um material de pesca, construir algum outro, e assim a gente vai aprendendo com nós mesmos” (PESCADOR 6). Outro pescador contribui afirmando que:

A pesca é nosso meio de sobrevivência, a gente depende dela pra viver, até hoje ela tem garantido isso. Mesmo que tenha menos peixe que antes, aqui ainda pescamos, só que tem que ter toda marca de material, malhadeira tudo quanto é marca de malha. Aqui de primeiro era tudo, qualquer hora que a senhora fosse, a senhora ia pegar o peixe, mas agora é assim por maré, tem que ter a maré pra pegar. E o material também. Tem maré que malha 5, tem maré que malha 4, tem maré que malha 8 e assim vai (PESCADOR 7).

Com esses relatos podemos dizer que o pescador, por meio do trabalho e da realidade em que vive vai construindo e reconstruindo saberes, em contato direto com a atividade que exerce, e esse processo o educa na medida em que é inerente à sua essência, ao seu ser social, que transforma e se transforma no conjunto das relações. A aprendizagem acontece por meio da sua prática que constitui, ela mesma, um fator educativo. Mas é preciso considerar que:

O saber em jogo na produção não é somente um produto que deve ser “realizado”, aplicado, assimilado, interpretado ou mesmo aprendido através do ato de trabalho. Ele é produto sim, ele tem um conteúdo próprio, mas, ele é sempre susceptível de ser ampliado, de incorporar novos conteúdos, ou seja, de ser trabalhado. Ele não é um produto acabado, objeto morto. Seus limites são frágeis porque ele apresenta lacunas, porque ele está em construção permanente. Produto e processo, ele está sempre em trabalho através das diversas atividades realizadas no trabalho (SANTOS, 2000, p. 129).

Nesse sentido, o saber é resultante da materialidade histórica dos sujeitos, que aprendem na relação com o outro, portanto é provisório, está em constante construção. Conforme as condições objetivas que lhes são apresentadas, o pescador vai aprendendo e produzindo novas formas de relação com a natureza e o trabalho, e esse processo o torna um ser histórico-social, tendo em vista que “[...] aproximar uma situação de trabalho como uma ‘história’ nos conduz a tocar com o dedo naquilo que o trabalho nos engaja e nos custa, porque ele nos obriga sempre, mais ou menos, a criar, a inventar, e, por isso mesmo, a *nos* re-inventar” (SCHWARTZ, 2003, p. 26).

Assim, destacamos que são as relações do trabalho, de caráter emancipador, que evidenciam sua positividade ou não. Essa positividade do trabalho apontada pelos pescadores entrevistados está relacionada à possibilidade de exercerem sua atividade de pesca, ou seja, a inserção do trabalho em relação à pesca traz a sua positividade para o pescador, levando em consideração que estes sujeitos têm historicamente suas condições materiais negadas, como afirma o Pescador 7: “[...] mesmo com tantas dificuldades que a gente tem hoje, né, poder

pescar é muito gratificante, porque estamos fazendo alguma coisa, né, estamos trabalhando, buscando nossa sobrevivência, que não tá fácil”.

Essa fala do pescador emite um som de resistência, de que, por mais que o capital lhe ofereça uma situação de opressão e negação das condições materiais (objetivas e subjetivas), há a luta pela melhoria e pelo desbloqueio dessas condições, uma luta que, a nosso ver, é possível, já que “[...] a realidade humana não é uma substância imutável, anterior ou superior à história, ela se cria na história” (KOSIK, 1976, p. 148), e a história pode ser transformada, porque é produzida pelos sujeitos:

[...] se nós compreendermos bem o que está em jogo nestas dramáticas do uso de si, estes saberes produzidos na atividade de trabalho não podem ser cercados, circunscritos, antecipados, dados através da descrição de uma situação de trabalho particular, como se os trabalhadores estivessem por necessidade, mecanicamente, conduzidos a produzi-los, considerando as obrigações desta situação. Isto seria retornar a uma determinação exclusiva pelas normas antecedentes e, portanto, não mais compreender como os homens fazem a história, fazendo história no seu trabalho (SCHWARTZ, 2003, p. 26).

Nesse processo, o trabalho na pesca vai possibilitando também o conhecimento acerca do meio em que vive, estabelecendo entre os pescadores estratégias diferentes de ver o mundo. Ressaltamos ainda que são saberes históricos, construídos fora do ambiente escolar e científico, tradicionalmente repassados de pai para filho pela oralidade e empiria, são concretizados no cotidiano durante as diversas atividades que são realizadas pelos grupos, se caracterizando como “[...] um saber passado pelas relações de parentesco e vivência” (MENDONÇA *et al.*, 2007, p. 96), conforme afirma o entrevistado: “[...] a gente vai ensinando assim, por exemplo, o melhor horário pra pescar, o instrumento que tem que usar, olha nessa maré é melhor levar malhadeira, ou não, pode levar um matapi, um caniço, uma zagaia, e assim vai” (PESCADOR 6). Martins (2011, p. 58) destaca que são saberes que os pescadores aprendem “[...] no processo de seus trabalhos, nas relações sociais, históricas e no convívio familiar. Sustentamos que o saber dos pescadores é uma singularidade, onde somente eles constroem uma linguagem própria a partir do trabalho e sobre o trabalho desses sujeitos”.

Schwartz (2003, p. 23) chama a atenção para o processo de compreender a natureza dos saberes produzidos, mobilizados e/ou modificados em situação de trabalho pelo trabalhador⁸⁶, contudo, enfatiza que “[...] toda atividade de trabalho encontra saberes

⁸⁶ Kosik (1976, p. 203) destaca que: “O trabalho, que superou o nível da atividade instintiva e é agir exclusivamente humano, transforma aquilo que é dado natural, inumano e o adapta às exigências humanas; ao mesmo tempo realiza os fins humanos naquilo que é natural e no material da natureza”.

acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros”. E essa bagagem de saberes culturalmente produzidos se expressa na fala do Pescador 7, quando afirma que: “Nós sabemos como fazer um instrumento de pesca, preparar um matapi, tecer uma rede de malhar, e muitas outras coisas, e isso a gente não aprende na escola⁸⁷, é aqui mesmo, trabalhando, observando, sabe”.

Com isso, afirmamos que o saber do trabalho está presente no cotidiano dos pescadores, ou seja, é o saber que os trabalhadores reconhecem entre si. Entretanto, “[...] este concentrado de história é sempre, por uma parte, inacabado, lacunar, [...] ‘renormalizações’ incessantes reaparecem em todos os lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir” (SCHWARTZ, 2003, p. 24), fazendo com que “[...] jamais duas situações de trabalho sejam idênticas” (FRANZOI; FISCHER, 2015, p. 160). Para as diferentes situações de trabalho, os pescadores mobilizam seus saberes, que Schwartz os conceitua como aqueles que:

[...] espriam-se, sem descontinuidade, das formas de inteligência incorporadas no nosso corpo até os patrimônios de experiência pensados, raciocinados, transmissíveis. Eles vão de aprendizagens não-conscientes, não-expressos em linguagem, dificilmente perceptíveis, até as maneiras de fazer socializadas, justificáveis, manifestas (SCHWARTZ, 2003, p. 24).

Dessa forma, o pescador produz o saber enquanto produz as condições materiais de vida. É, portanto, nas relações sociais determinadas que ele produz seus saberes, por meio da atividade material da pesca, o que lhes assegura a existência e garante as condições necessárias para a manutenção de seu trabalho. Assim, o saber assume dimensões amplas, não se constituindo como um fim em si mesmo, mas articula-se a um movimento dialético, sendo síntese da atuação e relação homem-natureza. No dizer de Kuenzer (2011, p. 183):

[...] o saber não existe de forma autônoma, pronto e acabado, mas é síntese das relações sociais que os homens estabelecem na sua prática produtiva em determinado momento histórico. Assim, o trabalho compreendido como todas as formas de atividade humana pelas quais o homem aprende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que se transforma é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento.

Nesse sentido, o saber do trabalhador sobre os tipos de pesca, o espaço geográfico onde realizar a pescaria, os instrumentos a se utilizar, bem como a embarcação e o

⁸⁷ “Independente ou não da escola, os seres humanos acumulam conhecimento. A realidade na sua dimensão social, cultural, estética, valorativa, etc., historicamente situada, é o espaço onde os sujeitos humanos produzem seu conhecimento” (FRIGOTTO, 1999, p. 177).

quantitativo de pescadores, remete-nos a um *saber técnico* constitutivo da formação e qualificação dos pescadores, possibilitado pelas relações de trabalho e de produção, nas quais eles aprendem, desenvolvem suas práticas culturais, e assim, nesse conjunto de relações sociais, se educam⁸⁸. Aqui vale destacar a necessidade de fazer a distinção entre *conhecimento* e *saber*, já que estamos afirmando que a formação do pescador tem base fundamental nos saberes do trabalho por ele produzido. É o que trataremos a seguir.

3.1.1 *Conhecimento e saber: um diálogo possível para pensar os saberes do pescador artesanal*

Fisher e Franzoi (2018) destacam que os termos *saber*⁸⁹ e *conhecimento* são usados, com frequência, de forma indistinta, como sinônimos, mas há diferença substancial entre um e outro, de modo que o primeiro diz respeito às experiências de trabalho produzidas no contexto da existência humana e o segundo (*conhecimento*) é utilizado para fazer referência ao *saber científico* ou ao *saber* formalmente legitimado, produzido nas instâncias formais da sociedade.

Zaidan (2003), ao fazer um estudo sobre *saberes experienciais* construídos por docentes mediante as dificuldades e desafios da prática pedagógica, destaca, com base em Fiorentini, Souza e Melo (1998), que o “[...] *conhecimento* aproximar-se-ia mais com a produção científica sistematizada e acumulada historicamente com regras mais rigorosas de validação tradicionalmente aceitas pela academia”, já o *saber* “[...] representaria um modo de conhecer-saber mais dinâmico, menos sistematizado ou rigoroso” (ZAIDAN, 2003, p. 87).

Apoiando-se em Barth (1993), Zaidan (2003, p. 87, grifos da autora) analisa o conceito de saber “[...] como sendo *evolutivo* e *cultural*, [...] podendo modificar-se com o tempo e a experiência, portanto, *provisório*”. Assim, o saber é visto em constante processo de construção, sendo também *afetivo*, “[...] porque relaciona-se com os sujeitos, a construção dos sujeitos, suas auto-imagens, julgamentos, sentimentos” (Ibidem, p. 87). E, com base Charlot

⁸⁸ Nesse contexto, Arroyo (1989, p. 90) afirma que: “A burguesia parece perceber que se o *locus* do educativo para ela esteve na prática social e produtiva, para a nova classe, os trabalhadores, está também aí o *locus* onde se educam, onde se sabem, constroem sua identidade coletiva e constroem um saber social contra-hegemônico; conseqüentemente, será aí que a burguesia tentará o verdadeiro controle e a negação do direito à verdadeira educação dos trabalhadores”.

⁸⁹ “O saber resulta de respostas a questionamentos que o ser humano se faz face àquilo que não sabe, não entende ou não consegue explicar. Resulta de sua curiosidade e da necessidade de apropriar-se do mundo natural e cultural de que faz parte, ou da necessidade de recriar esse mundo. [...] O saber é histórico e contextualizado, pois o ser humano é um ser inacabado e a realidade está sempre em movimento. Não é neutro, pois envolve escolhas sobre o quê, como, para que e para quem é produzido. Abrange o sujeito que conhece, o objeto a ser conhecido, o ato de conhecer e o resultado. O sujeito é o ser que se coloca na condição de responder às perguntas sobre o não conhecido; o objeto é aquilo que se deseja conhecer; o ato de conhecer é o caminho adotado; e o resultado é a resposta às perguntas feitas, ou seja, o conhecimento propriamente dito” (FISHER; FRANZOI, 2018, p. 208).

(2000), Zaidan (2003, p. 88) destaca o saber nas relações, afirmando que “[...] não há sujeito de saber e não há saber senão em uma certa relação com o mundo, que vem a ser, ao mesmo tempo e por isso mesmo, uma relação com o saber”.

A partir desses conceitos, o saber, então, estaria fundamentalmente ligado ao sujeito, a sua formação identitária e construção social, sendo também resultado das relações do homem com o mundo e com os outros homens, estando em constante transformação na sociedade. Desse modo, “[...] o *conhecimento* seria um *saber genérico*; ao passo que *saber*, um *conhecer-saber mais pessoal*” (RODRIGUES, 2012, p. 38, grifos do autor).

De posse dessas considerações, analisamos que o pescador artesanal, com base em suas experiências⁹⁰ do cotidiano, sabe o horário de pescar, a maré favorável, a embarcação e os instrumentos a utilizar para realizar uma boa pescaria. Rodrigues (2012) destaca que os pescadores da Z-16 produzem conhecimentos na materialidade de suas relações cotidianas, inter-relacionadas com suas atividades objetivas. Nesse processo também vão constituindo suas subjetividades, transformando-se em sujeitos sociais conhecedores de rios, peixes, da “vida das águas”, onde também tradicional e historicamente vivem e produzem o sustento de suas famílias, do trabalho da pesca, elementos que, assim, vão se forjando materialmente no cotidiano da vida do pescador:

Aqui [rio localizado em frente à sua localidade], o melhor horário pra pescar é à noite, porque de dia é muito barulho de motor e espanta o peixe, à noite você pega um casco um pouco grande, e de acordo com a maré a gente vai e pesca. Também tem que levar os materiais certos, se for uma malhadeira, uma rede aberta, um matapi, depende do que você quer pegar (PESCADOR 7).

Nesse sentido, os saberes do trabalho estão ligados ao sujeito pescador, sendo parte da construção do seu ser social, dada a especificidade do caráter humano de intervenção na realidade objetiva, antecipando-a, levando em consideração que a realização “[...] ou conformação de uma determinada matéria para produzir determinado resultado – requer um conhecimento de seu objeto, dos meios e instrumentos para transformá-lo e das condições que abrem ou fecham as possibilidades dessa realização” (VÁZQUEZ, 1968, p. 192). Nessa mesma perspectiva, o Pescador 7 afirma que “[...] hoje em dia pra pegar peixe tem que conhecer sobre essas técnicas, senão fica difícil pescar, ou seja, o pescador atua na realidade,

⁹⁰ Tomamos o conceito de experiência como sendo “[...] o movimento mesmo da gênese do saber e, por conseguinte, não podemos mais opor experiência e saber. Não encontramos mais as duas polaridades essenciais e essa tendência se prolonga naquilo que poderíamos chamar rapidamente, a práxis marxista e marxisante: é por intermédio da produção material que advém a fabricação, se podemos dizer, da experiência humana, a elaboração de seus saberes. Não é o conceito que faz experiência, posto que o que Marx critica em Hegel é que ele dá à experiência um sentido intelectual, idealista. Para Marx, a experiência não é aquilo em que se desdobra o conceito, a experiência é produção da história humana pela produção material.” (SCHWARTZ, 2010, p. 39).

conhecendo e agindo de forma concomitante, assim, os conhecimentos vão sendo produzidos e efetivados. Com isso,

[...] à medida que se efetiva a práxis humana transformadora, os conhecimentos vão sendo gerados, numa relação prospectiva e retrospectiva sobre o objeto, de modo que se projeta inicialmente o como se vai atuar sobre o objeto ao mesmo tempo em que se é afetado pela materialidade desse objeto, implicando reformulações de procedimentos anteriormente estabelecidos ou até abandono de uns em proveito de outros. (RODRIGUES, 2012, p. 39)

É nesse contexto da ação prospectiva e retrospectiva que se encontram os saberes sociais enquanto conhecimentos com caráter pragmático-revolucionário, não se tratando de atender apenas à atividade laborativa, incluindo nesta os saberes tácitos⁹¹, mas o que possibilita “[...] no interior das disputas de classe, a organização dos trabalhadores para pleitear direitos e construção de uma nova perspectiva de sociedade” (RODRIGUES, 2012, p. 39-40), como afirma o Pescador 3: “[...] por meio do nosso trabalho na pesca a gente aprende muitas coisas, a fabricar, tecer uma rede, e como filiado na colônia a gente passa a lutar também pelos nossos direitos, de defender o que temos aqui, ter esse conhecimento também que é muito bom pra nós”. No âmbito da produção destes saberes pelo trabalhador, Aranha (1997, p. 14) esclarece que:

O conhecimento tácito é adquirido pelo trabalhador tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral. É um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável, o que dificulta a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo. Não se limita apenas a elementos de resistência ao autoritarismo e superexploração no processo de trabalho, mas é também um conhecimento técnico transformado, ou seja, adaptado às condições concretas do trabalho executado, traduzido em gestos, expressões, sensações que delimitam o melhor procedimento quanto à execução da atividade e seu entendimento pelo trabalhador.

Com base em Grzybowski (1986), partimos do princípio de que os *saberes sociais* constituem um conjunto de conhecimentos produzidos pelos sujeitos no contexto da luta de classes para atender a seus interesses, sobretudo, para a fundamentação do processo de construção da luta contra-hegemônica. Assim, nesta pesquisa assumimos os *saberes sociais* e *conhecimentos* como expressões que têm correlação, no sentido de que os conhecimentos, as habilidades, o saber-fazer do pescador, constituem, mais amplamente, saberes.

⁹¹ “[...] elemento constitutivo da qualificação efetiva. [...] Ademais, a utilização do saber tácito acumulado dos trabalhadores pode envolver competências adquiridas inclusive fora do espaço do trabalho industrial, seja ao longo de experiência de vida em sentido amplo, ou de experiências de trabalho no setor terciário ou na atividade rural” (ACSELRAD, 1995, p. 56).

Schwartz (2010, p. 44) fala do saber da experiência como *saber investido*, pois são saberes “[...] que ocorrem em aderência, em capilaridade com a gestão de todas as situações de trabalho, elas mesmas adquiridas nas trajetórias individuais e coletivas singulares, contrariamente aos saberes acadêmicos, formais [...]”. Entretanto, o autor alerta para o fato de que “[...] se chamarmos esses conhecimentos investidos de saber, a articulação, a interfecundação entre esses dois tipos de saberes não é impossível já que esses saberes investidos são, eles também, saberes” (Ibidem, p. 44).

Saberes que são mobilizados diariamente pelos pescadores em suas comunidades, a fim de realizarem as suas atividades produtivas, como a atividade da pesca. Temos, como exemplo, a fala do Pescador 6: “[...] a pesca é o trabalho que realizamos todo dia, cada dia a gente vai usa um tipo de material, quando tá bom pra pescar a gente pesca, quando não a gente cria também uns xerimbabos, tem o açaí, o palmito, cuida do terreno, faz plantio de alguma coisa, e assim a gente faz”.

Essa perspectiva de entendimento abordada por Schwartz sobre a relação entre os saberes nos faz ampliar essa análise para além da inter-relação entre os saberes experienciais e os demais saberes. Compreendemos, com base em Schwartz (2010), que os saberes dos pescadores estão inseridos em um processo constante, dialético, contraditório, de ir e vir, de ampliação de conceitos, de (re)construção, fazendo parte do movimento da história. Essa dinâmica situa os saberes enquanto *práxis*, em uma perspectiva de interação e leva-nos a repensar a formação dos trabalhadores, seja ela inserida no âmbito do trabalho ou nas práticas de qualificação. Nesse viés, o aprender do trabalho também se revela enquanto *práxis* (VÁZQUEZ, 1968).

Apoiando-nos em Kosik (1976, p. 223), entendemos a *práxis* como a própria existência humana, ativa, que se produz historicamente, ela “[...] se articula com *todo* o homem e o determina na sua totalidade”, portanto, é tanto a objetivação do homem quanto a realização de sua liberdade, compreendendo além do momento *laborativo*, o momento *existencial*⁹². Como afirma Konder (1992, p. 115): a *práxis* “[...] é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos”.

⁹² Kosik (1976, p. 224) afirma que a *práxis* “[...] se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como ‘experiência’ passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana”.

No âmbito desta pesquisa, a *práxis produtiva* se revela como uma das formas da práxis, que Vázquez conceitua como:

[...] a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmam neles finalidades ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo (1968, p. 197-198).

Assim, afirmamos que os pescadores “são os sujeitos da práxis histórica” (Ibidem, p. 353), que agem social e conscientemente, criando a realidade humano-social, estabelecendo a sua relação com o mundo como totalidade, dominando o saber do trabalho não de forma fragmentada e isolada, mas de maneira total e ampla, como esclarece o Pescador 3: “[...] a gente faz tudo conforme vai aprendendo no trabalho, sabemos fazer esses materiais porque aprendemos a fazer aqui na pesca mesmo, e todos são usados pra pescar e tem dado resultado, né, porque pegamos o peixe” (PESCADOR 6).

Ressaltamos ainda que, por mais que os pescadores tenham acesso aos recursos tecnológicos ligados à pesca, há a prevalência da produção através dos saberes do trabalho, quando o entrevistado afirma que, “[...] mesmo que a gente compre algum material, [...] quase tudo é fabricado aqui por nós mesmos, porque também sabemos fazer, temos experiência” (PESCADOR 6). Portanto, a experiência se insere como uma produção histórica do pescador, por meio de sua *práxis produtiva*.

Identificamos, a partir das entrevistas realizadas e as observações *in loco*, que esses saberes dos pescadores estão inseridos para além da perspectiva pragmática, do imediatismo das suas necessidades existenciais, são essencialmente constitutivos da luta contra o capital. Nascendo também nesse processo de embate, como resultado às situações negativas vivenciadas no contexto de vida, a exemplo das associações criadas nas comunidades para a defesa dos recursos pesqueiros pós-UHE de Tucuruí, conforme esclarece o pescador:

A gente viu a necessidade de criar as associações para poder unir o pessoal nas localidades e a luta dar resultado, então a gente cria regras junto com os pescadores pra poder manter o peixe, porque depois da hidrelétrica ficou muito difícil a pesca, não tem quase peixe, por isso temos que cuidar do que ainda temos (PESCADOR 2).

Com base em Grzybowski (1986), Rodrigues (2012, p. 42) analisa que os saberes sociais “[...] constituem-se também em elementos de qualificação profissional dos trabalhadores, à medida que lhes possibilitam condições para, em articulação com o fazer do chão-de-fábrica ou de outras atividades produtivas distintas do ambiente fabril, imprimir

‘resistências’”. Nesse sentido, apresentam elementos inerentes à formação do pescador, na medida em que os educa no saber-fazer do trabalho da pesca. Neste aspecto, Villavicencio (1992, p. 7-8) afirma que:

[...] trabalhando, o trabalhador desenvolve o seu conhecimento. O saber-fazer emerge de uma relação técnica, se manifesta como variável determinante da eficiência produtiva, e nesse sentido, constitui um ponto de partida para análises de qualificação [...]. É necessário, pois, tomar em conta por um lado o processo de constituição do saber-fazer e, por outro, o funcionamento das redes de circulação do conhecimento técnico.

Desse modo, pressupomos que *conhecimento* e *saber* são expressões que permeiam as experiências dos pescadores, os seus saberes do trabalho, porque lhes garantem a realização concreta de suas atividades. Todavia, é preciso tratar essas questões com nuances para não nos “[...] privarmos, de uma parte ou de outra, de reservas importantes de eficácia industriosa, intelectual e social” (SCHWARTZ, 2010, p. 46). Para tanto, é preciso um aprofundamento no tratamento do uso desses dois termos, que não cabe analisarmos neste trabalho. No momento chamamos a atenção para o fato de que a separação entre as duas expressões pode arriscar a privação de uma análise maior de confrontação fecunda que eles podem oferecer (SCHWARTZ, 2010).

3.2 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE O “PESCANDO LETRAS” E OS SABERES DOS PESCADORES ARTESANAIS

A partir desse entendimento, identificamos que os saberes experienciais dos pescadores são saberes compósitos, nos quais se inserem conhecimentos e habilidades diversas que atendem a diferentes finalidades, emoções, conceitos, intenções, valores, etc., assim como qualificações e competências práticas que se revelam por meio do uso que o pescador faz de técnicas e recursos incorporados à sua ação nos processos de trabalho. Isso nos permite dizer que é um conhecimento técnico transformado (FERRETTI, 2002), em outras palavras, “[...] adaptado às condições concretas do trabalho executado, traduzido em gestos, expressões, sensações que delimitam o melhor procedimento quanto à execução da atividade e seu entendimento pelo trabalhador” (ARANHA, 1997, p. 14).

Nesse sentido, o Projeto “Pescando Letras” buscou articular seus objetivos no processo de alfabetização, aos saberes dos pescadores, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3: As inter-relações entre a formação no “Pescando Letras” e os saberes dos pescadores

Objetivos do Projeto “Pescando Letras”	Saberes dos pescadores
Articular o processo de alfabetização as experiências culturais dos pescadores.	“O projeto foi bom porque tinha relação com a nossa cultura aqui, com o nosso trabalho, quando a gente tinha alguma coisa pra fazer, uma reza, um evento, a gente mudava o dia da aula” (PESCADOR 6)
Formar com base no conhecimento da realidade de vida	“Aqui no projeto a gente pôde conhecer mais sobre nossa realidade aqui da região, a gente falava sobre barragem de Tucuruí, o que nos causou, porque a falta do peixe, a poluição do rio, essas praias no meio do rio, muito é por conta da hidrelétrica” (PESCADOR 4)
Articular os conteúdos ao cotidiano de trabalho dos pescadores	“A gente falava da matemática usando todo o convívio da pesca, da venda do açaí, do terreno, tudo a gente envolvia, cada atividade a gente associava a realidade... isso facilitava com que eles aprendessem” (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).
Fortalecer a participação dos pescadores no espaço da Z-16	“Com o projeto a gente foi participando mais da colônia, das coisas lá. Porque antes a gente tinha até vergonha de falar alguma coisa, pensava que tava falando errado, depois a gente foi ver que não” (PESCADOR 4)
Fortalecer a qualificação profissional	“A gente passou a conhecer mais sobre nosso trabalho, a importância que tem a pesca pra nós aqui, até melhoramos algumas técnicas, conhecendo outros materiais de pesca” (PESCADOR 7)
Fortalecer as organizações e coordenações de base representativas dos pescadores	“Com o projeto a gente passou a conhecer e se organizar mais. Criamos nossa coordenação que antes a gente não tinha, nós participava da coordenação do Itaúna de cima [...]” (PESCADOR 4).
Proporcionar aprendizado dos direitos	“A gente sabe que têm direitos, aqui a gente passou a conhecer mais sobre isso, nós temos o direito de ter uma vida melhor, ter as coisas, trabalhar, e nós lutamos pra isso” (PESCADOR 2).
Proporcionar vivências e práticas de cidadania	“[...] aprender a escrever o próprio nome é uma ação de cidadania e nós aprendemos aqui” (PESCADOR 6)

Fonte: Elaborado pela autora, dados de campo (2018).

A tabela apresenta elementos importantes de análise, nos quais o “Pescando Letras” buscou considerar tanto as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam, quanto a riqueza de saberes que produziam pelo trabalho, provenientes de sua cultura, em relação com a natureza. Essa interação possibilitou transformações tanto para o meio de existência, quanto para o

próprio pescador, pois “[...] o homem age conhecendo, do mesmo modo que [...] se conhece agindo. O conhecimento humano em seu conjunto integra-se na dupla e infinita tarefa do homem de transformar a natureza exterior e sua própria natureza” (VÁZQUEZ, 1968, p. 192).

Assim, ao buscarmos a especificidade da formação do pescador, identificamos sua convivência em outros lócus formadores, dentre eles o trabalho, o qual Arroyo (1989, p. 90) conceitua como sendo o “[...] verdadeiro *locus* da produção/formação do trabalhador”. Nesse campo de vivência, os trabalhadores da pesca adquirem ao longo da história saberes, valores, habilidades, competências que os permitem a existência. Estes conhecimentos e habilidades “[...] incorporados ao longo da trajetória profissional dos trabalhadores são utilizados nos processos de trabalho” (ACSELRAD, 1995, p. 56).

Nesse sentido, é importante considerar que, no aspecto metodológico do “Pescando Letras”, os pescadores reconheceram que os conteúdos seriam melhor compreendidos se estivessem relacionados às suas realidades de vida e às suas relações de trabalho. Conforme pode ser exemplificado na fala da professora:

Os conteúdos eram relacionados com a realidade. Lá, nos fazíamos o planejamento no final da semana, nos dias de sábado a gente reunia na Colônia, lá na sede com a professora orientadora, e a gente planejava, por exemplo, olha essa semana nós trabalhamos assim, então vamos mostrar, então todas as avaliações eram feitas na sexta feira pra gente ver durante a semana o que ele tinha alcançado naquele momento, naquelas aulas lá. Assim como uma aula que a gente envolve durante o planejamento do ano, a gente envolvia lá pra eles, cada atividade a gente associava a realidade. E, nesse diálogo, se aprofundava, era uma coisa daqui, uma coisa dali, um falava isso, “ah! eu não sabia que era assim”, “ah tá, eu já sei”, e assim ia, né, facilitava com que eles aprendessem (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

Essa inter-relação resultou, segundo os entrevistados, em ganhos para a formação dos pescadores envolvidos, instigando nestes maior interesse para com o Projeto e, por conseguinte, participação mais ativa nas aulas, mesmo tendo uma dinâmica de trabalho difícil, pois a busca pela sobrevivência tem exigido do pescador mais tempo no trabalho, sobretudo, na atividade da pesca, como afirma a entrevistada:

Esse projeto foi muito gratificante porque apesar de ser pessoas já com famílias, eles tiravam aquele momento, deixavam o descanso, sabe a vida do interior ribeirinho como é que é, sai a noite pra pescar de manhã tem que fazer a venda. Depois do almoço em vez dele descansar um pouquinho, não, ele pegava o caderno e ia pra escola, porque era algo que ele tava querendo mesmo aprender, pra querer sair daquele zero que ele tinha, e eles tinham vontade (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

Esse dizer da professora nos remete à análise de que os modos de existência do pescador ribeirinho são particularmente construídos em um processo contínuo de integração

de acontecimentos e vivências individuais e coletivas. No âmbito do caso em estudo, a formação aconteceu porque o sujeito pescador esteve em constante tentativa de integrar seus saberes, sendo concebido em sua totalidade vivente, capaz de “[...] encarar os encontros da vida e [...] fazer continuamente escolhas de uso de si mesmo” (SCHWARTZ, 2011, p. 57). Nesse viés, associamos a ideia de que o saber do pescador é o saber de um ser *ativo, consciente e objetivante*.

Com base nesses aspectos, pressupomos que as formas que assumem o processo educativo dos pescadores artesanais são históricas e a inter-relação dos seus saberes com a prática do Projeto “Pescando Letras” se cristalizou em uma perspectiva de educação que inter-relacionou *conhecimento e saber*, considerando que estes dialeticamente, fazem parte das relações sociais, culturais e educacionais dos pescadores, o que foi exemplificado na fala da professora entrevistada. Como também propõe Marx e Engels (1978 apud KUENZER, 2011, p. 197):

[...] combinando o ensino intelectual com o trabalho físico, articulando teoria e prática, através de uma formação politécnica que compense os inconvenientes da divisão do trabalho e que impedem ao trabalhador dominar o conteúdo e os princípios que regem seu trabalho e sua forma de existir.

Desse modo, consideramos nesta pesquisa, com base em Aranha (2003), que a existência humana é essencialmente uma relação contínua com o saber e o conhecimento. Logo, reconhecer que o pescador sabe, que ele produz saber e é capaz de adquirir novos conhecimentos é, antes de tudo, “[...] reconhecer a sua *dimensão humana*” (Ibidem, p. 106); e esse é também um processo que vai permitindo a sua qualificação, porque relaciona-se com sua trajetória profissional, no trabalho da pesca, como veremos a seguir.

3.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “PESCANDO LETRAS” PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA VOZ DOS TRABALHADORES DA PESCA

A qualificação⁹³ do trabalhador da Z-16 de Cameté ganha considerável importância quando analisada a partir da ótica desses sujeitos, uma vez que são os principais atores envolvidos no processo educativo da instituição. Nesse sentido, muitos projetos têm sido realizados pela Z-16 objetivando, dentre outros fatores, a qualificação profissional dos

⁹³ Villavicencio (1992, p. 1) faz suas ponderações destacando a dificuldade encontrada pelas diferentes áreas epistemológicas para chegar a um conceito plenamente aceito de qualificação profissional. O autor considera que esta categoria “[...] não pode ser compreendida como uma construção teórica acabada, mas, sobretudo, como um conceito explicativo da articulação de diferentes elementos no contexto de relações de trabalho, capaz de dar conta das regulações técnicas que ocorrem na relação dos trabalhadores com a tecnologia e das regulações sociais que produzem os diferentes atores da produção que resultam nas formas coletivas de produzir”.

pescadores, a exemplo do “Pescando Letras”, que buscou pautar-se em uma proposta educativa, em articulação com os saberes dos pescadores produzidos na materialidade da pesca artesanal, considerando que as qualificações dos trabalhadores “[...] evoluem em razão do permanente acúmulo de experiências concretas de trabalho e da aquisição de novos conhecimentos e habilidades, por vias formais ou informais” (ACSELRAD, 1995, p. 55).

Nesse sentido, compartilhamos a noção de que “[...] a qualificação do trabalhador é um processo histórico-social” (ARANHA, 1997, p. 17), que compreende a capacidade de trabalho construída no contexto e no conjunto das relações sociais vivenciadas em diferentes momentos e espaços de existência (MACHADO, 1996). Mais que isso, consideramos que “[...] o trabalhador, ainda que de forma assistemática, produz conhecimento, elabora um saber sobre o trabalho, que não é apenas constituído de noções de sobrevivência e relacionamento na selva competitiva do mercado de trabalho, mas que é também técnico” (ARANHA, 1997, p. 19). Acselrad (1995, p. 57), por sua vez, destaca a qualificação como um elemento da relação social:

Os conhecimentos e habilidades exercitados pelos trabalhadores na atividade produtiva não são um simples subproduto das técnicas utilizadas. A qualificação do trabalho é socialmente determinada, o que implica que, ao se desconsiderar seus condicionantes sociais, corre-se o risco de captar realidades meramente circunstanciais.

Portanto, a qualificação e os saberes presentes nela não se restringem àqueles obtidos na escola, mas são saberes essencialmente relacionais, adquiridos nos mais diferentes espaços e meios, já que “Na verdade a qualificação é mais um conjunto de relações e não um dado tangível da realidade” (ACSELRAD, 1995, p. 18). Assim,

[...] conceber, por exemplo, “formação de adultos”, “formação profissional” sem se interrogar sobre o que os “formandos” já construíram como saber em seu trabalho, e como esse trabalho sobre suas próprias competências inscreve-se em um projeto de vida, é contentar-se com uma certa esterilidade do ato educativo (SCHWARTZ, 2003, p. 29).

Essa postura epistemológica que reconhece e valoriza outro tipo de saber para além daquele já sistematizado e valorizado tem implicações na formação/educação do trabalhador. Entretanto, Aranha (2003, p. 106) chama atenção para o fato de que “[...] o conhecimento advindo do trabalho, portanto, é eivado de contradições e deve ser compreendido no contexto histórico mais amplo onde foi gerado”. Com base na autora reconhecemos que essa postura “[...] traz consigo uma visão ontológica, que reconhece o trabalhador como sujeito do

conhecimento e do saber. Implica reconhecer que esse adulto sabe e é capaz de aprender” (Ibidem, p. 106).

Assim, analisamos o trabalhador da pesca como sujeito de conhecimento e saber, sendo os saberes, contraditórios, porque estão em um movimento de construção e reconstrução, como movimento parte da história, conforme pode ser exemplificado na fala do Pescador 7: “[...] a gente vai se adaptando às mudanças que estão aí, e o projeto foi muito bom porque aprendi e lembrei outras coisas, né, como escrever, ler que a gente sabe que isso hoje em dia é fundamental”.

Nesse aspecto, ressaltamos que a classe trabalhadora historicamente “[...] não tem tido acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitiriam a elaboração do seu saber, uma vez que o monopólio desses mesmos instrumentos é um dos elementos através dos quais a classe dominante assegura sua condição de dominação” (KUENZER, 2011, p. 186). Além disso, o pescador esclarece que:

Veja bem, a gente nunca tinha estudado porque nós se criamos naquele tempo, o pai com a mãe da gente eles não davam valor ao estudo, se tinha uma aula, muita das vezes nós morava do lado de lá do Mará e tinha uma aula do lado daqui, tinha que ir pelo mato, não tinha barco, não tinha transporte, não tinha nada. Se na hora h a gente falasse: “Ah! Eu não vou na aula hoje, não dá pra mim ir”, a mãe ou o pai falava: “Tá bom, meu filho, não vai”, aí aquilo ia tirando aquela animação, e acontece que a gente ia se criando daquela maneira, só trabalho, trabalho, é por isso que naquela época tinha muitas pessoas que eram analfabetas, não sabiam assinar o nome. (PESCADOR 4).

Com base nos dados de pesquisa, identificamos que, independentemente da idade, do nível de escolaridade e do tipo de atividade produtiva desenvolvida, a educação formal é extremamente valorizada por todos os pescadores entrevistados. Além de ser vista como fundamental para a aquisição de conhecimentos, ampliação da visão de mundo, facilidade de aprender coisas novas, para resolver determinadas situações dentro e fora do ambiente de trabalho, ela é fortemente associada à construção de um futuro melhor, via a possibilidade de aquisição de um bom emprego, garantindo maior segurança para a sobrevivência.

Citando Tiriba (1998), Ribeiro e Froes ([s.d.], p. 6) analisam que esse processo de ensino ainda é necessário para que “[...] o trabalhador possa ter acesso aos instrumentos básicos para a aquisição e domínio da cultura e do conhecimento científico [...]”, em articulação com seus saberes do trabalho. No dizer de Rodrigues (2012, p. 160):

[...] sem se negar o valor da escola [...] esses trabalhadores pressupõem que a materialização de seus saberes de pescador em correlação com os saberes do universo escolar necessitam estar articulados com um fortalecimento da capacidade econômica, de modo que possam continuar, no exercício da pesca,

produzindo e ressignificando saberes e experiências, mediando-os com aqueles preconizados pela escola e com eles dialogando dialeticamente.

Além disso, os entrevistados destacam que, sem essas possibilidades propiciadas pela educação, pelo acesso ao conhecimento, os jovens pescadores sofrem com o preconceito de jovens mais escolarizados da “cidade”, também sofrem com as mudanças pelas quais passa o mundo ao redor e, mais especificamente, as mudanças que atingem o mundo do trabalho da pesca. Conforme podemos constatar nas falas a seguir:

O conhecimento escolar é muito bom, a senhora sabe que hoje em dia o que mais, o valor mais que nós temos é o estudo, aquele que não tem um estudo ele não tem um futuro nenhum. O estudo é tudo. Eu e minha esposa se criamos dessa maneira, analfabetos, que a gente não é burro, é analfabeto, porque por mais que a pessoa não saiba ler, ele tem outros conhecimentos qualquer. Mas os nossos filhos não, graças a Deus nós mandamos ensinar todos eles, tão formados, quase todos são empregados, os netos tão estudando também, nós temos na nossa família umas quantas pessoas que passaram no concurso, tem emprego pro resto da vida, e assim que é, né, tu ter a dedicação naquilo, no estudo. Aquele tempo que diziam que o estudo, ah não vai estudar porque filho de pobre nasceu pra trabalho, hoje em dia não tem essa coisa, a gente ver muitos filhos de pobre que são médicos, são engenheiros, a maioria [...] (PESCADOR 4).

Acho muito importante o ensino formal, é muito importante sim porque você aprende muita coisa que talvez não possa aprender em outro lugar, garante também um futuro melhor. A gente percebe às vezes que os nossos jovens daqui da comunidade sofrem preconceito quando vão pra cidade, porque muitas vezes não têm o estudo. Por isso, queria que tivesse mais vezes esse projeto pra dar oportunidade aos pescadores ter acesso a esse conhecimento, que a gente conhece a realidade, e muitos não tem condições de ir estudar em outros lugares (PROFESSORA DO PESCANDO LETRAS).

A falta do conhecimento muitas vezes prejudica, né, o trabalho, porque às vezes aquele pescador que sabe ler, conhece as coisas, já vai melhorando seus materiais, já compra outros melhores, e tu que não sabe, vai ficando pra trás, usando o que tem. Mas isso é mais pros jovens agora, a gente que já tem uma certa idade já é mais difícil [risos]. A gente vai ensinando o que sabe, mas a escola é muito importante (PESCADOR 6).

Ou seja, os pescadores compreendem que, no processo das relações de luta, não lhes interessa apenas o domínio de questões relacionadas ao contexto da pesca, mas também de outros saberes que lhes possibilitem elementos de enfretamento contra as ações de dominação desencadeadas pelo capital, e de fortalecimento socioeconômico, por meio de processos educativos também intercedidos pelas instituições de ensino formal. Nesse sentido, Kuenzer (2011, p. 190) destaca que, apesar de suas limitações, “[...] a escola é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber”.

Por outro lado, podemos constatar que a educação, no sentido amplo e no profissional, especificamente, se faz entre os pescadores na base do senso comum, da tradição oral e da prática, e é dele que os pescadores mais velhos se utilizam para a atividade da pesca e para as relações no interior do trabalho que desempenham, tendo esses saberes “[...] uma vocação a socializar-se, a transmitir-se” (ARANHA, 2003, p. 28). Logo, “[...] para além da escola, há de se buscar, no interior mesmo do processo de trabalho [...], os elementos que favoreçam a formação integral do trabalhador” (TIRIBA, 2008, p. 73-74).

Se tomarmos o caráter educativo do trabalho como eixo central, conforme Gramsci, os processos de formação dos pescadores pressupõem os saberes e fazeres do trabalho que cotidianamente desencadeiam, no contexto de suas produções, tanto nos espaços de atuação, sob a representatividade da Colônia Z-16, quanto nas organizações coletivas locais. Nesse caso, não podemos esquecer que, historicamente, os trabalhadores têm se tornado sujeitos protagonistas dos mecanismos de produção da existência, seja em termos sociais e culturais, em busca da manutenção de seus processos de trabalho e sobrevivência, seja de forma econômica, buscando fortalecer seus meios de (re)produção da vida, em uma lógica contrária à do capital.

Nesse sentido, no âmbito do “Pescando Letras”, a qualificação profissional se deu com o processo de interação, produção e socialização de saberes, construídos na dinâmica da prática educativa de formação junto aos pescadores. Mais especificamente, refletiu “[...] a mobilização dos saberes dos trabalhadores, resultado de experiências de formação e elaborações individuais e coletivas” (VILLAVICENCIO, 1992, p. 3). Essa dinâmica educativa envolveu as formas de organização social do trabalho, da construção de redes de intercâmbio e circulação de saberes, da capacidade dos indivíduos de construir linguagens, formas de comportamento, relações de enfrentamento, de negociação e de aliança, bem como os elementos que contribuíram, por meio das aprendizagens e da socialização ligadas às dinâmicas de trabalho (MACHADO, 1996).

Nessa perspectiva, os entrevistados apontam, de forma unânime, que o Projeto “Pescando Letras” contribuiu não apenas para o aperfeiçoamento das diferentes situações de trabalho, ensejando uma elevação do nível geral e individual de suas formações, mas também para a superação de suas limitações com relação à aprendizagem, instigando a busca nas suas possibilidades da qualificação por meio das atividades do Projeto, como afirma o Pescador 6: “[...] o projeto contribuiu muito, porque nós voltemos a conhecer mais as palavras, né, um

incentivo pra quem não sabia ler foi uma alegria grande. Muitas coisas que a gente tinha esquecido tornemos relembrar”.

Os depoimentos a seguir evidenciam as experiências dos pescadores via o Projeto, os quais apontam elementos relevantes no campo da qualificação:

Nós se criemos naquela época, assim como eu e minha esposa nós nunca tivemos oportunidade de estudar, ninguém sabia nada, ler, escrever e outras coisas, aí a professora do projeto veio conversou comigo, e eu aceitei participar. Aí no começo, sabe, a gente não conhecia praticamente nada, ela preparou uns cartazes colocou pela parede e tudo naquelas letras pra gente ir aprendendo. Eu pelo menos eu sabia a primeira letra do meu nome que era o B, mas de lá em diante eu não sabia nada. E aí [...] assim no começo eu achei que não, no primeiro dia de aula eu achei que não era, naquela época não era pra mim estudar mais, aí eu tava quase desistindo, mas depois eu fiquei pensando bem, eu disse poxa eu já passei muita vergonha por aí, tirando documento fazendo qualquer coisa, chegava na hora ter que colocar o dedo, aí a gente fica acanhado no meio de tantas pessoas, né. [risos] Nós ia assinar o seguro na colônia, coloca o dedo, aí eu disse, mais eu vou me interessar eu vou aprender menos saber meu nome, aí me dediquei, e vinha fazer minha venda na cidade e chegava lá tinha um quadro lá aí eu me dediquei primeiro a conhecer as letras, sabe, aí eu fui, fui até que quando **eu comecei a assinar meu nome**, assim copiando né, mas com poucos tempos eu aprendi a assinar sem assim copiar, olhar nada, e nem só eu aprendi como as outras pessoas também [...] (PESCADOR 4).

Antes do projeto a gente não sabia quase nada, eu não conhecia as letras, os números, e conforme foi as aulas, o estudo, eu fui conhecendo mais. Pra mim foi assim uma superação, porque eu não acreditava muito que eu ia aprender alguma coisa, e aprendi, **hoje eu assino meu nome**, conheço as palavras, assim, não dou conta de ler certas coisas, mas do que eu não sabia nada, hoje em dia eu já sei alguma coisa (PESCADOR 7).

A partir desses relatos, analisamos que o “Pescando Letras”, na forma como foi desenvolvido, apresenta elementos que corroboram com uma prática educativa voltada para a qualificação dos trabalhadores da pesca. Primeiro porque visou uma formação ligada ao modo de vida dos pescadores, levando em consideração os seus saberes construídos no trabalho, atentando-se para a coletividade das relações; segundo, porque o projeto aumentou a qualidade do sujeito, no sentido de que o pescador que não sabia ler e escrever passou a exercer tais atividades no processo de alfabetização, ampliando, assim, as suas capacidades cognitivas e operacionais. Como afirma o Pescador 2: “[...] o projeto foi muito importante porque hoje muitas pessoas já assinam o próprio nome, o que não acontecia antes. Escrever o próprio nome é o maior indício de cidadania e a Colônia de Pescadores Z-16 prima por isso”.

Pescador formado veio dizer que já tava com emprego, porque aquele projeto ajudou muito ele, na hora dele se empregar ele tinha já formação pra ele poder ter aquele emprego, então, contribuiu. Além disso, contribuiu com que eles sejam cidadãos mesmo, né, porque eu acho que isso que é importante. A gente procura envolver né, por exemplo, no dia da formação a gente procura trazer a família, né, pra família participar, né, que não seja só aquele negócio, ah que o

cara venha aqui, porque vai aprender a ler, não, é um processo também construído dentro da comunidade, com a família deles (PESCADOR 2)

No âmbito desta pesquisa, compreendemos a qualificação como uma categoria que envolve as diferentes dimensões do ser humano, associada ao aumento da *qualis*, isto é, da qualidade produtiva humana, no campo político, cultural, tecnológico, educacional, acontecendo tanto no âmbito das aprendizagens formais quanto nos processos de socialização internos e externos às situações de trabalho. Neste segundo aspecto, a qualificação independe de escola, porque é essencialmente cotidiana, abrangendo os contextos reais, onde os fatos acontecem. Desse modo, ela é consubstanciada pelas relações sociais, experiências e saberes construídos *no* e *pelo* trabalho. A fala do Pescador 4 é explicativa nessa afirmação, ao enfatizar que: “[...] a gente vai aprendendo no dia a dia, eu não tive condições de estudar na escola, então o que eu sei é da minha experiência, né, do trabalho, da vida aqui na comunidade”.

Vale ressaltar que analisamos a qualificação como um conceito oposto ao da capacitação, que está inserido no bojo das pedagogias tecnicistas, o qual não atende às amplas dimensões do homem, interessando apenas ensinar o sujeito a saber-fazer somente, “a ser capaz de”, com a realização de cursos voltados à instrumentalização para fazer tal coisa específica, constituindo o “trabalhador do resultado”. A capacitação, nesses termos, associa-se à perspectiva funcionalista defendida pelo capital, na qual “[...] a subjetividade é transvertida em atitudes e comportamentos sociais que passam a constituir, junto com atributos técnicos e cognitivos, o novo rol de ‘qualificações profissionais’ demandado pela empresa moderna” (FERRETI, 2002, p. 303), o que se agrega ao conceito de competência⁹⁴, que configura o novo paradigma produtivo⁹⁵.

Quando tomamos o “Pescando Letras” em sua análise prática junto aos pescadores, constatamos que ele apresenta mais indícios de qualificação do que de capacitação, porque se

⁹⁴ Hirata (1994, p. 128) remete sua análise à “[...] passagem das teses sobre a polarização das qualificações para o modelo de competência, indicando a importância que vem adquirindo a distinção entre qualificação formal da qualificação ‘tácita’ [...]”. De acordo com a autora, “[...] a modernização tecnológica estaria criando, de um lado, uma massa de trabalhadores desqualificados e, de outro, um punhado de trabalhadores superqualificados. [...] As novas tecnologias reforçariam a divisão do trabalho e a desqualificação da mão-de-obra” (Ibidem, p.131). Por outro lado, Araújo (1999, p. 7) diferencia esses dois conceitos afirmando que: “Competência e qualificação são duas noções que hoje concorrem. Não podem ser entendidas de forma abstrata, mas inseridas em seus contextos próprios. Estas duas noções, apesar de concorrentes, são dependentes uma da outra. Assim como a competência requer algum nível de qualificação para ser efetivada, esta pressupõe sempre alguma capacidade operativa real. A questão que parece se colocar é a posição que ocupa os saberes e as qualidades subjetivas, que resultem em capacidades operativas, em cada uma destas noções”.

⁹⁵ “[...] trata-se da capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, isto é, ser simultaneamente operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro” (HIRATA, 1994, p. 130).

coaduna com melhorias qualitativas no campo profissional e social desses sujeitos, por mais que possam ter tido diferentes interesses envolvidos na implantação do Projeto, considerando que ele abrangia não apenas a Z-16, mas também Entidades governamentais.

Por outro lado, identificamos que, assim como a qualificação, o termo capacitação é muito utilizado nas falas dos entrevistados, com relatos do tipo: “[...] entendemos que a questão da *capacitação* é importantíssima aqui, porque é preciso formar os jovens pescadores para avançarem o nosso trabalho” (PESCADOR 2, grifo nosso).

Não podemos desconsiderar que houve também algumas situações no Projeto em que a qualificação não avançou, como no caso relatado pelo Pescador 4: “[...] eu consegui aprender muitas coisas, só que a minha esposa realmente pra ela foi mais difícil, porque *ela acabou não entendendo nada mesmo, ela achou que não foi bom pra ela*, e acabou nem fazendo até o final”. Isso nos faz entender que o “Pescando Letras” implicou de diferentes formas na formação dos pescadores e os que não obtiveram sucesso tendem a ver o Projeto de forma negativa.

Todavia, há de se considerar que todos os entrevistados nesta pesquisa apontam ganhos qualitativos adquiridos por meio do Projeto, como a assinatura do nome e a possibilidade de buscar novas experiências, com a oportunidade de adentrarem outros espaços sociais, como afirma o Pescador 3: “[...] depois do projeto eu comecei a participar mais das reuniões, dos eventos na colônia, de outros espaços também que eu não ia, porque tinha, às vezes, receio de chegar e ter falar alguma coisa, agora tenho mais confiança”.

A partir da fala dos entrevistados, entendemos que a alfabetização, por meio da aprendizagem da leitura e escrita, qualifica o trabalhador, porque lhes possibilita o acesso a outros conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, que, quando adquiridos, passam a fazer parte do seu mundo de trabalho, imprimindo-lhes novas formas de enfrentamento às situações de vivência social. Isso é essencial, porque “[...] o nível de qualificação e de conhecimentos da população tenderá a influir na reorganização das políticas sociais e trabalhistas a que vamos assistir” (PAIVA, 2000, p. 55-56). Paiva destaca que, nesse panorama nebuloso em relação às profissões, nas quais emergem diferentes exigências educacionais, “[...] não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho [...]” (Ibidem, p. 56). No dizer do pescador:

O projeto contribuiu, contribuiu com a nossa qualificação, porque com ele nós aprendia muita coisa, além de ler e escrever. A gente compartilhava tudo que a gente sabia, coisas do dia a dia, sabe? E assim a gente aprendeu sobre como

melhorar o nosso trabalho e viver melhor, né? Porque a gente tem que mudar sempre pra melhor (PESCADOR 4).

Uma das mudanças mais significativas oportunizadas pelo “Pescando Letras” foi a possibilidade de os pescadores trocarem seus documentos, pois, na maioria deles constava o registro de analfabeto. É importante notar que nem todos fizeram esse processo, mas, de algum modo, obtiveram contribuições significativas nas suas formações, como pode ser evidenciado na fala do entrevistado para quem perguntamos sobre seu nível de escolaridade: “[...] eu fui alfabetizado pelo ‘Pescando Letras’” (PESCADOR 4). Mais expressamente, a professora enfatiza que:

O projeto contribuiu muito com a qualificação dos pescadores, inclusive tem um pescador que foi, depois do projeto, que se interessou a fazer, a tirar, a trocar o documento, o outro pescador, ele não conseguiu trocar o documento, ele já está aposentado, sabe escrever o nome dele, mas no documento ele tá como analfabeto, e também não mexeu dizendo ele que não ia mudar, aquela coisa que alguém vem e diz que vai dar errado, e o outro pescador foi o corajoso, mudou o documento, assinando já. Então, no projeto o nosso desafio era que eles saíssem daquele zero que eles estavam, eles estavam ali no zero, né, precisando mesmo é, como os jovens, esses jovens aí, que não sabiam, conseguiram escrever o nome, conseguiram tirar seus documentos, se filiar na Colônia, e eles conseguiram, alguns não conseguem muito ler, mas o que cada um aprendeu foi muito de sucesso pra eles.

Vale ressaltar também que a maioria dos pescadores, sobretudo os mais velhos, não continuaram os estudos com a finalização do Projeto, e nas entrevistas expressam que um dos motivos foi o trabalho da pesca, pelo qual buscam garantir a sobrevivência e manter a educação de seus filhos. O que evidencia a valorização da educação pelos pescadores mais velhos, como afirma a professora:

Da turma que trabalhei, todos conseguiram aprender alguma coisa, nenhum deles ficaram, desses 25, até mais porque tinham outros que participavam e não eram inscritos, não receberam o certificado, eles só eram ouvintes, e que foram também. Mas só que depois do projeto, muitos pescadores não continuaram o estudo, não avançaram, eles pararam mesmo porque praticamente quase todos eles, desses 25, eram pais de família sabe, e não teve esse avanço aí.

Com esses elementos podemos dizer que o “Pescando Letras”, mesmo tendo sido realizado em curto período de tempo, provocou mudanças na vida profissional e pessoal dos pescadores, ensejando-lhes novos conhecimentos e formas de enfrentamento da realidade. Isso é significativo do ponto de vista da ação educativa do Projeto, que intentou articular os conteúdos aos saberes necessários à (re)produção da existência, o que é de grande relevância para a qualificação do pescador e sua dinâmica de trabalho. Foi perceptível que os sujeitos aprenderam muito mais que a prática da leitura e escrita, porque utilizaram-se do Projeto para

fortalecer suas experiências, sobretudo, no campo da qualificação profissional, amplificando suas participações nas ações da Z-16.

Neste aspecto, a pesquisa evidencia elementos de análise que corroboraram com a melhoria de vida dos trabalhadores, tanto no espaço de trabalho, quanto na participação em outros espaços institucionais. Além de possibilitar-lhes a organização coletiva e individual, permitindo com que ampliassem a luta pelos direitos, conforme será tratado na próxima seção.

3.4 OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO RESULTANTES DO APRENDIZADO NO PROJETO “PESCANDO LETRAS”

Embasando-nos em Rodrigues (2012), afirmamos que os pescadores artesanais ligados à Z-16 de Cameté têm construído coletivamente processos de organização para a luta e defesa de seus interesses. Nesse sentido, vêm desenvolvendo historicamente um conjunto de conhecimentos sobre a organização do trabalho, que é consubstanciado pela própria dinâmica de autogestão vivenciada pelos pescadores dentro e fora do espaço da Z-16, “[...] implicando valores pautados no coletivo sobre o individual, na autonomia, na criatividade, no sentido de buscarem soluções diante dos problemas enfrentados no cotidiano de suas relações coletivas e na iniciativa pessoal” (Ibidem, p. 216).

Os projetos educativos criados para qualificar os trabalhadores da pesca têm se constituído também como elementos potencializadores de fortalecimento organizacional da categoria, principalmente pela possibilidade de acesso a diferentes experiências que permitem a defesa de interesses comuns. Nessa perspectiva, o Projeto “Pescando Letras”, por meio de sua prática educativa, possibilitou aos pescadores o acesso a conhecimentos referentes tanto ao contexto educacional quanto social em que vivem, provocando-lhes com isso, a organização coletiva e iniciativas individuais, que pode ser constatada pela criação de associações locais e pela maior participação dos sujeitos nos espaços e momentos de discussão da Z-16.

Essas contribuições oportunizadas pelo Projeto foram fundamentais para a auto-organização dos pescadores, pois buscou o envolvimento coletivo desses sujeitos no cotidiano de trabalho, no sentido de construírem formas cooperativas de reivindicar seus direitos, até mesmo dentro do espaço da Entidade. Como afirma o entrevistado:

Eu aprendi várias coisas nesse projeto porque a gente vivia numa situação que a gente não tinha conhecimento de nada e com esta aula daí pra frente nós fomos tendo conhecimento assim, de alguns direitos que a gente tinha até dentro da colônia. E a gente começou a ir em reunião cobrar muitas vezes da colônia certas coisas, eu entrei numa cooperativa da colônia, que eu paguei, era sócio e

nunca recebi nada de lá, eu paguei trezentos reais dessa cooperativa, aí eu via só o pessoal serem beneficiados e pra mim praticamente nada, aí eu passei a ir nas reuniões também e exigir meus direitos [...]. Nós não tinha a coordenação de pesca aqui na comunidade do Mará, nós participava da coordenação do Itaúna de cima, aí quando chegou um tempo, aí eu disse conversando com o pessoal da comunidade, eu disse assim: “Ah! Eu acho que nós podia exigir que a coordenação fosse de nossa comunidade, acho que nós temos direito”. Aí eu vim, nesse tempo era o Irácio o presidente da Colônia, eu vim aí e falei pra ele, eu disse olha eu quero uma coordenação da nossa comunidade, nós queremos separar do Itaúna de cima. Ele disse é um direito que vocês têm, vocês não têm a coordenação, porque nunca vocês exigiram. Mas nós vamos acertar com o pessoal aí, vamos marcar uma reunião e vamos lá na comunidade, e vamos escolher quem pode ser o coordenador ou coordenadora. A partir daí nós fomos conhecendo outras coisas, começamos nos organizar pra ter outras coisas, olhe veio projeto que já tivemos, projetos da Colônia, projeto do Incra, e outras coisas, criação de peixe, criação de frango [...] (PESCADOR 4).

Esse relato do pescador mostra o potencial organizativo que podem adquirir se lhes forem dados subsídios de fortalecimento de suas ações locais. O “Pescando Letras” se concretizou para os trabalhadores muito mais que um projeto de formação, foi também um mecanismo de luta de direitos. Vale notar que, mesmo fazendo parte da Z-16 e de seu movimento de luta, os pescadores artesanais nas suas comunidades se organizaram para a busca de direitos dentro da própria instituição. Como afirma o Pescador 4: “[...] a gente foi lutou na Colônia e conseguiu implantar nossa coordenação aqui”.

Esse processo de luta dos trabalhadores se torna em termos mais amplos, condição fundamental para não permanecerem na posição de subordinados e dependentes das condições opressoras do capital, refletidas, sobretudo, no seu mundo de trabalho⁹⁶. O empoderamento coletivo e individual também foi um fator de destaque adquirido pelo Projeto, nos quais os pescadores passaram a ressignificar suas lutas de acordo com seus interesses, à medida que o Projeto lhes possibilitou uma atitude política em favorecimento do coletivo, como foi com a criação de Associações, proporcionando-lhes, como afirma Vázquez (1968), uma perspectiva de formação voltada para a transformação social e que, no âmbito local, implicou em criar condições para a garantia e a melhoria da qualidade de vida dos pescadores, além do empoderamento político da entidade a que são filiados, conforme relata o Pescador 4.

No projeto tem outras coisas que eu entendi, também foi compreender muitas coisas mais, passei a ir em reunião, vir na reunião na colônia, aí aprendi também a falar certas coisas, eu chegava num lugar sentava e tinha medo de abrir a boca pra falar uma palavra, achava que tava falando uma palavra errada e quando não, é desta maneira que a gente consegue se desenvolver, é falando, por mais que se comece errado, mas um dia você vai pegar o jeito e vai falar coisas boas. Quando a gente criou a associação melhorou muito porque a gente passou a

⁹⁶ Cf. seção 1.2 desta dissertação.

trabalhar juntos pra buscar melhorias pra nós, passamos a participar mais da colônia com isso.

A maior participação nos espaços de discussão da Z-16 é apontada pelos entrevistados como um dos benefícios do Projeto, pois, a partir do momento que passaram a adquirir outros conhecimentos para além dos referentes à atividade da pesca, começaram a compreender outras situações que poderiam estar fortalecendo e viabilizando para melhor atender suas necessidades. Portanto, alguns elementos de organização dos pescadores foram fortalecidos a partir do aprendizado no “Pescando Letras”, entre os quais podemos citar:

- 1) *O fortalecimento das relações de trabalho* – a participação dos pescadores no Projeto fortaleceu as suas relações de trabalho e de produção, revitalizando as ações de luta e organização a nível local. Como afirma o Pescador 4: “[...] o projeto nos fortaleceu, passamos a conversar mais, e daí fomos nos organizando”.
- 2) *Criação de associações locais de pescadores* – o “Pescando Letras” possibilitou aos sujeitos a organização por meio da criação de associações, sendo mobilizadas em várias comunidades de abrangência da instituição.
- 3) *Acesso a outros projetos da Z-16* – a possibilidade de organização ensejou nos pescadores o conhecimento e a busca de acesso a outros projetos da instituição, tanto no âmbito da economia produtiva, como os relacionados à criação de peixes, frango, produção de palmito, de mel, de açaí, quanto nas formações educativas em áreas de manejo de açazais, piscicultura, acordos de pesca, associativismo, entre outras. Amplificando, assim, seus conhecimentos e práticas laborais.
- 4) *Iniciativa individual e coletiva na luta pelos direitos* – os pescadores entrevistados afirmam que, com o Projeto, tiveram mais iniciativa para a busca de seus direitos dentro da Z-16. Nas palavras do Pescador 4: “A gente se acomodava, porque muitas vezes não tinha aquele conhecimento de que a gente podia se organizar e ir lá exigir, muitas coisas eu passei a cobrar depois do projeto”.

Esses elementos levantados a partir dos dados das entrevistas constituem-se em mecanismos potencializadores de organização que qualificou a luta e a formação política dos pescadores na relação com a Z-16, fortalecendo, assim, a fração de classe. Nesse sentido, a formação via Projeto foi fundamental para a significação e ressignificação de saberes, que, quando vistos em uma ótica mais ampla pelos pescadores, serviu-lhes de ferramenta mobilizadora para a busca de melhorias das suas condições de vida. O elo norteador dessa articulação se deu nos momentos propiciados pelo “Pescando Letras”, “[...] que a gente

conversava sobre tudo, buscava nas aulas nos reunir também pra discutir outras coisas, sobre nossa comunidade” (PESCADOR 4).

Vale notar que esse processo não aconteceu de um dia para o outro, ou seja, ele é fruto de paulatinas lutas que historicamente vêm sendo construídas pelos pescadores. Por isso, o Projeto contribuiu no sentido de alimentar e fortalecer a organização, possibilitando o acesso a outros projetos tanto da Z-16 quanto de outras instituições, como afirma a professora entrevistada:

O projeto ajudou na organização dos pescadores, até no trabalho mesmo. Além desse projeto houve muitos que vieram depois através da colônia como orientadores para criações de peixe, essas pessoas vieram orientar, tanto que o Inbra também fez esse projeto, como a Colônia também. A Colônia mandou quando foi pra eles começarem a cavar o poço aqui no interior, na várzea, esse também foi um dos projetos, uma das iniciativas que também ajudou muito.

Esse processo de organização dos pescadores via Projeto evidencia que há certa autonomia destes com relação ao movimento maior de luta desencadeado pela Z-16, em que esta se articula a outras organizações sociais que defendem também os interesses dos trabalhadores. Essa dinâmica coletiva da instituição se expressa na fala do Pescador 1, quando afirma que: “[...] nós buscamos parcerias porque a gente sabe que uma entidade sozinha ela não representa muita coisa”. Mais explicitamente, outro entrevistado esclarece que:

Nós temos uma relação direta com os movimentos sociais, né, primeiro nós se organizamos entre colônias, pois existem também sindicatos e associações e que tem federações, né, tanto dos sindicatos, associações colônias e que a gente tá agregado a uma central de trabalhadores pra que a gente possa tá junto pra gente fazer as nossas reivindicações. Numa certa forma antes e agora a gente sempre foi atrelado aos movimentos sociais, porque entendemos que é daí que surge as propostas, daí que surgem as lutas, então, sozinhos nós não caminhamos muito tempo não, né, nós precisamos da ajuda dos outros, nós precisamos da ajuda da academia, etc., né. (PESCADOR 2).

No âmbito da organização local dos pescadores, a Z-16 tem atuado em 94 localidades, chamadas de *coordenações de base*, sendo que em cada uma das localidades atendidas há um coordenador responsável por toda a dinâmica, funcionamento e organização dos pescadores filiados. Esses coordenadores cumprem um papel importante, pois são considerados lideranças e mediadores das ações de formação da Z-16, uma vez que, em muitas situações, são responsáveis em receber as informações na instituição para compartilhar com os outros pescadores nas suas comunidades de origem, assumindo a função também de multiplicadores, conforme fica evidenciado na fala do Pescador 1, a seguir:

A formação de coordenadores é muito importante, nós tinha dois cursos por ano, né, e visita nas coordenações de base, eu fazia uma ou duas visitas por ano nas

coordenações de base, era uma reunião que nós fazia em cada localidade, né, isso nós ia levar os projetos, anunciar os projetos, e também fazer a conscientização através das palestras que a gente fazia.

No “Pescando Letras”, o coordenador assumiu uma função representativa fundamental no processo de execução do Projeto, pois era o responsável em mobilizar e organizar os pescadores para que as ações pudessem acontecer. Entendemos que essa representatividade do Movimento, ligada às comunidades de base, potencializa a participação dos pescadores nos diferentes espaços de discussão, que são instrumentos reais de fortalecimento sócio-organizacional, uma vez que, “[...] para a força do movimento, a união e a mais ampla participação são fundamentais” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 60). Nesse sentido, a luta dos trabalhadores da pesca reside na possibilidade tanto da organização interna de sua estrutura quanto na unidade com as lutas de outros trabalhadores inseridos nos mais variados espaços sociais, do contrário, o movimento se torna fragmentado, localizado e particularizado.

É importante notar que, a partir do Projeto, outros pescadores e pescadoras puderam também se mobilizar para a escolha de seus coordenadores, como relata a professora:

O Projeto foi incentivador pra nós, porque nessa época depois desse projeto eu me tornei coordenadora da Colônia, fui escolhida para representar os pescadores aqui da comunidade, só que, quando foi em 2013, eu saí, entreguei pra uma outra pessoa a coordenação e voltei pra escola que até hoje eu estou.

Assim, a formação no “Pescando Letras” se tornou uma ferramenta também de organização dos pescadores, porque instigou nestes a formação política, ampliando sua autoconsciência crítica, quando, por exemplo, passaram a exigir direitos dentro da Z-16. Isso contribuiu de forma qualitativa tanto no processo de formação quanto na atuação dos pescadores, considerando que “[...] uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Na Z-16, esse processo de organização é envolvido por tensionamentos, conflitos, contradições, avanços, retrocessos, embates e interesses, que, de acordo com Gramsci (1978), são fatores inevitáveis. Por outro lado, a organização é fundamental para manter viva a dinâmica da instituição, a sua concepção ideológica e posição política junto aos trabalhadores. No caso em estudo, a condução dos pescadores artesanais por seus dirigentes ao longo da história foi vital para que a instituição pudesse ser hoje a representação ativa desses pescadores e de seus direitos. Todavia, consideramos, com base em Thompson, que esse processo de organização dos pescadores ainda se constitui como um *fazer-se* da fração de classe, em uma dinâmica contínua de busca da formação da *classe-para-si*.

CONCLUSÃO

A pesquisa ora exposta buscou responder ao seguinte questionamento: como o processo formativo de pescadores artesanais da Z-16 de Cametá, por meio do Projeto “Pescando Letras”, contribuiu para a qualificação profissional e os processos de organização dos trabalhadores da pesca que participaram do referido projeto? Tomamos os saberes da pesca como elemento fundamental nessa investigação por compreendermos, com base no materialismo histórico-dialético, que o pescador artesanal produz seu saber sobre o trabalho na relação com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo, o que é a base de sua formação e objetivação humana na sociedade.

A pesquisa pautou-se na análise de dados empíricos obtidos na pesquisa de campo, junto a sete sujeitos que participaram desse Projeto da Colônia Z-16 de Cametá, e foi correlacionada com discussões teóricas. Recorremos à análise de conteúdo como técnica de interpretação dos dados, por ela oferecer a análise através de inferências de Categorias de Conteúdo e de Unidades de Registro, estando articuladas às Unidades de Contexto que dão significado aos dados produzidos. Por meio de mediações que compreendem a parte e a totalidade do objeto pesquisado, buscamos desvendar o oculto presente no contexto de análise, materializando as categorias provenientes das falas dos sujeitos entrevistados.

No decorrer do trabalho, deparamo-nos com dois desafios relacionados à escrita do texto: o primeiro, diz respeito ao envolvimento da pesquisadora com a temática da pesquisa, durante a qual precisou fazer o exercício contínuo de afastamento do objeto, para poder compreendê-lo em sua concreticidade; mas esse envolvimento também trouxe, por outro lado, benefícios em alguns momentos, facilitando, por exemplo, a relação com os pescadores. O segundo desafio, relacionado à indisponibilidade de materiais sistematizados sobre o Projeto “Pescando Letras”, justamente por não haver esses dados registrados no arquivo da Z-16 de Cametá. Assim, foi preciso estabelecer outras estratégias de levantamento de dados, que foi possível com a obtenção das entrevistas e a comparação destas com informações disponíveis no informativo “A Voz do Pescador”, da referida instituição.

A partir do que foi proposto no trabalho, chegamos aos seguintes resultados.

No âmbito educativo, a formação do trabalhador da pesca é construída em meio à produção e às relações de produção de sua existência, estando essencialmente vinculada à constituição do ser pescador, um ser ativo, que transforma o meio ao mesmo tempo em que é transformado por ele, numa relação dialética de (re)construção de saberes pelo trabalho material que desenvolve. A pesquisa revela que há diferentes lócus formativos dos

pescadores, dentre eles, o trabalho, pelo qual produzem saberes necessários para o manejo da pesca, não sendo esta a única atividade produtiva que exercem. Constatamos que as formas de produção não se constituem apenas como meio de vida, mas como a própria objetivação destes trabalhadores. Assim, compreendemos que a educação vai além do âmbito escolar, estando presente em todos os processos que envolvem a formação da consciência e a produção da subjetividade dos sujeitos, abrangendo o conjunto das relações sociais.

Tendo em vista esse contexto social, evidenciamos que as metamorfoses no mundo do trabalho da pesca artesanal têm interferido nos processos de trabalho e de formação dos pescadores, mas, em decorrência disso, esses sujeitos produzem saberes que se contrapõem aos interesses do capital, mantendo suas economias produtivas na base do valor de uso, o que relaciona-se com o saber-fazer do trabalho, transformando seus modos de vida de acordo com suas necessidades. Nesse viés, a pesquisa revela que essas transformações, sobretudo no âmbito tecnológico – como a construção de tanques escavados e de fossas sépticas, a implantação de energia elétrica, entre outras –, que objetivam a melhoria das condições de existência do trabalhador nas suas comunidades ribeirinhas, são criadas pelos próprios sujeitos, a partir de iniciativas coletivas e individuais e não pelo Estado, afirmando-se, assim, a ausência de políticas públicas direcionadas não apenas à categoria de pescadores, mas às populações do campo de modo geral.

Nesse sentido, consideramos que, por meio da luta de classes, esses trabalhadores vão metaforizando o sentido de vida, buscando na contra-hegemonia mecanismos que os permitam fazer valer seus interesses, isso pode ser constatado quando os pescadores passaram a se organizar na defesa de seus direitos, redefinindo saberes que lhes possibilitaram a resistência após os impactos da UHE de Tucuruí, como, por exemplo, com a criação dos Acordos de Pesca e de Associações locais. Isso confirma a tese de que o Estado, através de suas instâncias governamentais, não tem dado conta de dominar todos os processos de formação dos trabalhadores, estando em constante contradição, o que abre caminhos possíveis para a atuação de organizações sociais na luta e defesa da classe trabalhadora, a exemplo da Z-16, que tem buscado atuar na melhoria da realidade dos pescadores filiados a ela no município de Cametá.

Identificamos que a educação na Colônia Z-16 é considerada um fator fundamental de politização e conscientização dos sujeitos pescadores, acontecendo e estando presente muito antes de estes se filiarem à Entidade, pois pressupomos que ela é um conceito inerente à existência do homem, tendo com este uma relação umbilical. Aqui os processos educativos,

incluindo, nestes, o trabalho, constituem a própria formação humana, sendo que esta se materializa no movimento de participação, de discussão, de debate, de interação, de articulação no contexto da organização maior da Z-16, à qual fazem parte os pescadores.

Assim, a educação é a própria formação que se dá no percurso de vivência coletiva, nas formas de sociabilidade, nas relações de trabalho, nos encontros, reuniões, palestras, passeatas, projetos educativos e diálogos organizacionais, assumindo uma prática educativa dentro e fora do espaço da Z-16. Essa formação se constitui como uma ação vital da instituição, pois, na essência, é o seu sustentáculo ideológico que mantém vivo e firme seus princípios educativos na história. O que confirma uma das hipóteses desta pesquisa de que o próprio movimento de luta dos pescadores da Z-16 é educativo, uma vez que lhes possibilita a materialidade formativa construída em constante interação com o meio histórico-social, apontando elementos que permitem mudanças mais amplas na sociedade.

No entanto, é preciso considerar que essa educação, juntamente com os projetos de formação dos trabalhadores, caminha de mãos dadas com um determinado projeto societário e, para que estes obtenham resultados favoráveis à categoria, é preciso pensar a construção de um projeto contra-hegemônico que aponte para a emancipação dos que vivem do trabalho. Com base nisso, identificamos que as escolhas da Z-16, na história, assinalam para a realidade dos pescadores, sendo tomada e direcionada por estes trabalhadores. Todavia, esse fator é uma construção permanente na história, a qual, de acordo com Gramsci, não se realiza sem que haja conflitos, contradições, interesses e intencionalidades, portanto, é um processo que se constitui no *fazer-se* da fração de classe.

A pesquisa revela que as lutas que se travam para com a formação dos trabalhadores fazem surgir interesses tanto destes quanto do capital, mas que é uma luta pela qual os trabalhadores vão afirmando suas identidades, modos de vida e trabalho, muito porque esses sujeitos mantêm suas formas de produção existencial, que requerem não uma formação parcializada ou fragmentada, mas humana, plena e integral, tendo o trabalho como elo norteador e, em termos gramscianos, visto como princípio educativo, que educa na medida em que faz parte do cotidiano desses pescadores.

Essa perspectiva de entendimento compreende a formação, e inserida nesta a qualificação, como uma construção e relação social, que se estabelece entre os pescadores por via de práticas educativas que os formam em diferentes momentos e espaços de vivências. Assim, analisamos que o Projeto “Pescando Letras”, realizado em 2006, pela Colônia Z-16 de Cameté, em parceria com o MEC, o FNDE e a SEAP – Gerência Regional Norte, através do

Projeto SESI – Por um Brasil Alfabetizado, se efetivou como uma proposta atrelada às relações sociais dos pescadores e seus processos de trabalho, levando em consideração as suas experiências e os conhecimentos produzidos ao longo da história, o que permitiu a aprendizagem vinculada aos fatores ligados à elaboração e socialização individual e coletiva de suas experiências concretas, tornando possível o acesso ao saber.

A pesquisa mostra que houve uma inter-relação dos saberes dos pescadores com a dinâmica do Projeto, quando os entrevistados afirmam que a formação considerava a realidade e os seus modos de vida, sendo realizada em suas comunidades ribeirinhas. Os dados apontam que os conhecimentos sobre os rios, as marés, os recursos pesqueiros, a vida das águas, remetem a um saber técnico do pescador, que, ao ser fomentado por outras práticas de aprendizagem, contribuem para a melhoria das técnicas de trabalho, amplificando os seus conhecimentos na atividade produtiva e organizacional. Assim, foi fundamental considerar, no âmbito desta pesquisa, o uso dos conceitos *conhecimento* e *saber*, como expressões correlatas, pois fazem parte do contexto histórico de formação desses trabalhadores, não podendo, portanto, serem vistos apartados das suas relações sociais mais amplas.

Ao analisarmos o “Pescando Letras”, identificamos que a proposta de educação da Z-16 não se resumia apenas à alfabetização de *per si*, mas na possibilidade de fortalecimento da categoria. Isso ficou mais evidente quando buscamos compreender o Projeto a partir da ótica dos pescadores que participaram de sua realização. Os dados mostram que os pescadores se apropriaram desse Projeto para fortalecer a qualificação profissional e seus processos de organização a nível local, criando Associações e amplificando sua participação nas discussões da Entidade.

Do ponto de vista da *qualificação profissional*, o Projeto ensejou nos pescadores uma melhoria qualitativa no aspecto educacional, quando lhes possibilitou o acesso ao conhecimento por meio da alfabetização, conforme revelam os dados de pesquisa. Isso foi possível porque houve uma inter-relação de saberes que se coadunou com as experiências concretas dos sujeitos. Além disso, a pesquisa revela que o Projeto possibilitou o empoderamento político da Entidade a que os pescadores são filiados, instigando nestes uma atitude política em favorecimento do coletivo, quando os sujeitos se organizaram para criar Associações locais, abrangendo uma formação também voltada para uma perspectiva de transformação social, que, em âmbitos locais, implicou em criar condições para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Em termos gerais, o Projeto “Pescando Letras” contribuiu para a qualificação dos pescadores na medida em que se firmou como uma proposta de educação transformadora, apresentando mais indícios de qualificação, opondo-se, dessa forma, ao conceito de capacitação que, sob outro aspecto, objetiva uma educação unidimensional e estritamente técnica, pela qual o capitalismo reproduz suas formas de opressão e alienação, desconsiderando a dimensão intelectual na formação do trabalhador.

Pelo contrário, a pesquisa aponta as várias nuances que foram possíveis através do “Pescando Letras”, dentre elas: a ampliação da visão de mundo, principalmente no que tange ao trabalho e ao poder de participação; a potencialização e socialização de saberes; a interação com a realidade, possibilitando análises e reflexões críticas; a apropriação do saber tanto para atuação na Z-16 quanto para as pequenas lutas de organização local; os subsídios de qualificação para o trabalho, dentre outras. Portanto, o Projeto buscou envolver mais amplamente os segmentos sociais, culturais, políticos e educacionais que faziam parte do contexto onde os pescadores estavam inseridos.

Do ponto de vista organizacional, a pesquisa revela que o “Pescando Letras” corroborou os processos de organização dos pescadores ao possibilitar-lhes, por meio do diálogo, a criação de Associações em prol de seus interesses, conforme relatado pelos entrevistados da comunidade de Mará. Além disso, os pescadores passaram a ter um conhecimento maior sobre seus direitos dentro da Entidade, buscando, de forma coletiva e individual, o acesso a esses direitos e a outros benefícios sociais voltados para a categoria.

Identificamos que a organização local dos pescadores, por meio das coordenações de base, é fundamental para a manutenção da Z-16 e seu processo educativo. Todavia, notou-se que essa organização da Entidade encontra-se atualmente fragilizada, com o estabelecimento de relações, sobretudo via *Seguro-Defeso*, isso porque se vive uma conjuntura marcada pela negação e pelo bloqueio das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores, exigindo cada vez mais esforço e conscientização coletiva, o que nem sempre é possível considerando as diferentes opiniões e interesses.

Mas isso não significa que os pescadores estão acomodados e passivos, e a luta continua mesmo que em ritmo lento. As demandas e tentativas são feitas, os projetos são discutidos e elaborados e a organização na defesa dos direitos permanece viva, ainda que a realidade seja desfavorável aos direitos dos trabalhadores. Isso se confirma quando o entrevistado revela as propostas e estratégias futuras que pretendem desenvolver para a educação dos pescadores e pescadoras filiados.

Dessa forma, no que se refere ao “Pescando Letras”, os dados revelam que o Projeto se materializou na formação dos pescadores, através de uma metodologia diferenciada, a qual pautava-se na cultura do trabalho do pescador, possibilitando-lhes a criação de mudanças que, paulatinamente, foram sendo efetivadas na sua vida pessoal e social. Ao considerar a materialidade da vida ribeirinha, o projeto se efetivou como uma ação transformadora, que, em termos sintéticos, permitiu um processo orientado sob o controle dos próprios pescadores, estabelecendo, dessa forma, certa autonomia com relação ao trabalho. Porém, isso ainda é um elemento constitutivo, e a pesquisa indica que os pescadores são consideravelmente dependentes das ações do Estado e de outras organizações sociais, como igrejas, colônias e organizações não governamentais, estando em contínuo movimento de construção da *classe-para-si*.

Não obstante, mesmo apresentando dados positivos com relação à sua execução, o “Pescando Letras” não cumpriu com o seu objetivo de erradicar o analfabetismo entre os pescadores da Z-16, pois, de acordo com os dados obtidos, alguns pescadores não obtiveram sucesso no Projeto, que teve um período curto de duração. Entretanto, a experiência foi válida do ponto de vista da formação, abrindo outras possibilidades aos pescadores, como no âmbito da qualificação profissional e dos processos de organização, que foram por eles adquiridos e fortalecidos.

Consideramos ainda que o “Pescando Letras” foi uma janela de possibilidades, que permitiu a muitos pescadores voltarem a ter acesso a outros conhecimentos, distintos dos que já possuíam sobre o trabalho. Mais que isso, fez com que se organizassem, na busca de melhorias para as suas condições de vida. A frustração pela paralisação do Projeto e o anseio pela sua continuidade por parte dos pescadores entrevistados revela que ele foi bem aceito e, de alguma forma, estava produzindo mudanças positivas no contexto de vida desses trabalhadores.

Assim, avaliamos que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, porque conseguimos fazer a análise do objeto relacionando-o com as discussões teóricas, o método e os dados produzidos. Não foi uma tarefa fácil, mas constituíram-se em diferentes momentos de produção, envolvimento, relações e troca de saberes com os pescadores.

As observações e os dados da pesquisa revelam que a luta desses trabalhadores continua viva na história, e a historicidade da Z-16 mostra que os pescadores têm um potencial organizativo que se fortalece quando os sujeitos têm acesso a diferentes processos de formação, na prática educativa realizada dentro e fora da Entidade. Portanto, torna-se

fundamental a instituição fomentar e criar, cada vez mais, processos formativos, em uma perspectiva de educação inovadora direcionada para os pescadores e que levem em conta suas atuações ao longo da história. Constatamos que “uma visão míope” desses fatores pode obscurecer as possibilidades que a compreensão mais ampla pode oferecer.

Assim, a construção de um projeto societário pela Z-16 só se viabiliza se os pescadores estiverem lutando conscientemente na defesa de seus interesses, estes contrários aos do capital. A luta não pode dar-se por via de mão única, pelo capital, por isso os trabalhadores precisam estar em constante processo de formação e também realizar ação humana organizada para que as conquistas sejam objetivadas. O desenrolar se confirma pelo fato de que, “Felizmente, os seres humanos continuam construindo a história!” (FRIGOTTO, 1999, p. 207).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Trabalho, qualificação e competitividade. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n. 65, jan./mar. 1995.

ARANHA, A. V. S. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 2, ago./dez. 1997.

_____. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Trabalho & Educação**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

ARAÚJO, R. M. de L. O marxismo e a pesquisa qualitativa como referências para investigação sobre educação profissional. *In: Relatório de Pesquisa do Projeto de Pesquisa “Práticas Formativas em Educação Profissional: em busca de uma didática de educação profissional”*, financiada pelo CNPq, 2007. Disponível em: <http://www.ufpa.br/ce/gepte>. Acesso em: 06 set. 2017.

_____. Competência e qualificação: duas noções em confronto, duas perspectivas de formação dos trabalhadores em jogo. Trabalho aprovado pelo Comitê Científico da 22ª Reunião Anual da ANPED – GT Trabalho e Educação. Caxambu-MG, 1999. Mimeo.

ARROYO, M. G. O direito do trabalhador à educação. *In: GOMES, Carlos Minayo et al. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. Pedagogia das relações de trabalho. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 2, ago./dez. 1997.

_____. Pedagogia em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRA, J. D. F. **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BENITE, A. M. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Ibero-americana de Educação**, n. 50/4, sept. 2009. Acesso em: 27 nov. 2017.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Programa Pescando Letras: Proposta Pedagógica para a Alfabetização de Pescadores e Pescadoras Profissionais e Aquicultores e Aquicultoras Familiares**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Subsecretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca, Diretoria de Desenvolvimento da Pesca Coordenação Geral de Pesca Artesanal, 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cametá: Acordos de Pesca — uma alternativa econômica e organizacional**. Brasília, DF: MMA, 2006. (Série Sistematização, Revista II. Subprograma Projeto Demonstrativos A, PDA)

_____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 23 abr. 2018.

_____. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 24 out. 2017.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. São Paulo: Zahar, 1981.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNOY, M. **Educação, economia e Estado: base e superestrutura: Relações e mediações**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ. **Informativo: Voz do Pescador**. Disponível em: <http://coloniadecameta.blogspot.com/2010/01/projeto-pescando-letras-construindo.html>. Acesso em: 09 jan. 2019.

_____. **Estatuto Social**, reformado no dia 31 de março de 2014, adequado ao novo Código Civil Brasileiro, instruído através da Lei 10.406 de janeiro de 2002 e alterado pela Lei 11.127 de junho de 2005. Cametá, PA: Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, 2014.

CORRÊA, R. N. G. **Práxis produtiva e processos de constituição de identidade de pescadores artesanais da Amazônia Paraense: o contexto da Colônia Z-16 de Cametá**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2018.

COSTA, G. da S. **Desenvolvimento Rural Sustentável com Base no Paradigma da Agroecologia: estudo sobre a região das Ilhas de Cametá**. 2006. Dissertação (Mestrado em

Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DIAS, S. C.; TAVARES, F. B.; CORDEIRO, Y. E. M.; CORDEIRO, A. L. de M. Os acordos de pesca na perspectiva da Educação Ambiental Transformadora: um estudo de caso da comunidade de Pacuí de Baixo (Cametá-PA). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jul./sept. 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/pacui.html>. Acesso em: 09 jan. 2019.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítimas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FERRETTI, C. J. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 299-306, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 dez. 2018.

FISCHER, M. C. B.; FRANZOI, N. L. Experiência e saberes do trabalho: jogo de luz e sombras. In: MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação**, Uberlândia, 2018.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

FRANZOI, N. L.; FISCHER, M. C. B. Saberes do trabalho: situando o tema no campo trabalho e educação. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, 2015.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397>. Acesso em: 27 jun. 2017.

FREITAS, C. E. de C.; RIVAS, A. A. F. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental. **Amazônia/Artigos**, [s.d.]. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a14v58n3.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMEZ, C. M. *et al.* **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

FURTADO, G.; BARRA, J. D. F. **Pescadores artesanais de Cameté**: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos. Cameté, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. pub. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRZYBOWSKI, C. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. **Contexto & Educação**, Unijuí, ano 1, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.

_____. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HIRATA, H. Da Polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE. **Censo 2010**: Mapa populacional do município de Cameté. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho. **Trabalho Necessário**, ano 14, n. 25, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em: 23 mar. 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In*: NOGUEIRA, M. A. (org.) *et al.* **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, L. R. S. Qualificação do trabalho e relações sociais. *In*: FIDALGO, F. S. (org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

MARTINS, E. **Trabalho, educação e movimentos sociais**: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985a.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Editado com uma introdução de Eric Hobsbawm. 4. ed. Paz e Terra, 1985b.

_____. **A questão judaica**. Tradução: Artur Morão. [s.l.]: Projekt Gutenberg, 1989. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf. Acesso em: 09 jan. 2019.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

MCGRATH, D. G; CASTRO, F; FUTEMMA, C; AMARA, B. do; CALABRIA, J. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. *In*: FURTADO, L. G; LEITÃO, W; MELO, A. F. de (org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993.

MENDES, O. da C. A gestão da educação na contramão das configurações políticas do Estado do Pará. Texto enviado para o XX Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – EPENN, 2011. Mimeo.

MENDONÇA, M. S. de; FRANÇA, J. F.; OLIVEIRA, A. B. de; PRATA, R. R.; AÑEZ, R. B. da S. Etnobotânica e o saber tradicional. *In*: FRAXE, T. de. J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C. (org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

MÉSZÁROS. I. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: _____ (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, S. C. de. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MOTA, J. B. da; PINHEIRO, Krystyanne Beatrix Souza; VIDEIRA, Marcela Nunes. Análise do cumprimento do período de defeso nas principais feiras livres do município de Macapá, Amapá. **Biota Amazônia**, v. 3, n. 2, p. 58-67, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v3n2p58-67>. Acesso em: 12 mar. 2019.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

POMPEU, J. C. V. **Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2017.

RIBEIRO, M. M. G.; FROES, C. Q. **A educação e a construção de saberes no/pelo trabalho**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: [http://afirse.info/archives/cd11/GT03 – POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – A ED. E A CONSTRUÇÃO DE SABERES – Marcia e Cesar.pdf](http://afirse.info/archives/cd11/GT03-POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – A ED. E A CONSTRUÇÃO DE SABERES – Marcia e Cesar.pdf). Acesso em: 08 fev. 2019.

RODRIGUES, A. A. **Juventude, trabalho e educação: a formação da identidade pescadora dos jovens da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá-PA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

RODRIGUES, D. do S. **Saberes Sociais e Luta de Classes**: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá-PA. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SALOMON, D. V. **A maravilhosa incerteza**: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, E. H. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, jul./dez. 2000.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. *et al.* (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. **Trabalho e Educação**, v. 12, n. 1, jan./jun., 2003.

_____. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, jan./abr. 2010.

_____. Qual sujeito para qual experiência? **Revista Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/916>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SILVA, G. P. da. **Trabalho, educação e desenvolvimento**: o norte da educação da CUT na Amazônia. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVA, M. das G. da. O reordenamento sócio-territorial na área da UHE Tucuruí. O Caso da Pesca no baixo Tocantins (Pará/Brasil). In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, GT18 – Relações Sociais e Meio Ambiente, 2003. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1164&Itemid=171. Acesso em: 21 out. 2018.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na educação**: a prática reflexiva. Brasília, DF: Liber Livro, 2004.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, jan./jun. 2008.

TONET, I. Introdução. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Sistema de avaliação de competências do Projeto SESI por um Brasil alfabetizado**: Programa SESI Alfabetização do Trabalhador. Brasília, DF: UNESCO, SESI/DN, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000143539>. Acesso em: 15 fev. 2019.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VILLAVICENCIO, D. Por una definición de la calificación de los trabajadores. *In*: CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGIA, 4., Madrid, set. 1992.

ZAIDAN, S. Saberes experienciais e saberes pedagógicos: um estudo. **Trabalho e Educação**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7366/5720>. Acesso em: 03 jan. 2019.

ANEXOS

ANEXO A – RESUMO DO RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA PARTICIPATIVA REALIZADA PELOS GRUPOS DE BASE DO MAB NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MARÇO DE 2006.



RESUMO DO RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA PARTICIPATIVA REALIZADA PELO GRUPOS DE BASE DO MAB NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ – SETOR MÉDIO – NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MARÇO DE 2006.

Esta análise parcial fundamenta-se em 96 entrevistas realizadas por grupos, sendo que foi extraído um questionário para cada grupo de 12 famílias. Foram cobertas 50 comunidades do setor médio de ilhas no município de Cametá. Isso equivale a um volume de 1.152 pessoas entrevistadas. As entrevistas foram conduzidas pelos coordenadores do MAB em seus respectivos grupos.

A totalidade dos ribeirinhos entrevistados viviam da pesca e do extrativismo vegetal, cerca de 30% deles diziam fazer caça antes do fechamento da Barragem de Tucuruí.

Os entrevistados, cerca de 70% confirmam o escasseamento de peixes no Rio Tocantins e seus afluentes. Das trezentas catalogadas pela Eletronorte e INPA – no Catálogo de Peixes Comerciais do Baixo Tocantins (1984) algumas espécies que eram comercializadas já desapareceram – Chula, poraqé, ituí e tuvira, aruanã, bicuda ou uéua, aracu-pinima, piranha, pacu, curupeté, pirapitinga, uéua ou cachorro, piabanha, dourado, acará-açaí, acará-piranga, tucunaré-pinima, cará-bicudo, acará-prata, cacará-açu, botinho, tamoatá, acari (12 espécies, restaram 3), ximbé, braço-de-moça, jaú, João-de-ouro, surubim, pira-tucandira, mandí-moela. Uma pesquisa mais profunda precisa ser feita, pois a espécie relatada como a mais presente para 70% dos entrevistados é a pescada – uma espécie predadora que se alimenta de outros peixes e camarões. O mapará é capturado apenas por algumas semanas após a abertura da pesca, principalmente nos locais onde se faz a cordos de pesca para a sua preservação. Este ano só teve produção do setor de baixo entrando para Limoeiro do Ajuru.

Cerca de 65% dos entrevistados declararam que a água está poluída, pois causa muita diarreia, doenças de pele, doenças estomacais para quem usa a água do rio sem fazer nenhum tratamento. Para 30% dos ribeirinhos o rio secou, novas praias surgiram no meio do rio. Imagens de satélite do INPE, EMBRAPA e Google Earth confirmam o surgimento de pelo menos 4 novas ilhas no município de Cametá, apenas nos últimos 7 anos.

Precisamos ampliar a análise dos dados e intensificar a agregação de profissionais de outras áreas como: biologia, saúde para termos argumentos científicos para enfrentar a empresa que ganha dinheiro com água de nosso Rio Tocantins.

Água e Energia para a Soberania do Povo Brasileiro

ANEXO B – GLOSSÁRIO COM O SIGNIFICADO DE ALGUNS APETRECHOS DE PESCA UTILIZADOS PELOS PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS – PA

Canico – é um instrumento de fisgar peixes, sendo a tecnologia simples e de fácil acesso. Geralmente é feito com cerca de 2 metros de comprimento, utilizando-se galhos de caniceira (*Duguitia* sp., *Anonaceae*), árvore indicada por sua flexibilidade e resistência (MORAES, 2005). Também pode ser feito de outras madeiras como envira (*Anonaceae*) e jatujá (*Trichilia* sp, *Meliaceae*).

Espinhel – é composto por uma sequência de anzóis destinados a fisgar peixes, pendurados por fios presos por uma corda grossa que os sustenta, que, depois de iscado, é esticado no rio. Esse apetrecho é utilizado em várias regiões do Brasil, sofrendo variações quanto o distanciamento dos anzóis, também apresenta uma variedade de classificação, assim como diferentes técnicas para determinadas espécies na região amazônica (MORAES, 2005).

Ferradeira – linha com vários anzóis (na mesma linha) com um peso na ponta inferior. O pescador, ao identificar o cardume, desce a linha e fica tentando “ferrar” o peixe. Os anzóis penetram no peixe, que não pega o anzol por não ter isca. É utilizado principalmente na pesca de mapará.

Linha de mão – apetrecho feito com um ou dois anzóis presos por um fio de náilon, podendo ser acompanhado de pequenos pesos de chumbo para facilitar a decida nas águas. O pescador sustenta o fio com suas mãos, ao perceber que os peixes estão fisgando a isca, imediatamente puxa a linha com bastante intensidade para fisgá-los (MORAES, 2005).

Malhadeira – rede de pesca fabricada de fibra de náilon, tendo malhas de 4 a 6 mm entre nós e geralmente tem até 100 metros de comprimento. O cabo superior apresenta boias de isopor que atuam como flutuadores e o cabo inferior possui peças de chumbo para dar peso à rede. O termo malhadeira é devido ao material de fabricação e o tamanho (MMA, 2006).

Matapi – é uma armadilha de pesca destinada à captura de camarões, confeccionada com talas de miriti (*Mauritia flexuosa*) ou de jupati (*Raphia taedigera*), espécies de palmeiras abundantes na região amazônica. O matapi é feito em forma de cilindro fechado por dois cones, sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair. As distâncias entre talas têm a finalidade de classificação do tamanho de camarão que se pretende capturar, utilizando a farinha de babaçu como isca (MORAES, 2005).

Pari – é um instrumento composto por pequenas paliçadas de madeira leve em formato de esteira, de 4 a 5 metros de comprimento e cerca de 1,5 metro de altura, que são ligadas umas às outras. Funcionam como barragens móveis nas entradas de igarapés e córregos. A altura da paliçada é escolhida de tal forma que, na maré alta, o peixe possa entrar livremente no remanso, ficando preso quando a água baixar.

Piaba – instrumento de pesca feito com isca artificial para a captura específica do peixe tucunaré (*Cichla spp.*).

Tarrafa – a pesca de tarrafa é feita usualmente com multifilamentos grossos de náilon com tamanho de malha de aproximadamente de 5 centímetros, uma rede de forma cônica, que se abre quando lançada (formato de círculo) e se fecha quando é recolhida. As tarrafas de náilon, quando molhadas, ficam bastante pesadas, impedindo seu uso prolongado durante o dia inteiro. Esta técnica é utilizada principalmente nas margens das praias, rios e lagos. Também é usada em grandes pescarias de cerco, ou seja, quando há um cardume cercado por redes, serve para desbastar os peixes presos (MORAES, 2005).

Fontes: MORAES (2005), MMA (2006) e dados de campo (2018).